

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Medicina Legal, pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Cristina Queirós (FPCEUP).

## Resumo

Este trabalho tem como objectivo o estudo do suicídio nas forças policiais portuguesas (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia Judiciária), pretendendo verificar se estes três grupos policiais apresentam padrões de respostas diferentes, se a ideação/comportamentos suicidas varia em função de características individuais, por um lado e, por outro, se varia em função da existência de experiências profissionais potencialmente ameaçadoras e perturbadoras e, por último, se varia em função do índice de depressão e desânimo (expectativas negativas perante o futuro).

Para atingir o objectivo enunciado, estruturamos o nosso trabalho em duas partes. Na primeira parte apresentamos o enquadramento teórico, que integra a caracterização de diferentes factores organizacionais, bem como individuais e a influência de ambos no suicídio dos elementos policiais. Na segunda parte descrevemos o estudo empírico efectuado no qual, através de um questionário propositadamente elaborado, recolhemos os dados de 78 polícias (26 da PSP, 26 da GNR e 26 da PJ), que exercem as suas funções na zona norte e centro do país e que voluntariamente colaboraram na recolha de dados.

Os resultados obtidos permitiram-nos concluir que:

- as três forças policiais apresentam, com efeito, padrões de resposta diferentes no que concerne a algumas situações relativas à sua actividade profissional. Contudo as diferenças encontradas foram pouco significativas.

- a ideação/comportamentos suicidas não parece ser influenciada por características sócio-demográficas.

- apenas a variável “acidentes de viação graves onde esteve envolvido” correlaciona-se positivamente com tentativas de suicídio, podendo constituir uma tentativa de suicídio camuflada.

- a depressão e o desânimo parecem funcionar como importantes percussores na ideação e comportamentos suicidários.

## Abstract

In this work we study the suicide on the Portuguese police forces (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana and Polícia Judiciária). We want to verify if these three police groups present different response patterns, if suicide behaviour or suicide ideation would vary because of individual characteristics and professional experiences with traumatic nature. At last, we want to verify if suicide behaviour or suicide ideation would vary due to the level of depression and hopelessness (negative expectations towards the future).

To achieve the announced objective we structured this work in two parts. In the first part we present the theoretical framework that integrates the characterization of different organizational factors as well as individual ones and the influence of both in the suicide of police officers. On the second part we describe the empirical study in which, through an inquiry, we collected the data of 78 police officers (26 of PSP, 26 of GNR and 26 of PJ) who work in the north and in the centre of the country and voluntarily contributed to this work.

This study allows us to conclude that:

- the three police forces really present different response patterns regarding to some situations related to their professional activities. However, the differences found are not significant.
- the suicide behaviour and suicide ideation don't seem to be influenced by social-demographic characteristics.
- just the item "severe car accidents I was involved" is positively correlated to the suicidal attempts, which may represent a disguised suicide attempt.
- the depression and hopelessness seems to work as important factors to suicide behaviour and suicide ideation.

## Résumé

Ce travail a pour but l'étude du suicide dans les forces policières portugaises (Policia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana et Policia Judiciária). L'étude prétend vérifier si ces trois groupes policiers présentent des prototypes de réponses différentes, si l'idéation/comportements suicides varie en fonction de caractéristiques individuelles, d'un côté, et, d'un autre côté, si elle varie en fonction de l'existence d'expériences professionnelles potentiellement menaçantes et troublantes et, finalement, si elle varie en fonction de l'indice de dépression et de découragement (expectatives négatives devant le futur).

Pour atteindre l'objectif énoncé, nous avons structuré le travail en deux parties. Dans la première partie nous présentons l'encadrement théorique, qui intègre la caractérisation de différents facteurs organisationnels et individuels, et l'influence des deux sur le suicide des éléments policiers. Dans la deuxième partie nous décrivons l'étude empirique effectuée dans laquelle, à travers un questionnaire expressément élaboré, nous recueillons les données de 78 policiers (26 de la PSP, 26 de la GNR et 26 de la PJ), qui exercent leurs fonctions dans la zone nord et centre du pays et qui, volontairement, ont collaboré à la récolte de ces données.

Les résultats obtenus nous ont permis de conclure que :

- les trois forces policières présentent, en effet, des patrons de réponse différents en ce qui concerne quelques situations relatives à leur activité professionnelle. Cependant, les différences trouvées ont été peu significatives.
- l'idéation/comportements suicides ne paraît pas être influencée par des caractéristiques sociodémographiques.
- seulement la variable «accidents routiers graves où vous avez été engagé» se rapporte positivement avec des tentatives de suicide, pouvant constituer une tentative de suicide masquée.
- la dépression et l'accablement semblent fonctionner comme d'importants précurseurs à l'idéation et aux comportements suicidaires.

## **Agradecimentos**

Começo por expressar os meus sinceros agradecimentos à Professora Dr.<sup>a</sup> Cristina Queirós, que disponibilizou sempre o seu apoio e preciosos conhecimentos académicos e profissionais, que tanto enriqueceram este trabalho.

Ao Filipe que usou sempre de palavras de incentivo, mesmo quando este projecto não passava de uma ideia, bem como prestou um auxílio valioso na sua implementação. Foi, sem dúvida, o meu alicerce.

Ao meu irmão e ao meu pai que permitiram, com a sua rede de relações profissionais, contribuir para superar constrangimentos metodológicos que se adivinhavam para a consecução dos objectivos deste trabalho.

Às minhas colegas de trabalho que prestaram, cada uma à sua maneira e cada uma com os seus conhecimentos próprios, uma ajuda determinante para levar este trabalho a bom termo.

A todos os elementos policiais que, de forma anónima, deram um contributo decisivo na prossecução dos nossos objectivos.

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. A influência de factores organizacionais no suicídio</b>	<b>6</b>
1.1. A estrutura organizacional	7
1.2. O papel de polícia e a cultura policial	9
1.3. O isolamento social	14
1.4. O acesso à arma	17
1.5. A imagem pública negativa	19
1.6. A Polícia e o stress	22
<b>Capítulo 2. A influência de factores individuais no suicídio</b>	<b>29</b>
2.1. Factores sociodemográficos	30
2.2. História de vida e contexto familiar	33
2.3. Condição médica e abuso de substâncias	36
2.4. Características psicológicas, cognitivas e psicopatológicas	40
2.5. Factores protectores no suicídio	44
<b>Capítulo 3. Metodologia</b>	<b>48</b>
3.1. Objectivos e Hipóteses	49
3.2. Construção do questionário	49
3.3. Procedimento	51
3.4. Codificação dos Resultados	52
3.5. Caracterização da amostra	52
<b>Capítulo 4. Apresentação e discussão dos resultados</b>	<b>56</b>
4.1. Análise global	57
4.2. Análise correlacional da Beck Hopelessness Scale (BHS)	73
4.3. Análise correlacional do Beck Depression Inventory (BDI)	81
<b>Conclusões</b>	<b>88</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>98</b>
<b>Anexo</b>	<b>106</b>

# Introdução

Não há ninguém nem nenhuma profissão imune ao suicídio. Este é um fenómeno que atravessa toda a sociedade e todos os tempos. Já em 1897, Durkheim, um dos autores ainda hoje referência para a compreensão deste fenómeno, publicava uma obra na qual referia que “cada sociedade tem em cada momento da sua história uma aptidão definida para o suicídio (...) e esta taxa é constante durante longos períodos de tempo” (Durkheim, 1982, p.14). Contudo, acredita-se, mesmo a nível mundial, que os polícias estão em maior risco de cometer suicídio que qualquer outra ocupação. Quais são, portanto, as características desta classe profissional que tornam os elementos das forças de segurança mais vulneráveis às condutas auto-destrutivas? O que levará um polícia a cometer suicídio? A resposta a esta questão é complexa, já que o suicídio consiste num fenómeno multideterminado, e mais do que um fenómeno multideterminado, o suicídio envolve diferentes categorias ou classificações que importa aqui esclarecer desde já (antes de abordarmos o tema específico do suicídio nos polícias), de forma a clarificarmos as diferentes terminologias, que muitas vezes são erradamente utilizadas.

Durkheim (1982, p.10) distingue claramente suicídio de tentativa de suicídio. Assim, o suicídio é definido como “todo o caso de morte que resulta directa ou indirectamente de um acto positivo ou negativo praticado pela própria vítima, acto que a vítima sabia produzir este resultado”. A tentativa de suicídio, por seu turno, “é o acto assim definido, mas interrompido antes que a morte daí tenha resultado”. Esta definição de suicídio levanta, segundo Sampaio (1991), a questão da intencionalidade do acto suicídio, que Durkheim não considera (acto que a vítima “sabia”), e o estado de consciência do sujeito (“sabia produzir este resultado”). No que respeita à tentativa de suicídio, Sampaio (1991, p.32) adopta o critério da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1984), caracterizando-a como “todo o acto não fatal de auto-mutilação ou de auto-envenamento”.

Outra forma de classificar o suicídio foi apresentada por Beck e colaboradores (1973, cit. in Brown et al., 2004), que categoriza este fenómeno em três principais domínios: suicídio consumado, tentativa de suicídio e ideação suicida. Reynolds (1991, cit. in Rothmann & Rensburg, 2001) apresenta mais tarde uma classificação semelhante a esta, adicionando mais um domínio. Assim, segundo este último autor, o comportamento suicidário pode ser catalogado em termos de suicídio, intenção manifestada, tentativa de suicídio e ideação suicida. A conduta suicidária pode, desta forma situar-se num *continuum* que varia em função da severidade, desde a ideação até à intenção e tentativa, podendo culminar no suicídio consumado.

Particularmente no que diz respeito à ideação suicida, esta envolve pensamentos e cognições referentes à conduta suicidária e é considerada um marcador determinante no

suicídio. A ideação suicida pode variar desde pensamentos e desejos genéricos acerca da morte, até uma ideação séria com planos e métodos para pôr termo à vida (Rothmann & Rensburg, 2001). Também Brent e Kolko (1990, cit. in Peixoto et al., 2006) consideram que a ideação suicida pode ser conceptualizada tendo em conta um espectro que pode evoluir desde a ideação não específica, até à ideação que envolve um plano determinado.

Por sua vez, O'Carroll e colaboradores (1996, cit. in Gutierrez et al., 2001) propõem uma nomenclatura para o comportamento suicidário, composto por quatro categorias, sendo elas o suicídio consumado (definido como morte auto-infligida, na qual há evidências da intenção de causar a morte), tentativa de suicídio (actos não fatais, com ou sem dano, nos quais existe evidências de que o indivíduo tinha intenção de provocar a morte), ameaça de suicídio (que poderá ser verbalizada ou não, e que não envolve um acto, mas sim a intenção de comunicar que esse acto poderá vir a ocorrer em breve) e, finalmente, a ideação suicida que compreende qualquer pensamento auto-destrutivo.

Um outro tipo de comportamento suicidário é designado por para-suicídio, que para Pinto da Costa (1989, cit. in Silva, 2002a) compreende uma dimensão apelativa, em que o indivíduo procura enviar uma mensagem ao mundo que o rodeia, através de um acto auto-destrutivo. No entanto, este acto controlado desde o início e que procura servir como apelo, poderá, mercê de constrangimentos exteriores, acabar num suicídio consumado, sem que haja intenção da vítima neste sentido. A diferença fundamental entre o para-suicídio e as restantes condutas suicidárias é que, no primeiro, não existe a intenção inequívoca de pôr termo à vida. Aliás, para Stengel (1964, cit. in Sampaio, 1991, p.45), todo o comportamento suicidário envolve uma dimensão apelativa, considerando que “o gesto suicida seria portador, em maior ou menor proporção, de uma dupla mensagem que Stengel formula nestes termos: “quero morrer/ façam alguma coisa por mim”. Apelo ou não, trata-se de um tema delicado para a grande maioria da sociedade, especialmente para um grupo de profissionais, como os polícias, que se revestem de características idiossincráticas que os distinguem das demais ocupações.

Este nosso trabalho tem precisamente como **objectivo** o estudo das condutas suicidárias nas principais forças policiais portuguesas (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia Judiciária). Efectivamente, nos últimos anos temos assistido à divulgação mediática de casos de suicídio por parte de efectivos nestas forças policiais. Em concreto, o jornal “Portugal Diário”, em Janeiro de 2004, noticiou que em treze anos, entre 1992 e 2003, 47 efectivos da PSP cometeram suicídio, números que ultrapassam largamente a média nacional. Ou seja, em cada 20 mil efectivos, há cinco que se matam, enquanto em cada 20 mil cidadãos, apenas 1,6 põe termo à vida. Dados mais recentes do mesmo jornal (Novembro de 2006), indicam 18 casos de suicídio só na PSP nos últimos cinco anos, sendo

que o ano de 2006 já registou cinco suicídios, o mesmo número verificado em 2005. Em 2001 suicidaram-se três elementos, em 2002 também três e em 2003 mais dois, ao passo que em 2004 não se registou qualquer suicídio. Quanto aos números na GNR, o “Portugal Diário”, em Março de 2006, noticiou um suicídio de um militar desta força, acrescentando que só no último ano, a GNR registou três casos de suicídio entre os seus efectivos. Assim, podemos afirmar que no ano de 2006<sup>1</sup>, estas duas forças policiais (PSP e GNR) já contabilizam 6 suicídios e em 2005 o total foi de 8 casos.

No que respeita à Polícia Judiciária, também têm ocorrido alguns casos que se tornaram públicos e conseqüentemente um sinal de alerta para um fenómeno preocupante que está a atravessar todas as forças policiais. Esta realidade não é exclusiva do nosso país. Janik e Kravitz (1994, cit. in Rothmann & Rensburg, 2001) referem que a incidência do suicídio nos elementos policiais tem vindo a aumentar a nível mundial, levando Violanti (1996) a afirmar que os polícias que se matam são em maior número do que aqueles que são mortos por terceiros.

De referir ainda, que estes números não contabilizam as perdas de efectivos de polícia por motivos dúbios, na maior parte das vezes classificados como acidentes, designadamente acidentes de viação fatais, que na realidade poderão constituir um suicídio intencional, mas camuflado pelo método utilizado. Desta forma, as taxas de suicídio na Polícia podem ser substancialmente maiores do que aquelas que são oficialmente publicadas. Não obstante estes números alarmantes, a verdade é que no nosso país são escassos os estudos sobre o suicídio na Polícia (Simões, 2006), ao contrário da realidade de outros países, como o Reino Unido e os EUA, que reúnem uma vasta investigação sobre a temática (conforme iremos referir no enquadramento teórico deste trabalho).

Tendo em conta a área temática do Mestrado em Medicina Legal e o nosso interesse pelo tema, a opção por este tema complexo que é o suicídio nas forças policiais, deve-se em grande parte a estes números alarmantes de casos que têm vindo a ocorrer no nosso país nos últimos anos, procurando-se com este estudo contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno. Por outro lado, esta opção fica a dever-se igualmente ao facto de, enquanto autora deste trabalho, possuir vários elementos na família, eles próprios efectivos de forças policiais (nomeadamente da PSP e PJ), o que possibilitou um contacto mais próximo com estas ocupações, despertando-nos e sensibilizando-nos para uma realidade profissional única e repleta de constrangimentos, alguns perigosos ao ponto de conduzir a condutas auto-

---

<sup>1</sup> Apesar deste trabalho ser entregue no início de 2007, foi desenvolvido durante todo o ano de 2006 e por isso fazemos referência a esse ano com maior detalhe.

destrutivas, muito embora tais condutas nunca tenham constituído uma realidade no nosso seio familiar.

Para atingirmos o objectivo proposto (o estudo das condutas suicidárias nas principais forças policiais portuguesas), organizamos o trabalho em duas partes fundamentais. A primeira parte (enquadramento teórico) divide-se em dois capítulos que focam os aspectos teóricos relacionados com o tema. Assim, o primeiro capítulo pretende demonstrar a importância dos factores organizacionais e o segundo capítulo procura, por sua vez, analisar a pertinência dos factores individuais no suicídio das forças policiais. Optamos por esta estruturação de forma a alertar, por um lado, para as características próprias das instituições policiais que funcionam indubitavelmente como eventuais percussores deste fenómeno. Por outro lado, não nos podemos esquecer que para um acto individual como este, concorrem paralelamente um conjunto variado de elementos, uns de carácter pessoal e outros decorrentes do contexto familiar onde o indivíduo se integra ou se integrou.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos o estudo empírico efectuado, no qual procuramos junto de uma amostra final de 78 elementos, distribuídos equitativamente pelas três forças policiais, verificar a existência de eventuais diferenças entre as mesmas no que concerne às várias condutas suicidárias e adiantar eventuais percussores para este fenómeno. Assim, o Capítulo 3 apresenta a metodologia, referindo-se as hipóteses formuladas, os procedimentos de recolha, a caracterização da amostra e o questionário utilizado para a recolha dos dados, tendo este sido construído a partir dos principais aspectos referidos no enquadramento teórico, pois não encontramos estudos semelhantes no nosso país. No quarto e último capítulo, procedemos à apresentação e discussão dos principais resultados encontrados. Terminamos o trabalho com algumas conclusões extraídas dos dados obtidos e da sua articulação com o enquadramento teórico, seguindo-se a bibliografia e a apresentação em anexo do questionário propositadamente construído para o estudo.

# **Capítulo 1**

## **A influência de factores organizacionais no suicídio**

Neste primeiro capítulo pretendemos analisar a contribuição que um conjunto de factores de natureza organizacional exerce na ideação e condutas suicidas dos polícias. Deste conjunto, consideramos mais pertinentes a estrutura organizacional da Polícia, o papel de polícia e a cultura policial, tentando perceber o modo como a instituição e o seu funcionamento pode condicionar o comportamento dos elementos que a integram. Em seguida abordaremos factores que estão já na transição para aspectos individuais, destacando o isolamento social, a facilidade do acesso à arma, a imagem pública habitualmente considerada negativa e o stress associado a esta actividade profissional. Passamos, assim, a explorar estes factores, tendo como objectivo conhecer o papel de cada um no fenómeno do suicídio dos polícias.

### **1.1. A estrutura organizacional**

A organização policial de qualquer país do mundo ocidental procura, acima de tudo, evitar cometer erros pelos quais possa ser responsabilizada. Para tal, estabeleceu uma elaborada hierarquia de comando baseada na submissão e numa supervisão punitiva regulada por directrizes que cobrem quase tudo o que um polícia poderá fazer. Algumas dessas directrizes são determinantes, uma vez que regulam, por exemplo, o uso da força por parte dos elementos policiais. Outras, são de carácter menor, como o uso de peças de vestuário no Inverno e Verão (Bayley, 1994). Mais ainda, a organização policial depara-se com uma sociedade que rapidamente altera as suas exigências para com a Polícia. Obviamente que esta não consegue ser capaz de prever ou continuamente ajustar-se na direcção dessas mudanças constantes. A resposta típica consiste em estabelecer uma estrutura organizacional que expressamente imponha regras e padrões de interacção. Aliás, segundo Figueiredo Dias e Costa Andrade (1984, p. 444) a Polícia é “uma instância formal de controlo virada para a manutenção da ordem e a aplicação da lei, nos termos da mais estreita legalidade”. Esta estrutura rígida permite, adicionalmente, um maior controlo sobre o comportamento dos próprios polícias, e consequentemente garantir a imagem da classe perante a sociedade (Violanti, 1996).

A estrutura organizacional da Polícia caracteriza-se, assim, pela sua rígida burocracia, na maior parte das vezes inflexível, e pela sua estrutura paramilitar (Violanti, 1995). As decisões cabem tradicionalmente aos membros do topo da hierarquia e o processo de tomada de decisão é pouco participativo, pois os supervisores hesitam em delegar responsabilidades nos seus subordinados e estes, por seu turno, são relutantes em aceitá-las, de forma a não incorrerem em eventuais desacertos e consequentes penalizações institucionais. O sistema

policial é percebido como altamente opressivo, não valorizando a iniciativa, responsabilidade ou resolução de problemas e, com tal, os polícias aprendem a não enveredar por atitudes de iniciativa ou tomada de responsabilidade pelas acções. Em qualquer escalão da hierarquia, os elementos policiais parecem sentir-se desconfortáveis em tomar decisões, buscando continuamente suporte junto dos seus superiores (Bayley, 1994). Tradicionalmente, a estrutura policial apresenta-se com posições hierárquicas que reflectem um estilo militar, papéis profissionais específicos e relações de trabalho impessoais. A organização policial é única e distingue-se de outras organizações pela forma intensa segundo a qual limita os seus elementos ao papel de polícia, sendo que esta intensidade resulta da combinação de métodos de controlo de carácter militar e de métodos burocráticos. Os polícias são conduzidos de forma coerciva a comportarem-se de acordo com o seu papel de polícia num ambiente em constante mudança e altamente punitivo em caso de não conformidade (Violanti, 1997, 2003a). Por outro lado, para a organização policial as regras providenciam uma representação simbólica imprescindível num meio com elevada interacção entre os polícias e os civis. Em suma, o tradicional sistema policial, dada a sua natureza altamente prescritiva, constitui, segundo Violanti (1996) uma “veste” necessária que não só oculta, como também envenena, bem como aprisiona os polícias num papel que não permite desvios.

Sendo assim, a organização policial, no sentido de dar resposta às exigências da sociedade, procura ajustar as suas políticas às necessidades dos seus membros. Contudo, as suas acções acabam por interferir no bem-estar desses mesmos membros e como tal a estrutura organizacional tem efeitos perniciosos nos polícias. Em primeiro lugar, o sistema hierárquico rígido tende a conduzir os seus elementos para um padrão comportamental igualmente rígido, o que diminui conseqüentemente a capacidade dos polícias em adoptarem outros papéis sociais que não o de polícia. Em segundo lugar, a organização coloca o polícia numa situação de defesa colectiva, situação esta a que Kirschman (1983, cit. in Violanti, 1996, p.65) designou por “deflection of blame”, isto é, “desvio da culpa”, que consiste numa forma de controlo individual e que protege toda a organização policial. O “desvio da culpa” é activado quando uma situação ameaçadora externa põe em causa a imagem da organização e representa uma espécie de controlo burocrático que protege a reputação da instituição à custa dos seus membros.

Como referimos, a organização prescreve um conjunto de regras segundo as quais os seus efectivos devem actuar. Aliás, a estrutura policial valoriza muito as regras e regulamentos que pautam a interacção entre os polícias e os civis. Ora, esta prescrição conduz a uma terceira influência e que consiste naquilo a que Harris (1973, cit. in Violanti, 1996, p.65) chamou de “personalização falsa”, que força os polícias a actuar segundo regras e

padrões que muitas vezes são contrários à sua verdadeira identidade e sentimentos. Estamos, portanto, na presença de polícias que renunciam à sua própria identidade e papel, em favor do que é prescrito pelas directrizes da organização, adoptando o que Mendes (2005, p.64) intitula de “comportamento de fachada<sup>2</sup>”. Imaginemos, portanto, um qualquer polícia que, durante anos da sua carreira, se vê obrigado a actuar em não conformidade com o seu sistema de valores. Não poderá este cenário contribuir, em interacção com muitos outros, para o desequilíbrio do sujeito?

Podemos então concluir, citando Bayley (1994, p.56), que a “estrutura organizacional da Polícia é como a água onde os peixes nadam – afecta tudo o que os polícias fazem, mesmos que estes não tenham consciência de tal facto”. Contudo, esta “água” poderá constituir uma fonte importante de stress que, por sua vez poderá conduzir a atitudes de suicídio por parte destes “peixes” que são os polícias.

## **1.2. O papel de polícia e a cultura policial**

Na perspectiva de Mendes (2005, p.70), do ponto de vista funcional, o polícia precisa do outro (seja colega ou superior) para exercer a sua profissão, estando dependente de um grupo que revela características comuns e particulares. A cultura policial enfatiza valores típicos como “solidariedade, camaradagem, amizade, cumplicidade, complementaridade no perigo e na adversidade” que se consideram inerentes a esta actividade. Optar pela ocupação de polícia significa, portanto, envolver-se num processo de re-socialização abrupta, de maneira a passar de vulgar cidadão para polícia e assumir conseqüentemente este conjunto de valores. O primeiro passo neste processo consiste em adoptar o chamado “papel de polícia”, que tem o seu início já na fase de treino e que procura instalar uma atitude emocional de “super-homem”, continuando, este papel, a dominar os efectivos ao longo da sua carreira. Poder-se-á dizer que, logo a partir do primeiro dia nas escolas de Polícia é comunicado aos alunos que são únicos, diferentes dos demais cidadãos e fora de qualquer perigo (Paton & Violanti, 1996, cit. in Violanti, 1997).

Para a maioria dos cidadãos, ser polícia constitui uma ocupação excitante e aventureira. Ora, os polícias poderão tornar-se viciados nesta excitação e dependentes, tanto física como socialmente, do papel de polícia, alterando a forma como interagem com o ambiente externo. Tornam-se naquilo que Gilmartin (1986, cit. in Violanti, 2003a, p.67) designa por “irmandade de bioquímica”, que consiste numa dependência fisiológica, assim

---

<sup>2</sup> Note-se que não estamos a emitir juízos de valor acerca de comportamentos, apenas a referir a possível separação entre o funcionamento individual e o funcionamento que o indivíduo deve adoptar enquanto profissional de uma instituição.

como social da excitação que o trabalho de polícia abrange. Van der Kolk (1987, cit. in Violanti, 2003a, p.67) considera que, sujeitos como polícias, que exercem o seu trabalho em ambientes stressantes, poderão tornar-se “viciados no perigo e na excitação”. Fisiologicamente, eles adaptam-se ao perigo e, paradoxalmente, tornam-se mais depressivos em períodos calmos e serenos. Tornam-se igualmente mais desinteressados de tudo o que não se relaciona com o trabalho de polícia e chegam mesmo em casa a sentir certas dificuldades no ajustamento ao papel de marido, pai ou amigo<sup>3</sup>. Assim, mediante mecanismos fisiológicos e psicológicos, os sujeitos acabam por se submeter ao papel de polícia e progressivamente afastam-se de outros papéis sociais. Esta situação poderá consequentemente resultar em depressão, isolamento social e pensamento construtivo (Violanti, 1997, 2003a).

Os sujeitos são levados a considerar que o papel de polícia constitui o “melhor” das suas vidas, o que poderá confinar as suas escolhas a esse papel em momentos de stress. Para os polícias, a constrição/concentração social num único papel (papel de polícia), poderá restringi-los no uso de outros papéis sociais. Dito de outra forma, a aderência quase “religiosa” ao papel de polícia, poderá torná-los incapazes de se comprometerem com outros papéis, o que por sua vez, reduz a habilidade em assumir papéis alternativos que poderiam ser úteis para diminuir os níveis de stress, depressão e mesmo a possibilidade de suicídio. O aumento do risco de suicídio poderá, assim, resultar da falta de outras identidades sociais às quais poderia recorrer em momentos de tensão psicológica (Violanti, 1996). Também Thoits (1986, cit. in Violanti, 2003a, p.70) argumenta que, quantas mais identidades sociais a pessoa tiver, menos vulnerável será à depressão ou stress psicológico.

Em virtude deste constrangimento social que limita os polícias a um único papel (o de polícia) é esperado que estes apresentem um comportamento consistente com esse mesmo papel. Consequentemente, os polícias tendem a apresentar respostas às situações com que se confrontam, positivas ou negativas, profissionais ou pessoais, segundo a perspectiva do seu papel de polícia. Kohan (2002) afirma, no seu estudo sobre satisfação profissional em polícias, que a profissão de polícia não é apenas uma profissão, mas um “estilo de vida” para a maioria dos polícias. Da mesma opinião, Goldfarb e Ausmiller (1999) afirmam que “o verdadeiro peso do crachá não é superado com músculos, com o treino no ginásio, nem medido numa escala. Este peso requer uma força e disposição para a qual poucos polícias são treinados. O crachá não é apenas pendurado no peito, é pendurado num estilo de vida. O peso do crachá faz dos polícias diferentes de todos os outros profissionais”.

---

<sup>3</sup> Falamos aqui no masculino, já que é obviamente o género que domina esta profissão, sem qualquer desprimor pelas mulheres polícias.

Este “estilo de vida” é de tal forma marcado, que existem autores que apontam para um aumento das taxas de suicídio entre os polícias mais velhos, na pré-reforma ou reformados (Gaska, 1980, cit. in Violanti et al., 1998), atribuindo-se esta situação ao facto de estes sujeitos entenderem que a reforma significa perda dos amigos, do estatuto de polícia e de uma auto-definição.

Para Violanti (1996), os polícias têm uma relação de amor-ódio relativamente à sua profissão. Se por um lado, é difícil para eles permanecerem cerca de 30 anos no serviço, mais difícil ainda é deixá-lo. Muitos experimentam um conflito emocional neste período, pois querem sair mas deparam-se com o medo de terem uma vida meramente civil. Polícias reformados não estão geralmente preparados para se tornar meros “cidadãos”. Está envolvido um sentimento de perda de poder e de que já não fazem parte da família policial. Há um forte contraste entre o papel de polícia e o papel de cidadão, e os polícias na situação de reforma sentem-se muitas vezes inseguros, sem o amparo da estrutura policial que os moldou durante tantos anos de trabalho. Abandonar esta estrutura e esta cultura policial que se tornou num estilo de vida, poderá ter sérias consequências psicológicas, tornando os polícias mais velhos altamente vulneráveis ao suicídio (Wienecke, 1999; Violanti, 1995, 1996).

Continuando a caracterizar a cultura policial, White e Honig (1995, cit. in Silva, 2002a, p.53) consideram que esta baseia-se sobretudo naquilo a que chamam de “machismo”, termo que está associado à supressão da expressão afectiva, ao culto da força física e à incapacidade de admitir fraquezas ou de pedir ajuda. Efectivamente, a instituição policial treina os seus homens e mulheres de forma a não deixarem transparecer as emoções, sobretudo aquelas que possam conduzir a uma apreciação negativa por parte dos outros. Como resultado deste treino, até muitas vezes informal, os polícias apresentam sérias dificuldades em aceitar que sentem medo ou que estão deprimidos. Espera-se que os polícias sejam corajosos, sendo que qualquer manifestação de cobardia é interpretada como a pior desonra para a classe. Para Blum (2000, p.129) ainda enquanto aprendizes, os polícias são incutidos a evitar a demonstração de inquietação ou aborrecimento perante qualquer tipo de circunstância; a instrução é: “Aprendam a não sentir. Se sentem, podem mostrar emoção. E se mostram emoção estão a prejudicar-se.” A este respeito Kirschman (1997, cit in Cunha, 2004, p.20) afirma que a cultura policial promove estereótipos de masculinidade e juventude, estereótipos estes repetidamente reforçados pelos filmes e séries televisivas. O papel de polícia exige a não expressão de emoções, exige que o polícia edifique uma barreira que os proteja da miséria humana que testemunham rotineiramente. Por sua vez, Turvey (1995) declara que é esperado que o polícia mantenha uma imunidade aparente à sua própria imunidade. Todavia, quando os polícias dão por terminado o seu serviço, não podem voltar a

ligar as suas emoções, como se fossem munidos de um botão, continuando presos ao papel de “homem forte” que não demonstra as suas emoções (Violanti, 2003a, p.70).

Havendo um conhecimento e aceitação tácita deste elemento característico da cultura policial, qualquer dos seus membros procura passar a ideia de que tem tudo sob controlo. Turvey (1995) refere que os polícias podem ficar deprimidos e desesperados como o resto da humanidade. Mas, quando um polícia fica deprimido e desesperado, ele não deixa de ser polícia, pois ao polícia é esperado, pela sua cultura, que suporte.

Os polícias esforçam-se então em dissimular os seus problemas, procurando passar uma imagem de tranquilidade e segurança de forma a corresponder às expectativas dos colegas e da sociedade. Aliás, esta representação de polícia modelo, sem qualquer tipo de fragilidade ou vulnerabilidade vai de encontro à ideia de que ser polícia é uma “Profissão de Homens”, onde as emoções não têm lugar e onde as demonstrações de coragem se exigem (Monteiro, 2002). Para Stone (2004), esta máscara que os polícias usam para esconder as suas emoções, fá-los parecer “frios” ao olhar do público, que não percebe que se trata apenas de um mecanismo de defesa.

Como produto deste estereótipo de masculinidade em que assenta a cultura policial, os polícias demonstram uma grande relutância em pedir ajuda, especialmente ajuda profissional (Quinnett, 1998). Para Mendes (2005, p.73), os polícias consideram-se “imunes às consequências da sua actividade policial, recusando aceitar que estão psicologicamente mais instáveis e por conseguinte não precisam de qualquer ajuda”. Seja qual for o problema que os perturbe (profissional, familiar, económico, etc.), eles reprimem-se e habitualmente não solicitam apoio. Jorge Soares da Associação Sindical dos Oficiais de Polícia disse precisamente ao Correio da Manhã (Setembro de 2006) que a “principal barreira é a das pessoas aceitarem que precisam de ajuda”. Podemos destacar essencialmente três razões para tal acontecer. Primeiro, não querem parecer fracos e vulneráveis perante os seus colegas e superiores. Muitos polícias continuam a associar o suicídio a algo vergonhoso, covarde, desonroso, a atitudes de fraqueza e de insucesso. Sendo assim, como se espera que um elemento policial dê a cara para falar de algo que é claramente tabu e que pode gerar vergonha? Em segundo lugar, como estão habituados a resolver problemas dos demais, frequentemente apresentam dificuldades em admitir que têm problemas pessoais e, finalmente, poderão ter receio de ver os seus problemas expostos, não obstante a regra da confidencialidade. Poder-se-á, à partida considerar esta última razão um tanto ao quanto psicótica. No entanto, como reflexo do papel que exercem, os polícias geralmente aprendem a desconfiar de muitas coisas, até mesmo dos profissionais de saúde mental. Muitos polícias, efectivamente, hesitam em procurar ajuda devido a preocupações com a confidencialidade,

preocupações em que as suas conversas cheguem às chefias e conseqüentemente sejam profissionalmente prejudicados. Talvez por isso, muitos policiais sintam mais segurança em procurar apoio junto de profissionais sem vínculo à instituição policial. De uma forma geral, os policiais têm dificuldade em confiar em qualquer pessoa que não faça parte do círculo do pessoal de polícia. Por outro lado, ainda permanece em muitos deles a ideia de que apenas os loucos vão ao psicólogo ou outros profissionais de saúde mental (Clark & White, 2003; Violanti, 2004a). Ainda a este propósito, Cross e Ashley (2004) e Kureczka (1996), referem que, tradicionalmente, os policiais vêem os profissionais desta área com grande ceticismo, considerando que não compreendem suficientemente o significado do trabalho de polícia e, conseqüentemente, não compreendem a especificidade dos seus problemas. Daí que se saiba que os policiais, quando em situação de crise, se optarem por falar com alguém, provavelmente escolhem um colega para fazer a sua confidência.

Cabe às instituições policiais desmistificar estas ideias estigmatizadas logo no período de treino e preparação, pois como resultado das razões acima apontadas, alguns policiais que sentem que já não conseguem mais tolerar a dor psicológica, poderão escolher resolver o problema sozinhos, através do suicídio, em vez de pedir ajuda. Por isso, acontece frequentemente que quando um polícia se suicida, os seus colegas desconhecem totalmente as causas. Obviamente, não basta as instituições passarem a ideia de que pedir ajuda não significa uma atitude de fraqueza para um polícia. Torna-se necessário também disponibilizar essa ajuda. Já que todos os policiais enfrentam os mesmos desafios e pressões, todos eles deveriam ter acesso aos mesmos recursos de apoio, o que não acontece actualmente no nosso país, uma vez que tais recursos estão, na maioria das instituições, centralizados na capital. A este propósito, Machado (2006), bem como Silva e Curado (2006) referem que o apoio psicológico prestado, nomeadamente aos agentes da PSP é diminuto quando comparado às necessidades e apenas está em Lisboa, apesar dos esforços já feitos pelos responsáveis da respectiva corporação. Também Nelson Brito (2006, cit in Curado, 2006a, p.1), da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia já manifestou que “é urgente criar gabinetes de apoio psicológico em todos os comandos”.

Adicionalmente, os indivíduos que adoptam o papel de polícia e comungam da cultura policial, acabam por adoptar comportamentos e ideias pré-concebidas que se tornam parte integrante da sua própria personalidade. Conseqüentemente, os policiais tendem a ver a realidade de uma forma restrita, segundo uma dicotomia de “preto ou branco” ou “tudo ou nada”, sendo frequentemente inflexíveis no seu pensamento. Ora, este pensamento constritivo poderá causar sérios problemas quando os policiais se confrontam com dificuldades complexas. Shneidman (1986, cit. in Violanti, 2003a, p.69) refere que um bom ajustamento

passa pela “capacidade do sujeito perceber a realidade a partir de vários ângulos e não apenas pela perspectiva redutora do preto ou branco”. Aqueles que são capazes de ir para além desta visão circunscrita a duas únicas opções, apresentam uma menor probabilidade de escolher o suicídio como solução para os seus problemas. Contudo, os elementos policiais, já comprometidos com o seu papel de polícia, quando confrontados com o stress crónico, poderão mais facilmente decidir-se por este tipo de pensamento construtivo de “tudo ou nada” e, desta forma, o risco de suicídio aumenta consideravelmente. O suicídio aparece como a melhor solução, ou no momento, a única solução para resolver o problema. A este tipo de disposição Clark e White (2003, p. 23) dão o nome de “visão de túnel”, na qual o indivíduo apenas considera um número limitado de opções, uma das quais consiste em pôr fim à vida.

Assim, a adesão ao papel de polícia não apenas limita os polícias em termos sociais, mas também limita as suas habilidades cognitivas. Paralelamente, a cultura policial pode afectar as relações do polícia com os próprios colegas de trabalho. A lealdade e a coesão constituem importantes características do papel de polícia e aqueles que violarem estas expectativas que fazem parte do código informal deste grupo, poderão ser rejeitados. Esta situação poderá, por sua vez, conduzir ao que Durkheim (1982) designa por “suicídio altruísta”, baseado na vergonha ou na incapacidade para cumprir com as expectativas da organização de que se faz parte, dos colegas, do público ou próprias. De uma forma geral, como reconhece Brown e Campbell (1994, p.165) “a cultura policial exerce uma influência poderosa no comportamento e atitudes do seu grupo de trabalho”.

### **1.3. O isolamento social**

A cultura policial que temos vindo a referir não limita apenas os polícias em termos cognitivos e sociais, mas também em termos interpessoais. As relações mais amplas destes com a sociedade são afectadas pela identidade que caracteriza a cultura policial. Assim, dada a natureza única do seu trabalho, os polícias poderão tornar-se progressivamente afastados da sua família, amigos e sociedade. O papel de polícia exige “despersonalização”. Todavia, as relações interpessoais exigem “personalização”. Como resultado desta contradição, as relações de um polícia não são de todo personalizadas. Mesmo as relações significativas cedo começam a tornar-se menos importantes para ele. Sentimentos como compaixão “são desvalorizados em detrimento da cultura policial, que se torna precedente a muitas outras emoções e sentimentos” (Violanti, 2003a, p.70). A cultura policial exige algum controlo e imunidade emocional que, com o tempo, deixa de se tornar exclusiva do âmbito profissional, e passa a expandir-se, natural e inconscientemente, para a esfera pessoal e familiar dos

polícias, deteriorando, assim, as suas relações, mesmo as mais significativas, que não se coadunam com esse mesmo controlo emocional.

Por outro lado, a experiência profissional conduz os polícias a perceberem a sociedade segundo uma visão dicotómica: “a sociedade é alguém que não um polícia, eles são o inimigo e os polícias são os protectores da justiça” (Violanti, 1996, p.72). Os polícias começam, assim, a edificar propositadamente um “muro invisível” entre eles e os não polícias, comumente conhecido como “muro azul” ou “linha azul” (Stone, 2004, p.137). Em resultado deste “muro” que desenvolve uma visão dicotómica (polícias/sociedade), os polícias propositadamente afastam-se da sociedade que paradoxalmente procuram proteger, criando uma existência auto-centrada, que exclui as pessoas, actividades e eventos sociais não relacionados com a cultura policial.

As interacções com as pessoas fora da comunidade policial são limitadas devido aos riscos e características da profissão e, muito rapidamente esta, como já referimos anteriormente, passa a constituir todo o “estilo de vida” do sujeito. Adicionalmente, o trabalho por turnos cria um ambiente que restringe as actividades alternativas, como o desporto, actividades familiares e sociais. Mesmo em alguns casos, a própria família do polícia é excluída, porque entendem que esta é incapaz de perceber o mundo em que vivem (Wienecke, 1999). Genericamente, as actividades dos polícias passam a girar em torno da organização policial e apenas os colegas de profissão são, segundo Violanti (1996, p.72) considerados os “verdadeiros amigos”, aqueles que de facto percebem as vivências e problemas de cada um, já que eles próprios também as vivem intensamente.

Durkheim (1982) argumenta que o isolamento social (que poderá caracterizar o estilo de vida de alguns elementos policiais) configura-se num importante factor de risco para o suicídio, já que, mediante a sua investigação, ele demonstrou que indivíduos ou grupos isolados tendem a cometer mais suicídios. Para este autor, o suicídio baseia-se na ausência de integração social, que torna os sujeitos mais vulneráveis ao suicídio. Também Maris (1969, cit. in Violanti, 1996) e Giddens (1971, cit. in Violanti, 1996) apresentam como principal variável envolvida no suicídio, o isolamento do indivíduo face a relacionamentos significativos.

Ainda relacionado com o isolamento social, é importante referirmos o facto de que grande parte dos efectivos policiais, quando termina os seus cursos, é destacada para fora das suas áreas de residência, obrigando-os a afastarem-se das suas famílias e relações significativas. De facto e como diz Mendes (2005, p.83), “o destino primeiro da maioria dos alistados é Lisboa e suas periferias (...) o que pode causar uma inebriante autonomia, a que sobrevirá mais cedo ou mais tarde, um crescer da solidão, do desenraizamento, da incerteza,

da inconstância, das preocupações próprias e alheias”. Esta realidade vai de encontro aos dados de Ribeiro e Carmo (2001), que verificou que, do total de suicídios na polícia entre 1992 e 2000, 44% encontravam-se deslocados. Outros estudos remetem igualmente para esta conclusão, nomeadamente os estudos de Magrinho (cit in Curado, 2006b) que analisou os suicídios na PSP entre 1990 e 2004, chegando à conclusão que, os polícias que haviam cometido suicídio neste período, tinham 30 anos, eram maioritariamente masculinos, utilizaram a arma de serviço e eram oriundos do interior do País, colocados em grandes centros urbanos, perdendo assim os seus laços familiares e os valores a que estavam ligados. Neste sentido, Campbell (1981, cit. in Violanti, 1996) argumenta que, quando os indivíduos perdem o sentido de pertença a um grupo que deu forma à sua vida, eles conseqüentemente perdem a sua própria identidade, a noção de espaço, o comprometimento com tudo aquilo que acreditam e qualquer esperança realista de uma vida significativa. Com efeito, os polícias podem passar por esta vivência quando se vêem obrigados a viver longe da família e num meio muitas vezes estranho para eles. Porém, quantos outros indivíduos que desempenham variadíssimas profissões se vêem na necessidade de se afastarem dos seus entes queridos e nem por isso apresentam taxas tão elevadas de suicídio? A verdade é que, no caso dos polícias, o isolamento social está associado a um conjunto de factores altamente perniciosos (alguns dos quais já analisados e outros que analisaremos ao longo deste trabalho), compondo um verdadeiro “barril de pólvora” pronto a explodir.

Uma outra forma de isolamento que opera nas forças policiais, consiste no uso do distintivo e uniforme, bem como a arma que cria uma espécie de separação virtual entre a figura policial e a restante sociedade. O polícia é alguém que se destaca pela sua vestimenta e quando não são as roupas, é a arma o elemento responsável por tal fosso social. Este isolamento, baseado na indumentária que identifica as corporações, poderá provocar conseqüências nefastas, particularmente no caso dos polícias que se encontram afastados dos seus entes queridos.

De acordo com este panorama, as figuras de autoridade, de tal forma envolvidos no seu papel de polícia, poderão perder o sentimento de pertença para com a sociedade e respectivos grupos e, nestas circunstâncias, a probabilidade de virem a tentar ou cometer suicídio aumenta consideravelmente.

#### 1.4. O acesso à arma

Quem contempla o suicídio como uma alternativa válida para solucionar os seus problemas, configura também um método para o levar a cabo. Esta decisão normalmente está relacionada com os valores, a identidade pessoal, a profissão de cada um e obviamente a disponibilidade do método seleccionado. Assim, “os anestesistas tendem a usar drogas, os pilotos a usar um avião e os polícias, na sua maioria, usam a arma de serviço” (Quinnett & Watson, 2003, p.43).

A arma de serviço é mais do que um instrumento de trabalho, tem um significado especial para os polícias, pois confere um símbolo da sua autoridade, da sua identidade como protectores da justiça e do seu poder sobre a sociedade. No trabalho, a arma de serviço torna-se “um escudo físico e psicológico; enquanto presente, visível para todos, ela coloca o polícia em vantagem relativamente à restante sociedade” (Violanti, 1996, p.44).

Contudo, a arma de serviço não representa apenas o estatuto do polícia na comunidade, ela consiste igualmente num instrumento a ser usado como último recurso aquando de um conflito percebido como insolúvel. O valor simbólico da arma poderá ajustar-se na derradeira solução encontrada para suprir a adversidade com que é confrontado: o suicídio. Para o polícia, a arma que lhe é confiada para assegurar o cumprimento da lei, constitui um óptimo método para pôr fim à dor e sofrimento sentidos, fruto da segregação social, da falta de actividades recreativas extra-polícia e da pressão exercida pelas expectativas de “Super-Homem” que são impostas pela sociedade. No entanto, em vez de admitir os problemas e o sofrimento que experiencia, atitude que poderá ser interpretada como um sinal de fraqueza numa ocupação que exige controlo, o polícia opta por pôr fim à sua própria vida (Wienecke, 1999).

O suicídio é frequentemente um acto impulsivo. Não obstante esta impulsividade, a natureza letal da arma assegura muito pouca oportunidade de salvamento e ressuscitação (Quinnett, 1998). E esta arma está praticamente sempre ao dispor imediato do polícia, quer em serviço, quer fora do serviço, constituindo, assim, um precipitante de grande valor no suicídio desta classe profissional. A grande diferença entre o suicídio na população geral e o suicídio na polícia, é precisamente o acesso facilitado às armas que esta última categoria usufrui. Quando um polícia, por qualquer razão, decide cometer suicídio, não necessita de procurar ou comprar uma arma, pois o meio está disponível a todo o momento. Neste sentido, Reis (2006) refere que a pressão psicológica a que estes profissionais estão submetidos e o facto de terem “a pistola sempre à mão”, parecem ser condições determinantes no suicídio. Também para Diamond (2003), muitas das tentativas de suicídio são mal sucedidas devido ao uso, na sua maioria, de métodos não letais. Contudo, o acesso facilitado e a familiaridade do

polícia com a arma tornam um acto impulsivo numa realidade permanente, que é morte. Efectivamente, o método privilegiado de suicídio praticado pelos polícias é a arma de serviço. Consistente com esta afirmação são os dados de Marzuk e colaboradores (2002) que, num total de 80 suicídios de polícias contabilizados entre 1977 a 1996, concluíram que 75 (94%) usaram arma. Também Violanti (1995, 1996) sugere que as armas são o método eleito em 95% dos suicídios na polícia. A realidade nacional vai de encontro a estas últimas conclusões, nomeadamente os dados apresentados por Ribeiro e Carmo (2001) sobre o suicídio nos elementos da PSP, que confirmam a utilização da arma de fogo como o método mais utilizado. Mais ainda, Simões (2006) publicou no “Correio da Manhã” que a maior parte dos polícias que comete suicídio recorre à arma de fogo. Por outro lado, no primeiro trimestre do corrente ano, Reis (2006), no jornal “Portugal Diário”, escreveu igualmente que o suicídio de polícias sobrevém quase sempre por meio da arma de fogo. Ora, muito embora estas últimas afirmativas não decorrerem de estudos cientificamente acreditados, mas de informações dos *mass-media*, são dados recolhidos junto das instituições e que espelham uma realidade actual nas forças policiais.

A Polícia detém a percentagem de suicídio mais elevada, mesmo quando comparada com outras profissões que usam arma, nomeadamente os militares. Na actividade militar as armas estão disponíveis, mas não de forma imediata e a todo o momento, como acontece nas forças policiais, já que, geralmente, aos militares é requerido que devolvam as armas no final do serviço. Mesmo a arma sendo o modo mais comum entre os militares (cerca de 59%), os polícias, “com 95%, superam largamente esse valor” (Violanti, 1996, p.44).

Os elementos policiais apresentam também valores mais elevados de suicídio com arma do que civis detentores de armas nas suas habitações. Kellerman e colaboradores (1992, cit. in Violanti, 1996), durante um período de 32 meses de estudo encontraram 58% de suicídios cometidos com arma no total de civis portadores de arma. Também Violanti (1996) conclui, não apenas que os polícias usam maioritariamente as suas armas para cometer suicídio, mas também que, em 90% dos casos, esses suicídios são efectuados fora do local de trabalho. Este resultado permite dar crédito à ideia de que a acessibilidade da arma de serviço 24 horas por dia, poderá aumentar consideravelmente o risco de suicídio nos polícias.

De tal forma que o acesso à arma funciona como um factor de risco marcante, que um estudo comparativo entre polícias de Nova Iorque e de Londres (Friedman, 1968, cit. in Violanti, 1996) indica que os primeiros apresentam taxas de suicídio duas vezes maiores do que a população civil, enquanto o suicídio na Polícia de Londres não oferece diferenças relativamente à população. Esta desigualdade parece atribuir-se ao facto desta última Polícia não usar armas em serviço.

Dado que a maioria dos polícias comete suicídio usando a arma de serviço e geralmente quando não se encontra a trabalhar, Violanti (1996) sugere que as instituições policiais deveriam limitar o acesso às armas, especialmente no caso de polícias notoriamente instáveis. Coloca-se contudo a questão de saber se a melhor medida para prevenir o suicídio nos polícias será retirar-lhes a arma que lhes é distribuída aquando do início das suas funções. Por um lado, o polícia poderá encarar esta medida não como uma prevenção, mas antes como um castigo, aumentando, assim, o seu sentimento de revolta e baixa auto-estima e, conseqüentemente, antever mais um motivo para o suicídio (separação da arma que lhe confere a identidade de polícia). Por outro lado, esta restrição poderá efectivamente funcionar, na medida em que o suicídio é um acto impulsivo e, sem a arma, o sujeito deixa de possuir um meio disponível e altamente fatal para concretizar esse impulso.

Parece-nos então que o “transporte” constante de um instrumento que confere um importante símbolo de autoridade e que ocupa um importante papel na definição da identidade policial, traduz-se também num meio letal, praticamente infalível, ao dispor dos polícias, quando a estes passa pela mente a ideia de suicídio.

### **1.5. A imagem pública negativa**

Entre os factores que concorrem para o suicídio dos polícias, a frustração é frequentemente identificada como um elemento determinante. Na maior parte das vezes, a escolha da profissão de polícia baseia-se em ideais e desejos nobres de ajudar os outros. No entanto, com o passar do tempo, este idealismo é substituído por um “resistente cinismo” (Violanti, 1995). As vias para essa frustração radicam de uma sociedade que desafia os polícias a regular um público que não quer ser regulado. Geralmente, os polícias não estão envolvidos em actividades de prevenção, mas antes na resolução de crimes e situações que já tiveram lugar. As suas interacções diárias com os civis usualmente não assentam numa vertente positiva, o que resulta numa progressiva e já instalada percepção negativa face ao seu trabalho, até porque nem todo o público vê os polícias como os protectores. Principalmente nas áreas de maior criminalidade, estes são muitas vezes identificados como os “maus da fita”, os inimigos e uma força a ser evitada e temida (Wienecke, 1999).

De acordo com Monteiro (2002, p.7), a Polícia constitui um obstáculo à prossecução dos fins que os infractores visam e, neste sentido, torna-se um “alvo a abater”. Por esta razão, a Polícia frequentemente depara-se com circunstâncias que colocam em risco a integridade física dos seus agentes, resultando daí o número considerável de polícias que, anualmente, é morto ou ferido no exercício das suas funções. A sociedade, em permanente mutação, gera

uma realidade cada vez mais conflituosa e violenta, na qual os infractores mostram cada vez menos relutância em agredir as figuras de autoridade. Paradoxalmente, os polícias são cada vez mais treinados pelas suas escolas a fazer uso de atitudes de compreensão e pacificidade, o que os torna naturalmente, em certas situações, mais vulneráveis.

Conforme refere o *New York Times* (1996, cit. in Violanti, 1996, p.viii), uma série de suicídios praticados por polícias na França desencadeou comentários como “os polícias são desprezados pelo público e mal tratados pelos seus superiores. Não admira que se sintam mal; para muitos jovens, os polícias são emblemas andantes do Estado, aos quais é divertido insultar e, sempre que possível, bombardear com garrafas e pedras”. Como resultado de todo este cenário adverso é natural que os polícias se sintam rodeados de hostilidade. Segundo Monteiro (2002) as pessoas encaram a Polícia como uma entidade estatal que os obriga a adoptar certos comportamentos, o que faz com que seja repugnada pelo público e fonte de grande controvérsia.

Para Loo (2003) as relações com a comunidade poderão, assim, representar uma importante fonte de stress, nomeadamente quando o polícia sente que os seus esforços não são apreciados pela população que serve. Da mesma opinião, Eisenberg (1975, cit. in Brown & Campbell, 1994, p.35) advoga que uma possível origem do stress entre os polícias consiste na sua percepção de uma imprensa que não apenas “altera as informações, como também chega a ofender os polícias”. As múltiplas queixas e agressões dirigidas aos polícias reforçam os sentimentos de que estão sozinhos e isolados da sociedade que protegem. Além disso, os polícias, mediante a contínua exposição ao “lado mais negro da sociedade”, desenvolvem opiniões adversas relativamente aos cidadãos. Consequentemente, a combinação destes dois pontos de vista (a imagem negativa da comunidade face aos polícias e vice-versa), forma, segundo Wienecke (1999) um “fosso intransponível” entre as duas populações (polícias e civis). Efectivamente, os polícias que na sua maioria optam por esta profissão, de maneira a satisfazer um sentimento altruísta de ajudar os demais, cedo passam a detestar a mesma população para a qual foram contratados para servir e proteger. Estes sentimentos negativos dos dois lados do fosso acabam, assim, por contribuir para exacerbar o isolamento social que já analisamos anteriormente.

Não nos podemos esquecer ainda que, para além das atitudes negativas evidenciadas pelo público, tem-se assistido nos últimos anos a uma generalizada opinião desfavorável por parte dos meios de comunicação social relativamente aos polícias. Estes têm sido acusados de racismo e violência, muitas vezes sem fundamento e os polícias têm, portanto, a impressão que estas notícias só referem as falhas do sistema, nunca enfatizando os sucessos (Scanff & Taugis, 2002). Da mesma opinião, Mendes (2005, p.53) considera que “na actualidade, a

imagem da Polícia resulta mais da imagem criada pelos *mas-media* do que das suas competências na luta contra o crime, dependendo mais da dimensão do caso ou do delinquente ou do contexto que da sua própria capacidade ou valor”. Neste sentido, Zukauskas e colaboradores (2001), num estudo acerca dos problemas psicológicos da Polícia na Lituânia, apontam para 69% de polícias que percebem os meios de comunicação social como os responsáveis pela imagem negativa que a sociedade tem face à Polícia. Igualmente, Stone (2004) considera que a maioria das queixas dos polícias reside nos comentários e artigos viciosos publicados pelos meios de comunicação.

Com efeito, os polícias, na sua maioria, deparam-se com uma falta de reconhecimento por parte da administração, da população geral e dos meios de comunicação social. O trabalho na Polícia não é mais valorizado pela sociedade, e os seus efectivos frequentemente experienciam estigma social e julgamentos negativos. Progressivamente, instala-se neles a impressão de que são comparados com os “criminosos” que prendem e o sistema ideal de Justiça que, porventura procuravam quando se tornaram polícias, não é de todo encontrado (Scanff & Taugis, 2002). Ao polícia é-lhe conferido um grande poder arbitrário. Todavia, esse poder é habitualmente suprimido pelos tribunais, meios de comunicação e, inclusivamente pela própria administração. Sujeitos a estas condições, muitos polícias passam por sentimentos de grande confusão e conflito (Violanti, 1995). Assim, para Blum (2000), a Polícia, hoje em dia, sente mais receio daquilo que o seu departamento, os tribunais e/ou os meios de comunicação lhe poderão fazer, do que das situações táticas que encontram. Este ambiente nocivo, torna, portanto, difícil a manutenção do controlo, saúde e bem-estar dos polícias ao longo da sua carreira profissional.

Com o passar dos anos, o prestígio associado a esta profissão deteriora-se, dando lugar a uma opinião comum de que os polícias são corruptos, violentos e mal-formados, não obstante cada vez mais assistirmos a polícias com um grau académico superior e cada vez mais adoptando, como já referimos, atitudes de compreensão, pacificidade e pro-actividade junto da comunidade. Contudo, polícias que diariamente se deparam com estas posturas negativas da sociedade que não reconhece o seu trabalho, poderão passar a interpretar os seus esforços como inglórios e adoptar comportamentos suicidas em resposta a esta frustração sentida. Já Maslow (1970, cit. in Rodrigues & Pina-Cabral, 1985) referiu na sua Teoria Motivacional, que as necessidades de estima são determinantes para a maneira como o indivíduo se vê e avalia. Estas necessidades envolvem, por sua vez, as necessidades de aprovação social e de respeito, de *status*, de prestígio e de consideração (Fachada, 2001). Ora, a não satisfação destas necessidades de estima poderá conduzir a sentimentos de inferioridade,

fraqueza e desamparo, sentimentos estes que poderão culminar no suicídio de polícias que se vêem abandonados e mal tratados pela comunidade que têm por missão proteger.

### **1.6. A Polícia e o stress**

O stress desempenha um papel determinante na vida humana. Em condições ditas normais, constitui uma influência favorável. A este propósito Candappa (2004) refere que “o stress sempre teve uma má reputação. Ser calmo é muito bom, mas é tempo de admitir que o stress é muito melhor...sem stress seríamos todos muito simpáticos...e quem quer viver num mundo desses?”. Porém, o stress nem sempre significa essa influência benéfica. Ultrapassando os níveis desejáveis poderá tornar-se nocivo para o indivíduo e o stress patológico constante poderá ser altamente prejudicial.

O stress pode ser definido como um “desequilíbrio percebido entre as exigências do meio e as capacidades do indivíduo para responder a essas exigências” (Blum, 2000, p.40). Mcewen (2000, cit. in Cunha, 2004, p.4) caracteriza o stress como uma “ameaça real ou interpretada à integridade fisiológica ou psicológica do indivíduo em que resulta uma resposta fisiológica ou comportamental”. Indo de encontro às duas definições anteriores, Lazarus (1988, cit. in Cunha, 2004, p.6) refere que o stress “manifesta-se quando a apreensão do ambiente pelo indivíduo é reconhecida como um fardo ou excedendo os seus recursos e ameaça o seu bem-estar”. Dito de outra forma, não há nenhuma situação reconhecida como indutora de stress sem a avaliação e atribuição de significado por parte do sujeito (Lazarus & Averill, 1972, cit. in Vaz Serra, 2002). Por sua vez, Cohen e colaboradores (1997, cit. in Violanti et al., 2006, p.148) descrevem o stress como “um processo no qual um estímulo ambiental provoca uma excessiva tensão no indivíduo, resultando em alterações psicológicas e fisiológicas que aumentam o risco de doença”.

Vaz Serra (2002) organiza as circunstâncias indutoras de stress em três categorias, sendo elas a ameaça, o dano e o desafio, distinguindo diferentes situações que induzem stress, tais como acontecimentos traumáticos, acontecimentos significativos da vida, acontecimentos desejados que nunca mais ocorrem, situações crónicas indutoras de stress, micro indutores de stress, macro indutores de stress e traumas no desenvolvimento. Também Bensabat (1987), no que diz respeito às possíveis causas de stress, estabelece uma classificação tripartida, que se divide em factores psico-emocionais (frustração; contrariedade e coacção; insatisfação, tédio, medo, esgotamento por cansaço; decepção; ciúme e inveja, timidez; impressão de não ter chegado ao êxito; ruminar num assunto; emoções intensas; morte ou doença de familiar; fracasso ou êxito brusco; preocupações materiais e profissionais; problemas afectivos ou

conjugais; divórcio, etc.), factores físicos (fome, doença; esgotamento por cansaço físico, fadiga; frio, calor, mudanças climáticas bruscas ou repetidas; poluição; ruído; trabalho nocturno ou por turnos) e factores biológicos (subalimentação e alimentação em excesso; má nutrição e desequilíbrio alimentar; excesso de açúcar, de gorduras, de sal, de café, de tabaco ou de álcool; excesso ou insuficiência de proteínas; alimentação pobre em minerais ou em vitaminas; vida sedentária). Por seu turno, Labrador (1995) destaca como causas ou fontes de stress o tipo de vida, a profissão, a família, as relações sociais, os lazeres, os pensamentos e as expectativas. Aproveitando a contribuição deste último autor, podemos afirmar que, com efeito, nenhuma ocupação é imune ao stress. Em todas pode existir stress, já que este é um elemento fundamental do ambiente de trabalho, que adversamente, poderá afectar o bem-estar do trabalhador, bem como a organização de que faz parte (Martinova et al., 2002). Contudo, de entre o universo de profissões, uma que tem vindo a ser reconhecida como perigosa e stressante é a de Polícia (Prenzler, 1997). De acordo com Anshel (2000, cit. in Rothmann & Rensburg, 2001) e Selye (1978, cit. in Violanti, 1996), a ocupação de Polícia é, em termos mundiais, a que acarreta maiores níveis de stress. Muitos estudos revelam que os níveis de stress na actividade policial são substancialmente maiores do que em qualquer outra actividade profissional, mesmo quando comparada com actividades similares. Neste sentido, um estudo de Kirsch (1989, cit. in Brough, 2004), com o objectivo de comparar os valores de stress entre polícias, bombeiros e empregados governamentais, conclui de facto que os primeiros apresentam níveis mais elevados de stress, o que nos permite sugerir a aparente singularidade da experiência de stress nesta ocupação. Igualmente, Wienecke (1999), ao comparar os polícias com bombeiros e técnicos de emergência médica, considera que os polícias têm que estar em constante vigilância. Como constituem a primeira linha de resposta a qualquer situação de emergência, a adrenalina é “bombeada” a todo o momento. Cada chamada poderá ser uma crise. Cada crise poderá ser ameaçadora. Cada situação ameaçadora poderá acabar na morte do polícia ou na morte de outrem. As reacções de um polícia não dependem da pré-avaliação da situação. Todas as chamadas devem ser geridas como sendo de emergência. Sendo assim, a adrenalina, segundo este autor, nunca diminui, o batimento cardíaco nunca abranda e o stress nunca cessa.

Como já constatamos, a profissão de Polícia é inerentemente stressante e a investigação nesta área categoriza as fontes de stress de várias formas, incluindo práticas e características organizacionais, o sistema de justiça criminal, o público e a própria natureza deste ofício. De todas estas categorias, duas delas parecem emergir como as mais incómodas para os polícias: as práticas organizacionais e a natureza do próprio trabalho. Similarmente a outras profissões, as características organizacionais representam uma fonte importante de

stress na actividade de polícia. Entre outros factores, a estrutura autoritária, a falta de participação no processo de tomada de decisão, a falta de suporte administrativo, a disciplina e a filosofia punitiva, o sistema de promoções limitado, o equipamento inadequado e os salários baixos, parecem ocupar um papel central na experiência de stress entre os polícias (Dowler, 2005; Violanti, 1996; Violanti & Aron, 1995). Da mesma forma, Fisher (2003) considera que alguns desafios organizacionais sistémicos que contribuem para o aumento de stress na Polícia são o excesso de trabalho, a experiência de falta de controlo, as políticas departamentais e o conflito da profissão com a vida familiar. Por outro lado, as fontes de stress que se podem considerar inerentes à própria profissão são, segundo Violanti (1997), o perigo, o trabalho por turnos, a indiferença do público, o sentido de inutilidade e o confronto com a miséria humana e a morte. O perigo assume diferentes dimensões, podendo incluir desde uma “operação stop” a veículos até uma entrada num edifício. Usualmente, o trabalho por turnos conduz a padrões de sono inadequados o que, por sua vez, leva a uma diminuição da resistência fisiológica e consequentemente ao stress. A rotineira indiferença do público poderá significar sentimentos de frustração e inutilidade. Por último, a exposição à miséria humana e morte poderá resultar numa visão extremamente negativa da vida e da própria profissão (Violanti & Aron, 1995).

Coman e Evans (1991, cit. in Lennings, 1995, p.40) classificam as causas de stress na Polícia de outra forma, identificando dois principais grupos de agentes de stress: os eventos críticos (que podem incluir responder a uma situação de desastre, tiroteios, assistir a crianças abusadas, etc.) e as “lutas diárias”. Os eventos críticos são percebidos como altamente stressantes, mas estes são raros, ao passo que as “lutas diárias”, ou seja, o campo das práticas organizacionais, como o trabalho de secretária e a cultura policial, providenciam um contexto que, embora não pareça, acabam por constituir uma fonte de stress mais significativa do que os eventos críticos. Da mesma opinião, Finn (1997), bem como Brown e Campbell (1994), alegam que as fontes mais relevantes de stress para os polícias são aquelas que envolvem as políticas e procedimentos das próprias organizações e não tanto o perigo e a tensão que a profissão encerra. Resultados análogos foram encontrados por Zukauskas e colaboradores (2001), com os problemas administrativos a surgirem como os mais stressantes, o que é mais uma vez surpreendente, na medida em que o perigo e o stress intrínseco à actividade de polícia, deveriam exercer uma pressão maior. Contudo, o perigo e a violência são já considerados pelos polícias como inevitáveis e parte integrante da sua profissão.

Independentemente destas categorias e posições, os polícias são expostos de forma crónica a uma multiplicidade de stressores, ora organizacionais, ora inerentes ao seu serviço, o que os torna num grupo profissional bastante vulnerável. Podemos começar por dizer que o

simples facto de um elemento policial assumir uma pluralidade de papéis, desde regular o crime até prestar serviços sociais, poderá ser suficiente para gerar conflitos diários e consequentemente tensão psicológica. (Rotman, 1998, cit in Mendes, 2005). Adicionalmente, não nos podemos esquecer que estes indivíduos assistem, pontualmente que seja, a situações verdadeiramente traumáticas, resultantes da natureza das suas próprias tarefas. Um evento traumático, segundo Kirschman (2000, cit. in Caldeira, 2004, p.20) consiste num “acontecimento que envolve morte ou ofensas à integridade física e emoções de medo intenso ou horror”. Perante estes eventos traumáticos, Serra (2003, cit. in Caldeira, 2004, p.20) é da opinião que os indivíduos sentem que não dispõem de recursos, quer pessoais, quer sociais, para os resolver eficazmente, desenvolvendo uma reacção de stress intenso. Para qualquer cidadão, um incidente desta natureza poderá ser a ocasional morte de um familiar ou ser vítima de um crime. Porém, para os polícias as realidades traumáticas são bem mais frequentes, podendo envolver situações de homicídio, tiroteio, experiência de quase-morte, lidar com sobreviventes de acidentes de viação ou desastre, crianças abusadas ou maltratadas, violência doméstica, entre outras circunstâncias. Muitos polícias estão expostos, quase diariamente, a uma subcultura de violência. Bayley (1994), refere precisamente que os efectivos policiais deparam-se com situações de risco e contactam frequentemente com o lado mais marginal e intransitável da sociedade, como a luxúria, perversão, ganância, raiva e maldade, sendo portanto, de acordo com Bittner (1975) uma profissão que tem que enfrentar o que de pior a sociedade apresenta. A este propósito, Violanti (1995), afirma que o cidadão comum não testemunha numa vida inteira a quantidade de morte e violência que um polícia assiste apenas num único mês. Para McCafferty e colaboradores (1992, cit. in Violanti, 1996, p.33) há uma “constante exposição à hostilidade, raiva, agressão, depressão e tragédia nos vários eventos e confrontações diárias que ocorrem no dia-a-dia de um polícia”. Por seu turno, Violanti (1996, p.34), refere três incidentes traumáticos, normalmente classificados pelos polícias como especialmente stressantes, sendo eles “matar alguém no exercício das suas funções, morte de um colega e confrontos físicos”. Dados consistentes com estes, apresenta Soeiro e colaboradores (2003) durante uma conferência sobre o regime de trabalho na investigação criminal, na qual aponta como os factores mais stressantes para os Investigadores da Polícia Judiciária, a “morte ou ferimento de um colega durante uma operação” e “ferir ou matar alguém durante uma operação”. Um outro estudo mais recente de Garcia e colaboradores (2004) confirma estes resultados com 54% dos polícias inquiridos a apontar o item “colega morto ou ferido” como o mais stressante.

Tendo em consideração estas vivências traumáticas e devastadoras e estes receios avassaladores, não é de estranhar que os polícias apresentem uma maior probabilidade de

revelar desordens físicas e emocionais que poderão estar relacionadas directamente com a experiência de stress. Fisicamente, podem desenvolver perturbações gastrointestinais, cardiovasculares, dermatológicas, neuroendócrinas, respiratórias, dores de cabeça, úlceras do estômago, fadiga e exaustão. Em termos emocionais, os polícias têm vindo a demonstrar severas condições nervosas e neuroses, que frequentemente conduzem a níveis significativos de depressão, stress pós-traumático, suicídio, divórcio e abuso de substâncias, para além do comum aumento da irritabilidade, ansiedade e tensão que, por sua vez, podem afectar as relações com os colegas de trabalho. Ainda ao nível organizacional, os efeitos de stress podem repercutir-se na diminuição da produtividade, no aumento de absentismo e acidentes de trabalho, nas faltas por doença, *burnout*, decréscimo dos níveis de satisfação profissional e reforma antecipada. Os elementos das forças policiais representam um grupo vulnerável ao *burnout*, definido como uma forma de stress crónico próprio das profissões de ajuda (Maslach & Leiter, 1997), em consequência do perigo das funções que exercem, do confronto com situações e pessoas que compõe o lado “oculto e sombrio” da sociedade, das exigências das funções, do fraco reconhecimento dos outros, das situações desgastantes e da dificuldade em assumir que podem precisar de ajuda. Em termos gerais, os sinais de alerta para o stress incluem dificuldades de concentração, esquecimento, começar a chegar tarde ao trabalho, perda de interesse e motivação (Anshel et al., 1997; Fisher, 2003; Brown & Campbell, 1994).

Mais do que qualquer outra ocupação, ser polícia consiste, portanto, numa profissão fisicamente e emocionalmente perigosa. Segundo Mendes (2005), a maioria das pessoas pensa que o polícia é qualquer um que exerce as suas funções numa organização policial, está autorizado a fazer uso de uma arma e a deter pessoas, ignorando-se todas as outras envolventes, especialmente aquelas de carácter pessoal, e sobretudo que esta profissão assume características fundamentais de desgaste físico, mental e de perigo. Todavia, é esperado, pela cultura policial e pela expectativa social, que os polícias controlem o stress, controlem a pressão. Aos polícias que se confrontam com incidentes críticos, é esperado que os aceitem como parte integrante da sua profissão, que regressem ao trabalho e executem as suas tarefas normalmente, que regressem a casa de “bom-humor”, como se nada tivesse acontecido. Harpold e Feemster (2002, p.2) partilham desta concepção, referindo que a “personalidade de um polícia dita que este, independentemente das experiências traumáticas, deve suportar as repetidas exposições emocionais e físicas (...) como se nada tivesse sucedido”. Os próprios polícias, os meios de comunicação e a sociedade fomentam o mito de que os polícias podem experienciar trauma e violência sem que sintam os seus efeitos adversos. No entanto, como diz Magalhães (1999, p.8), “convém não esquecer que por de trás de uma farda está uma pessoa com sentimentos, emoções e problemas iguais aos dos outros”. Mendes (2005, p.81),

considera efectivamente que um acontecimento traumático não é “de fácil gestão nem esquecimento”, nem se apaga simplesmente da memória com o fim do serviço. Não obstante, como os cidadãos têm expectativas fortemente enraizadas, os polícias procuram demonstrar controle das situações, mesmo quando esse controle não existe, de forma a ir de encontro a essas expectativas da comunidade. Segundo Amaranto e colaboradores (2003), a regular exposição a incidentes traumáticos, representa um importante impulsionador no desenvolvimento da violência e outras perturbações psiquiátricas entre estes profissionais. A este respeito, Violanti (1996) refere que, frequentemente associada à experiência destas situações críticas, está uma reacção prolongada, classificada como Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD), que se baseia no desenvolvimento de sintomas que incluem “reviver o acontecimento traumático, evitar estímulos associados com o trauma, embotamento geral da reactividade e sintomas de activação aumentada” (American Psychiatric Association, 1996, p.439). Polícias que sofrem desta perturbação poderão desenvolver sentimentos de ansiedade incontrolável, medo e desamparo, que por seu turno, poderão conduzir a excitabilidade, agressividade, raiva e violência em situações nas quais sentem maior segurança para exercer poder e controlo, nomeadamente em casa ou na comunidade (Amaranto et al., 2003). Com efeito, polícias que se deparam com circunstâncias críticas, revelam uma maior susceptibilidade de manifestar esta perturbação. Seguindo esta lógica, Martin e colaboradores (1986, cit. in Violanti, 1996, p.35), mencionam que 26% da sua amostra de polícias, “um mês após o confronto com os incidentes traumáticos, exterioriza sintomas de PTSD”. Todavia, vale a pena lembrar que a PTSD não é a única desordem que pode resultar da exposição a eventos traumáticos. Depressão, ansiedade e abuso de álcool ou outras substâncias constituem igualmente reacções comuns (Brown & Campbell, 1994).

Como já mencionamos, os efeitos de stress crónico, aos quais sabemos que os polícias estão sujeitos, poderão conduzir, em última instância, a um comportamento desadaptativo, que é o suicídio. Tendo presente este pressuposto, Joiner e colaboradores (1999, cit. in Packman et al., 2004) defendem que com a ocorrência de eventos stressantes, o risco de suicídio intensifica. Ora, na actividade policial, estes elementos stressantes são como que a “dieta diária”. Daí que Silva (2002a, p.54) advoga que “o stress consiste num dos maiores factores de risco do suicídio na polícia, estimando-se em 90% os suicídios nesta profissão que são passíveis de se atribuir ao stress”. De acordo com Violanti (1996, p.36), o suicídio revela uma “tentativa do polícia em restaurar sentimentos de poder, coragem e domínio sobre o ambiente após exposição a uma incidente traumático”. Neste sentido, os estudos de Danto (1978, cit. in Violanti, 1996) e Loo (1986, cit. in Violanti, 1996), apresentam resultados que corroboram esta mesma afirmação, sendo que o primeiro revela que 11 polícias que

cometeram suicídio, tinham já sofrido ferimentos e todos tinham passado por acidentes de viação durante as suas carreiras, ao passo que o segundo estudo sugere que 15% dos polícias que haviam cometido suicídio, tinham estado recentemente envolvidos em situações traumáticas.

É possível que a exposição à morte e ao sofrimento humano produza um efeito contraproducente, ou seja, a morte torna-se mais fácil de aceitar como possível solução para problemas percebidos como insolúveis. O stress regular a que está subjugado, poderá conduzir a um estado emocional de tal forma doloroso que a morte aparece como a alternativa mais aceitável. Por outro lado, um precursor suspeito de suicídio nos polícias, diz respeito ao impacto negativo que o trauma exerce na imagem de invulnerabilidade. A forte socialização que ocorre durante o treino e percurso profissional, parece, como já referimos aquando da análise da cultura policial, instigar os polícias para uma atitude de “machismo” e de “super-homem”, que os leva a censurar as emoções durante qualquer situação de trabalho. Os polícias procuram não se sentir vulneráveis, e quando isto acontece, instalam-se sentimentos de vergonha, medo e sensação de perigo. Desta forma, o suicídio poderá surgir como uma opção para o polícia se adaptar a esta percepção de invulnerabilidade. A incapacidade do polícia em aceitar as falhas a esta invulnerabilidade, bem como a sua dificuldade em lidar com o stress e trauma, poderão resultar, assim, em comportamentos suicidas. O suicídio é frequentemente entendido como o último recurso de resposta a condições intoleráveis. Os polícias podem, efectivamente, esgotar todas as estratégias de *coping* para resolver o stress. Porém, a consequência poderá assumir aquilo que Shneidman (1985, cit. in Violanti, 1996, p.40) designa por “constricção do pensamento”, que consiste num número limitado de respostas a uma dada situação. Polícias sob o efeito desta “constricção de pensamento”, apenas consideram duas alternativas: remover a condição intolerável ou morrer. Sendo improvável fazer desaparecer as situações de trabalho críticas que fazem parte da actividade policial, resta escolher a morte (Violanti, 1995, 1996).

Em jeito de conclusão, neste capítulo procuramos reflectir acerca das características gerais comumente associadas à ocupação de polícia, bem como o papel fundamental que estas exercem no suicídio destes profissionais. Contudo, e uma vez que para o suicídio concorrem uma multiplicidade de elementos, o nosso trabalho ficaria incompleto sem uma abordagem aos factores mais idiossincráticos, próprios de cada indivíduo, que poderão de igual forma ocupar um lugar determinante no suicídio destes sujeitos. Assim, no capítulo seguinte daremos conta dos factores individuais.

## **Capítulo 2**

# **A influência de factores individuais no suicídio**

Depois de termos abordado os aspectos organizacionais que podem favorecer o suicídio, abordamos agora neste segundo capítulo as características de natureza individual que poderão, paralelamente com os factores organizacionais analisados no capítulo anterior, concorrer para o suicídio dos elementos das forças policiais. Analisaremos, portanto, características sociodemográficas, familiares, psicológicas, cognitivas e psicopatológicas, passando também pela análise da história de vida, condição médica e abuso de substâncias, considerando não só os factores predisponentes mas também os factores protectores do risco de suicídio.

## **2.1. Factores sociodemográficos**

O suicídio, segundo Dixon e colaboradores (1994, cit. in Schwartz & Rogers, 2004) pode ocorrer em qualquer indivíduo ou família, independentemente da idade, classe sócio-económica ou raça. Turvey (1995) considera igualmente que o suicídio não está confinado a um determinado género ou sistema de crenças, sendo que qualquer segmento da cultura é capaz de produzir indivíduos que venham a decidir pôr fim às suas vidas. Contudo, existem certos grupos mais susceptíveis de enveredar por este comportamento destrutivo.

No que diz respeito à variável individual **sexo**, existem dados que apontam o suicídio como um fenómeno mais comum entre os membros do sexo masculino (Bongar, 2002, cit in Packman et al., 2004), apesar de as mulheres cometerem três vezes mais tentativas que os homens (Silva, 2002a). No mesmo sentido, Turvey (1995) refere que as mulheres fazem mais uso de tentativas não fatais, enquanto os homens apresentam uma maior probabilidade de acabarem com as suas vidas, já que usam maioritariamente armas em vez de comprimidos. Da mesma opinião, Staal e Hughes (2002) consideram que os homens apresentam uma vulnerabilidade acrescida para completar o suicídio, apesar das mulheres tentarem mais vezes. Para além do método utilizado servir de explicação para esta tendência (o uso de armas pelos homens e o uso de comprimidos pelas mulheres), alguns investigadores sugerem que geralmente as mulheres experienciam uma maior ambivalência relativamente à morte do que os homens. Uma outra explicação possível para esta diferença significativa associa-se à predisposição da mulheres para os deveres familiares, como a primeira prestadora de cuidados às crianças, bem como a ênfase na aparência física e no risco de desfiguramento, que as leva a optar por métodos de suicídio menos letais (Maris et al., 2000, cit. in Staal & Hughes, 2002). Dados respeitantes a diversos países e referidos por Schwartz e Rogers (2004) corroboram estas várias afirmações com *ratios* de suicídio sempre mais elevados no sexo masculino do que no feminino. Mais concretamente, no Reino Unido a proporcionalidade de suicídio em

1998 foi de 7.4 em 100.000 habitantes, com uma distribuição de 11.7 para homens e 3.3 para mulheres. Na França, em 1997 a proporcionalidade foi de 19.0, com 28.4 para homens e 10.1 para mulheres. Nos Estados Unidos da América em 1998, o índice de suicídio foi de 11.3 para 100.000, sendo 18.6 para homens e 4.4 para mulheres. Por sua vez em Portugal, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde, no ano de 1998, num total de 556 casos de suicídio registados, 416 foram cometidos por indivíduos do sexo masculino (Silva, 2002a). Com vemos, indubitavelmente os homens constituem, só por si, um grupo de risco no que concerne ao suicídio, risco esse que aumentará substancialmente se se tratar de homens que carregam 24 horas por dia um instrumento tão letal como é a arma de serviço. Precisamente no que diz respeito ao suicídio de elementos policiais (concretamente elementos da Polícia de Segurança Pública), os resultados de Ribeiro e Carmo (2001) apontam para 40 casos de suicídio no sexo masculino contra apenas um do sexo feminino registados entre 1992 e 2000. Considerando-se mesmo que o efectivo desta força policial é maioritariamente masculino, apresentando um “*ratio* entre o sexo masculino e o feminino de 10.5/1 em 1998, que decresceu para 9.6/1 em 1999 e para 9.4/1 em 2000, poder-se-á concluir que também no interior da instituição policial se verifica a tendência geral de que o sexo masculino é mais propenso ao suicídio” (Silva, 2002a, p.35).

Relativamente à característica individual **idade**, muito embora não se possa afirmar que o suicídio constitui uma realidade associada a uma determinada faixa etária, vários estudos apontam alguns intervalos de idade como significando um maior risco para o suicídio. De acordo com Turvey (1995), apesar de os indivíduos com menos de 25 anos de idade manifestarem mais pensamentos suicidas, estes não representam o grupo de risco, pois as taxas mais elevadas de suicídio reportam-se aos adultos mais velhos. Com efeito, o suicídio tradicionalmente tem vindo a ser “prevalente em populações com mais idade” (Bongar, 2002, cit. in Packman et al., 2004, p.669), não obstante a identificação de uma faixa etária de risco ser cada vez mais difícil, dado que “nos últimos 50 anos, as taxas de suicídio para indivíduos entre os 15 e os 24 anos de idade aumentaram mais de 30%” (Capuzzi, 2002, cit. in Packman et al., 2004, p. 669) e a “idade média desceu para os 39.9 anos” (Buda & Tsuang, 1990, cit. in Packman et al., 2004, p.669). Independentemente deste decréscimo na idade para o suicídio, os investigadores são concordantes que, quanto mais idoso o indivíduo, maiores serão as probabilidades de comportamentos suicidas (Schwartz & Rogers, 2004; Silva, 2002a; Staal & Hughes, 2002). Portugal acompanha esta tendência, apresentando os valores mais elevados de suicídio a partir dos 75 anos de idade. Já no que se refere ao suicídio de polícias, os dados de Ribeiro e Carmo (2001) relativos ao período entre 1992-2000, constataam uma realidade precisamente inversa, isto é, os casos de suicídio tendem a decrescer com o aumento

da idade. Em termos práticos, estes resultados apontam a faixa etária dos 24 aos 29 anos de idade como aquela que apresenta uma maior percentagem de suicídios. Na tentativa de explicar o porquê destes resultados inversos encontrados neste estudo, podemos colocar como hipótese o facto de a maioria dos efectivos policiais, aquando do início das suas carreiras, se encontrarem afastados das suas famílias e amigos e, conseqüentemente afastados da sua rede de suporte social que poderia funcionar como factor protector neste comportamento que é o suicídio. Adicionalmente, e despoletando alguma controvérsia quanto à variável idade, Violanti (1995), nos seus estudos com polícias americanos, encontrou um maior número de suicídios entre os polícias mais velhos, facto que poderá estar associado com o aproximar da realidade da reforma e conseqüente separação com o estilo de vida de polícia que marcou todo um percurso, o que sugere que muitos polícias não estão preparados para simplesmente deixar para trás a sua actividade profissional.

Quanto ao **estado civil**, vários são os autores que consideram que aqueles que vivem sozinhos e são solteiros aparecem como um grupo que tem mais propensão para se envolver em comportamentos suicidas do que os indivíduos casados ou a viver em união de facto (Packman et al., 2004; Rothmann & Rensburg, 2001). A este respeito, Stack (1990, cit. in Silva, 2002a), num estudo comparativo de taxas de suicídio entre americanos divorciados e casados, verifica que os primeiros apresentam quatro vezes mais o risco de vir a praticar suicídio e, mesmo as mulheres divorciadas (com índices inferiores aos homens) manifestam valores de suicídio mais altos do que as mulheres casadas. Os resultados de Zimmerman e colaboradores (1995, cit. in Peixoto et al., 2006) vão precisamente no mesmo sentido, uma vez que concluem que a ideação suicida (um precursor determinante no suicídio) é mais prevalente entre os indivíduos não casados e mais jovens. Dados diferentes apresentam Staal e Hughes (2002), que a partir da amostra estudada, verificam que 46% dos indivíduos que cometeram suicídio eram casados, e nestes, 99% deles atravessava dificuldades e problemas conjugais. Da análise de Ribeiro e Carmo (2001) sobre o estado civil dos elementos policiais que praticaram suicídio entre 1992-2000, constata-se que não se pode estabelecer uma correlação entre estas duas variáveis, na medida em que se registam 52% de suicídios entre casados e 44% entre solteiros, valores muito aproximados para assumirem importância estatística. Mais do que o estado civil, White e Honig (1995, cit. in Silva, 2002a) são da opinião que os problemas conjugais representam um elemento bem mais importante, estando frequentemente associado com o suicídio de polícias.

## 2.2. História de vida e contexto familiar

Os aspectos da história de vida dos indivíduos, bem como o contexto familiar onde cresceram ou vivem, funcionam como importantes indicadores de suicídio.

Yang e Clum (1996) propõem que os factores ambientais de desenvolvimento precoce estão associados com o comportamento suicida na idade adulta, nomeadamente a psicopatologia na família, os maus-tratos infantis, a instabilidade familiar, o ambiente familiar e as relações interpessoais pobres. Através de uma revisão bibliográfica estes autores indicaram uma relação entre o comportamento suicida de um indivíduo e a psicopatologia da respectiva família, especialmente alcoolismo, depressão e atitudes suicidárias. Verificaram também que os sujeitos que exibem tendências suicidas, frequentemente passaram por experiências de maus-tratos infantis, incluindo abuso físico, sexual e negligência, sendo que as experiências de abuso assumem uma maior preponderância no comportamento suicida do que a negligência. No que respeita à experiência de instabilidade familiar, definida como separação dos pais, divórcio, ausência e morte na família, consistentemente os estudos têm encontrado relações entre estas variáveis e o suicídio. Quanto ao ambiente familiar, associa-se ao comportamento suicida no que diz respeito às atitudes parentais restritivas e demasiado protectoras, falta de afectividade e coesão familiar, baixo controlo, baixa organização, baixa expressividade e baixa independência, violência e elevado conflito familiar. Em termos gerais estes autores sugerem que os estilos parentais assumem uma importante influência a longo prazo nas atitudes suicidas. Relativamente às relações interpessoais, os mesmos autores verificaram que relações positivas parecem diminuir o risco de suicídio, muito embora o número de estudos nesta área seja ainda inconclusivo, não permitindo estabelecer uma relação directa entre relações sociais e atitudes suicidas.

Resultados similares foram encontrados por Maris e colaboradores (2000, cit. in Packman et al., 2004) e Wagner (1997, cit. in Packman et al., 2004), que verificaram que acontecimentos de vida negativos, como história de abuso físico ou sexual e violência doméstica são frequentemente assinalados como factores de risco para o suicídio. Também Allardt (1975, cit. in Silva, 2002a) refere que as baixas taxas de suicídio se devem a uma maior coesão familiar, alertando assim para a importância do ambiente familiar. Ainda para reforçar a importância que o contexto familiar exerce no comportamento suicidário, podemos enunciar os estudos de Sampaio (1991) com 52 adolescentes que tentaram o suicídio, que o levam a caracterizar a família do adolescente suicida como uma “estrutura disfuncional, apontando no sentido de alta rigidez e alta coesão (...) onde existem frequentes conflitos intrafamiliares” que apresentam “dificuldades na comunicação (...) e redes de sociabilidade muito pobres.” Ainda a este propósito, De Man e colaboradores (1992, cit. in Peixoto et al.,

2006) referem que, de entre os acontecimentos de vida, os problemas familiares, na forma de eventos negativos e dificuldades persistentes, estão fortemente associados com a ideação suicida, constituindo esta um passo importante para o suicídio.

Quanto à história de vida do sujeito e sua interferência no suicídio, Packman e colaboradores (2004), elegem como principal determinante a presença de comportamento suicida prévio, indicando que as tentativas de suicídio anteriores aumentam significativamente a vulnerabilidade para o suicídio efectivado. Adicionalmente, o padrão familiar de comportamento suicidário parece também servir para promover o risco, através de influências genéticas, modelação de comportamento ou ambos. Roy e colaboradores (1991, cit. in Peixoto et al., 2006) demonstraram que factores genéticos ou familiares concorrem para o aumento do risco de suicídio. Nesta mesma lógica, Friedmann (1984, cit. in Silva, 2002a, p.43), defende que os comportamentos suicidas de uma geração poderão influenciar as seguintes, afirmando que “a doença crónica de família, por exemplo depressão do pai, como comportamento suicidário, pode afectar mais tarde o jovem”. Os antecedentes de doença psiquiátrica no próprio ou na família, bem como a história de tentativa de suicídio na família desempenham, segundo Peixoto e colaboradores (2006) importantes factores de risco para o comportamento suicidário. Concretamente, um estudo destes autores com doentes que efectuaram pelo menos uma tentativa de suicídio, conclui que 32% daqueles que apresentavam ideação suicida, possuíam antecedentes de tentativa de suicídio na família. Vários estudos que analisaram famílias com história de suicídio e tentativa de suicídio, permitiram associar o aumento da vulnerabilidade para o comportamento suicidário nos elementos dessa mesma família (Brent et al., 2002; Cheng et al., 2000, cit in Peixoto et al., 2006). O contexto familiar desempenha, assim, um papel determinante na vida de cada indivíduo, pelo que a sua relevância no fenómeno do suicídio deva ser considerada, embora em conjunto com outros importantes elementos.

Ainda no que diz respeito à relevância do contexto familiar e o seu papel no suicídio, vários são os autores que partilham da opinião que são os problemas familiares, mais concretamente os problemas conjugais, o precipitante que mais influencia o suicídio dos elementos familiares (Rothmann & Rensburg, 2001; Silva, 2002a; Violanti, 1995, 1996). Os dados da literatura consideram que os indivíduos com um bom suporte, particularmente em termos conjugais, apresentam uma menor probabilidade de desenvolver a ideação suicida e que, a nível social, o apoio de pessoas significativas concorre para expandir as estratégias adaptativas e de sobrevivência (Vilhjalmsson et al., 1998, cit. in Peixoto et al., 2006). Um estudo de Janik e Kravitz (1994, cit. in Violanti, 1996) revela precisamente que um polícia com problemas no casamento apresenta uma probabilidade acrescida (cerca de 4.8 mais

vezes) de tentar o suicídio. Igualmente Goldfarb (2005) refere que o suicídio na polícia relaciona-se mais directamente com os problemas relacionais do que com o stress, afirmando que em 14 suicídios entre polícias de Nova York, 12 deles foram associados a situações de divórcio e rupturas de relacionamentos. Polícias que se encontrem a atravessar uma experiência de divórcio, apresentam, segundo este autor, uma probabilidade cinco vezes maior de cometer suicídio do que um polícia que viva um casamento estável. Contudo, este autor não ignora a importância do stress, considerando que estes problemas relacionais vividos pelos polícias estão altamente associados com o stress que estes experienciam com a profissão. Aliás, stress ocupacional e problemas conjugais formam um círculo completo, cada um exacerbando o outro, já que o polícia não é o único a sentir os efeitos adversos do stress inerentes à sua profissão. As consequências do stress nos polícias, como já referimos anteriormente, são severas, mas estes efeitos podem também, paralelamente, afectar de forma séria os elementos da sua família. O stress assume, assim, profundos efeitos na vida do polícia, especialmente na sua vida familiar, predispondo-a desta forma a rupturas como o divórcio. Stone (2004) considera que as esposas dos polícias experienciam sérias dificuldades em adaptar-se às exigências da profissão dos respectivos companheiros devido ao trabalho por turnos, ao perigo e à imprevisibilidade desta ocupação, bem como usualmente verbalizam que os seus maridos polícias, após alguns anos de carreira alteram significativamente o seu comportamento e atitudes, fruto da contínua exposição a situações de crise. Goldfarb (2006), considera igualmente que se os polícia alteram o seu comportamento, as suas mulheres também. Em qualquer casamento, ambas as partes sofrem alterações e mudanças, mas quando um dos elementos é polícia, essas mudanças ocorrem de uma forma mais rápida e intensa, conduzindo a uma taxa de divórcio que esta autora situa nos 70%, valor que representa mais do que o dobro da média nacional no Canadá. Stratton (1978, cit. in Violanti, 1996), tal como Brown e Campbell (1994) encontram igualmente uma elevada taxa de divórcios entre os polícias, que poderemos atribuir a este ambiente familiar que se torna stressante, deixando de funcionar como um factor protector para se tornar, também ele, num factor precipitante no que toca ao suicídio. Tendo mais uma vez presente os dados de Ribeiro e Carmo (2001), estes sugerem que cerca de 34% do total de elementos policiais que praticaram suicídio estavam a ultrapassar um relacionamento conturbado, dados estes que nos permitem dar credibilidade ao papel determinante que esta variável assume no suicídio destes profissionais.

### **2.3. Condição médica e abuso de substâncias**

Já constatamos que a profissão de polícia está repleta de stress psicológico, perigo e disrupção familiar. Contudo, as suas consequências são ainda mais nefastas, chegando a afectar a própria condição física dos polícias. Neste sentido, tem vindo a ser argumentado que os polícias apresentam um risco de mortalidade aumentada, como resultado da sua profissão, tornando-os um grupo com uma esperança de vida mais curta que os cidadãos que procuram servir e proteger. O risco de doença e mortalidade para os polícias é significativamente maior do que noutras profissões (Blum, 2000). Por exemplo, Feuer e Rosenman (1986, cit. in Violanti et al., 1998, p.372), encontram que “na profissão de polícia os índices de mortalidade para doenças infecciosas, digestivas, vasculares e diabetes são mais elevadas do que em bombeiros”, parecendo a causa desta associação (profissão polícia – doença) residir no elevado stress psicológico de que os polícias são vítimas. Segundo Violanti e colaboradores (1998), este stress psicológico funciona como catalisador para a malignidade em determinados pontos do organismo, acreditando-se também que constitui um mediador imunológico, que poderá mesmo conduzir ao aparecimento do cancro. Os resultados destes autores indicam precisamente um elevado número de polícias com cancro, especialmente entre os 10 e os 19 anos de serviço, resultados estes consistentes com outros estudos que apontam os polícias com o mesmo intervalo de serviço como aqueles que comunicam os valores mais elevados de stress. Pancheri e colaboradores (2002) apoiam a mesma hipótese do stress como influenciando o sistema imunitário através de alterações endócrinas, que conduzem a um estado de imunodepressão e conseqüente aumento da susceptibilidade a infecções e outras doenças.

Mais ainda, vários estudos demonstram que enveredar pela profissão de polícia aumenta a probabilidade de doenças coronárias e cardiovasculares, estimando-se que um polícia depois de cerca de 19 anos de serviço, apresenta um risco muito mais elevado (cerca de 30%) de vir a morrer por causas cardíacas do que a população civil (Blum, 2000). Também Fonseca (2003) é da opinião que os polícias sofrem danos à saúde bem mais elevados do que um cidadão comum, apresentando uma incidência maior no que se refere a doenças cardíacas que são responsáveis por 20 a 50% das reformas por incapacidade física. Este autor e outros (Anshel et al., 1997; Blum, 2000; Fisher, 2003; Harpold & Feemster, 2002; Monteiro, 2002; Pancheri et al., 2002; Violanti et al., 1998) são unânimes em atribuir estas consequências médicas devastadoras ao stress inerente da profissão que exercem. É importante ainda referir que as doenças físicas, só por si, poderão constituir um importante stressor para os indivíduos. Episódios agudos de doença poderão conduzir ao aumento da ansiedade e perturbações depressivas, especialmente numa organização como é a Polícia, em que os seus efectivos

poderão preocupar-se particularmente com os efeitos da condição física sobre a sua capacidade de trabalho (Brown & Campbell, 1994).

Este ciclo “stress-doença-stress”, não cessa contudo aqui. A existência de uma condição médica grave como o cancro, tem vindo a ser identificada como factor de risco para o comportamento suicida (Bongar, 2002, cit. in Packman et al., 2004). Outros autores como Heikkinen e colaboradores (1994, cit. in Silva, 2002a) referem que as doenças somáticas são responsáveis por 22% dos casos de suicídio estudados, o que nos leva a indicar a doença física como mais um elemento a acrescentar na lista de factores de risco para o suicídio de polícias. E, se estes efectivamente apresentam uma maior probabilidade de desenvolver doenças (coronárias, cardiovasculares, cancro, etc.), também apresentarão uma maior probabilidade de incorrer em comportamentos suicidários e então o ciclo continua (stress-doença-stress-suicídio).

Porém, não é apenas o stress o responsável pelas taxas elevadas de doença nos polícias. O trabalho por turnos, que afecta a dieta alimentar e os hábitos de exercício praticados por este grupo profissional, exerce igualmente um papel determinante no desenvolvimento de determinadas condições médicas. Devido às refeições pobres e irregulares, ao consumo excessivo de álcool, bem como à falta de exercício que caracterizam os hábitos de um grande número de polícias, não é de admirar a elevada prevalência de arteriosclerose, colesterol, cirrose hepática, doenças digestivas e obesidade nesta população. O elevado risco de cancro no cólon poderá ainda resultar da complexa interacção entre stress, trabalho por turnos, falta de exercício e hábitos alimentares pouco saudáveis.

Por outro lado, o stress vivido pelos polícias poderá paralelamente conduzir a comportamentos desadaptativos que, por sua vez, poderão precipitar determinadas doenças. Exemplos desses comportamentos desadaptativos são o abuso de álcool, tabaco e outras substâncias, que alguns autores consideram caracterizar o estilo de coping de evitamento que é comum aos polícias quando confrontados com elevados níveis de stress (Burke, 1993 cit. in Anshel et al., 1997; Anshel, 2000 cit. in Rothmann & Rensburg, 2001). Como já referimos, os polícias, quase diariamente, enfrentam incidentes traumáticos, inesperados e súbitos que ultrapassam os limites de qualquer experiência normal, resultando num profundo impacto físico, emocional e psicológico, mesmo nos polícias mais experientes. A capacidade para lidar com estes incidentes vai depender das experiências traumáticas anteriores, do desenvolvimento apropriado de estratégias de coping para lidar com o stress, disponibilidade de redes de suporte (família, amigos e colegas) e do reconhecimento dos sinais e sintomas de stress. Alguns polícias, contudo, acreditam que o uso e abuso de substâncias, como o álcool, constitui a melhor forma de superar estas situações. Obviamente, nem todos os polícias lidam

com o stress abusando de substâncias e nem todos eles abusam de substâncias para ultrapassar os efeitos do stress e trauma (Cross & Ashley, 2004). Todavia, a evidência sugere claramente que estas duas variáveis (experiência de stress e abuso de substâncias) estão intrinsecamente associadas.

Particularmente, o abuso de álcool tem vindo a ser eleito como um problema frequente entre esta classe de profissionais. Richmond e colaboradores (1998), numa investigação sobre o estado de saúde dos polícias, verificou que 48% dos elementos masculinos e 40% dos elementos femininos da amostra, consumiam álcool excessivamente, sendo estes valores alarmantes, muito embora não apresentem informações concretas sobre os critérios que usaram para determinar o consumo excessivo. Os mesmos autores especulam algumas razões para o consumo de álcool ser mais proeminente nesta profissão, quando comparada com outras. Por um lado, consideram que homens que trabalham numa profissão dominada pelo sexo masculino, apresentam uma maior probabilidade de consumir mais álcool que homens que exercem uma profissão mais equilibrada em termos de género. Ora, como sabemos, a profissão de polícia consiste obviamente num exemplo marcadamente masculino, e as poucas mulheres polícias, na tentativa de se adaptarem, acabam muitas vezes por enveredar por este comportamento desadaptativo.

Por outro lado, o consumo de álcool, na maior parte das vezes no final dos turnos, faz parte da cultura policial, ou seja, consiste num instrumento de coping que continua a ser de alguma forma perdoado por esta cultura (Clark & White, 2003). A este respeito, Cross e Ashley (2004, p.27), argumentam que inicialmente o consumo de álcool aparece como uma prática para “fomentar a camaradagem e a interacção social entre os polícias, mas cedo se torna num perigoso mecanismo para camuflar o stress”. Estes autores apontam outras razões, mais de carácter ocupacional, que poderão igualmente conduzir ao uso abusivo de álcool pelos polícias, nomeadamente a despersonalização (reagir ao stress sem manifestação emocional), o autoritarismo (o comportamento do polícia é regulado por um conjunto de directrizes, fazendo-o sentir como se não detivesse qualquer controlo), a protecção organizacional (estrutura que protege os elementos policiais de qualquer forma de criticismo) e o perigo iminente (stress relacionado com a consciência de que as suas vidas estão em constante perigo).

Também de acordo com Violanti (2004b), a cultura policial promove o uso de álcool como recurso para enfrentar o stress inerente à profissão. Identicamente, Anshel (2000, cit. in Rothmann & Rensburg, 2001) expressa a sua preocupação com o facto do álcool não apenas ser largamente usado pelos polícias, como também constituir uma forma de lidar com o stress aceite pelos serviços. Para Violanti (1996), mais de 25% dos polícias apresentam sérios

problemas relacionados com o abuso de álcool, que, por seu turno, poderão significar sérios problemas profissionais, tais como absentismo, intoxicação durante o horário de trabalho, queixas dos supervisores e cidadãos por má conduta em serviço, acidentes de trânsito e decréscimo geral no desempenho profissional. A estas consequências, Clark e White (2003) somam o aumento dos sentimentos de depressão e impulsividade, as dificuldades conjugais e as complicações médicas. Como podemos verificar, o abuso de substâncias, nomeadamente o álcool, acarreta consequências não apenas limitadas ao indivíduo, podendo também estender-se aos familiares, colegas de trabalho, entidade empregadora e aos próprios cidadãos que dependem dos elementos policiais. Precisamente a este respeito, Cross e Ashley (2004, p.27) afirmam que “o abuso de substâncias pelos polícias não constitui uma viagem pessoal, já que eles têm que estar sempre preparados para conscientemente e continuamente reagir, responder, servir e proteger.” Ora, podemos desde já considerar ser difícil para um polícia corresponder a todas estas expectativas enquanto sóbrio, quanto mais se estiver debilitado pelos efeitos do álcool ou outras substâncias.

São, portanto, muitas as consequências adversas do consumo excessivo de álcool. Todavia, os seus efeitos não ficam por aqui, podendo também conduzir a um fim mais trágico, como é o suicídio. Um estudo elaborado por Cross e Ashley (2004) com polícias de Chicago, demonstrou que em 20 suicídios cometidos, 12 deles foram atribuídos a problemas de alcoolismo. Ainda outro estudo efectuado por Violanti (1995), verificou que num total de 27 casos de suicídio de polícias, metade deles tinha história de problemas médicos e muitos deles apresentava um passado de problemas com álcool.

Todos estes dados levam-nos a considerar que um polícia na posse de uma arma e que abusa de álcool ou de outras substâncias que aumentam o grau de impulsividade, representa um perigo para si mesmo, bem como para a sua família, colegas de trabalho e público. Pinto da Costa (1989, cit. in Silva, 2002a) e Tanney (1992, cit. in Packman et al., 2004) afirmam que o álcool contribui para o suicídio, mediante o seu papel desinibidor. Desta forma, o que será capaz de fazer um polícia desinibido pelos efeitos do álcool, vítima de elevados níveis de stress profissional, com problemas familiares e de saúde, sentindo-se isolado e desprezado pela sociedade e com uma arma na sua cintura? A resposta a esta questão é clara, passando por uma triologia de elementos frequente entre os polícias, dada a natureza da própria profissão e que se caracteriza pelo perigoso *continuum*: stress, consumo de álcool e, finalmente o suicídio. Uma outra variável que intervém neste processo é a depressão que serve simultaneamente de causa e consequência do abuso de álcool. Se, por um lado, os sentimentos de depressão, não raros entre a classe policial, aumentam o consumo de álcool (como forma de auto-medicação), sabe-se também que esta substância, quando consumida

frequentemente, deprime o Sistema Nervoso Central, estabelecendo, de acordo com Diamond (2003, p.56) uma verdadeira “espiral descendente”, que poderá encontrar o seu fim no suicídio.

Pelo que expusemos, ficou claro que as doenças físicas e o consumo de álcool podem aumentar o risco de ideação ou a tentativa de suicídio. Contudo, devemos ainda chamar a atenção que esta relação não é directa, ou seja, o estado de saúde e o abuso de substâncias, só por si, não conduzem aos comportamentos suicidários. Trata-se antes de uma associação mediada por vários factores, como por exemplo os sintomas depressivos (Conwell et al., 2000, cit in Peixoto et al., 2006).

#### **2.4. Características psicológicas, cognitivas e psicopatológicas**

Terminamos o ponto anterior com uma breve alusão à depressão e, efectivamente, esta perturbação tal como outras características pessoais, de natureza mental e/ou cognitiva, desempenham um papel determinante no comportamento suicidário. Daí que Packman e colaboradores (2004) defendam que, para avaliar consistentemente o potencial de suicídio, torna-se necessário considerar os traços de personalidade de um dado indivíduo. Mann e Neece (1990) partilham esta opinião, alegando que é imprescindível compreender a personalidade de um polícia para posteriormente determinar qual a dinâmica envolvida nos danos mentais que o afectam. Estes últimos autores referem que os polícias, muito embora sejam diferentes entre si, partilham certas características, sendo a mais proeminente o auto-controlo. Muitos polícias asseguram o seu auto-controlo através do bloqueio das emoções, outros sentem necessidade de provar a eles próprios que são fortes e que mantêm o controlo de forma a obter aceitação social, enquanto há outros ainda que exibem uma elevada auto-confiança sem sacrificar as suas emoções. Este conceito de auto-confiança remete-nos para um outro semelhante que é o conceito de auto-estima, e a este propósito, Yang e Clum (1996) sugerem que a baixa auto-estima encontra-se marcadamente relacionada com o comportamento suicida, da mesma forma que o locus de controlo externo, os défices na resolução de problemas e o sentimento de desespero, que também funcionam como importantes preditores da ideação suicida.

A este propósito, Peixoto e colaboradores (2006) referem que a auto-estima e a capacidade de adaptação para enfrentar e superar os problemas estão envolvidas na génese da ideação suicida. Sendo assim, polícias que apresentem reduzida auto-estima, que acreditem que as suas vidas dependem da sorte ou de outros factores externos, com dificuldades em resolver eficazmente as situações geradoras de stress e com expectativas negativas

(desespero), apresentam, portanto, um maior risco de cometer suicídio. Aliás, o comportamento suicidário consiste no produto final de uma sequência de eventos que tem o seu início cedo no desenvolvimento, através de um conjunto de circunstâncias que aumentam o risco desse comportamento mediante o seu impacto no funcionamento cognitivo. A depressão, que contribui para a já supracitada baixa auto-estima, é precisamente considerada um resultado das experiências prévias do indivíduo, sendo definida por Serra (1989, cit. in Silva, 2002a, p.56) como “um distúrbio fundamentalmente cognitivo, em que o indivíduo desenvolve uma tríade típica: visão negativa de si mesmo, do mundo e do futuro”. Por seu turno, Diamond (2003, p.55) caracteriza a depressão como o “resultado de alterações na concentração de químicos no cérebro que regulam o estado de espírito, a energia, o sono e o apetite”. Os sintomas desta perturbação incluem diminuição da energia ou aumento da fadiga e perda de interesse para participar em actividades que anteriormente geravam prazer.

Nos elementos policiais, estes sintomas de depressão tornam-se evidentes, afectando as idas regulares ao ginásio, perturbando o sono e a capacidade de concentração, o que pode conduzir a acidentes de viação e a um pobre desempenho profissional, para além de que frequentemente ficam mais irritados e intolerantes. Segundo um estudo de De Leo e colaboradores (2005, cit. in Peixoto et al., 2006) a depressão aumenta até três vezes o risco de experimentar ideação suicida. A depressão constitui uma perturbação comum, com um peso considerável na prevalência do suicídio (Pinto da Costa, 1989, cit. in Silva, 2002a), não havendo razões para esperar que os polícias detenham alguma imunidade especial a este distúrbio mental. Mais tarde, Pinto da Costa (2004, p.92) vem referir que “por uma profunda depressão, pode haver alteração do instinto de conservação da vida, com atracção para a morte. Pode a tristeza tornar-se intolerável, acabando o indivíduo por decidir, em estado de opção, pelo suicídio (...) O deprimido sente-se directamente atraído para o suicídio”.

Dados de Violanti e colaboradores (2006) sugerem que 16% da sua amostra de polícias preenche os critérios para o diagnóstico de depressão. Por outro lado, Kates (1999) vem afirmar que, a maioria dos suicídios (cerca de 80%) vêm no seguimento de depressão e de outras perturbações mentais não tratadas. Também Taney (1992, cit. in Packman et al., 2004, p.669) declara que a “presença de uma desordem afectiva, incluindo depressão major e perturbação bipolar, colocam o sujeito num elevado risco, na medida em que o suicídio ocorre mais frequentemente na presença destas desordens do que em qualquer outra perturbação mental”. Ainda a respeito da depressão, Blum (2000, p.80) refere que a “depressão que afecta os polícias é completamente diferente da depressão sentida pelos civis”. Estes últimos ficam deprimidos devido a respostas desadaptativas e intrínsecas. Contudo, a depressão nos polícias resulta da sua experiência, da incapacidade em controlar muitas das situações profissionais

com que se defrontam. Assim, estas situações externas representam a causa para a depressão nos polícias, e não alguma fragilidade mental ou emocional.

A depressão tem vindo a ser relacionada com outro conceito que é o de desespero, que consiste num factor cognitivo caracterizado por expectativas negativas e considerado por Chioqueta e Stiles (2005) como o elemento central na depressão, como o factor-chave que alia a depressão ao suicídio, ocupando assim um papel determinante no desenvolvimento e predisposição para a ideação suicida. Minkoff e colaboradores (1973, cit. in Silva, 2002a, p.56) são da opinião de que a desespero é “mais marcante do que a depressão em si”, funcionando como “um indicador de risco suicida”. Mais ainda, Turvey (1995, p.4) vem afirmar que o desespero é o elemento motivacional que mais contribui para o suicídio, dizendo que “quando um polícia comete suicídio, é muito certamente uma expressão de desespero”. Parece claro, então, que a depressão funciona como um preditor no suicídio dos polícias, mais ainda quando está associada com este sentimento de desespero, estabelecendo-se, desta forma, uma articulação nociva entre depressão/desespero e suicídio.

O suicídio pode ainda resultar do uso inadequado de estratégias de coping, ou seja, da incapacidade dos polícias em resolver eficazmente as situações de stress. Especificamente, podemos distinguir duas principais categorias de coping a usar nestas situações percebidas como stressantes: estratégias de coping centradas na resolução dos problemas e estratégias de coping centradas nas emoções, muito embora seja possível identificar uma terceira categoria baseada nas estratégias de evitamento. A primeira categoria inclui esforços interpessoais agressivos para alterar a situação de stress, bem como esforços para solucionar os problemas. Por sua vez, a segunda categoria visa essencialmente reduzir o stress e regular as emoções, podendo abranger, entre outras respostas, o distanciamento, a fuga e o auto-controlo. De uma forma geral, considera-se que esta última categoria, bem como o evitamento, representam estratégias menos eficazes do que a primeira categoria, se bem que existam circunstâncias nas quais as estratégias centradas nas emoções se revelam apropriadas (Violanti, 1992, 1996).

Lennings (1995) argumenta que respostas de coping efectivas na presença de eventos negativos funcionam com factores resilientes, protegendo o sujeito do stress futuro, enquanto um evento negativo associado a estratégias de coping menos adequadas conduz à vulnerabilidade, implicando dificuldades na futura gestão de situações stressantes. Assim, os estilos de coping poderão funcionar como variáveis mediadoras do impacto que estes eventos críticos exercem sobre a ideação suicida. Este autor chama ainda atenção para o facto de que os polícias tendem a usar estratégias de coping desadequadas, muitas vezes tornando-se dependentes de um estilo de evitamento, como o uso de álcool, ou de estratégias de distanciamento. Estas últimas poderão conduzir à despersonalização, uma particularidade

saliente do comportamento e da cultura policial. A este respeito Violanti (1995, p.20) refere que “quando os polícias perdem a sua habilidade para enfrentar as situações críticas com êxito, eles poderão voltar-se para a derradeira solução para aliviar a pressão do stress”. Efectivamente, como afirma Turvey (1995) os polícias são treinados para isto mesmo, usar a última solução quando a situação o permite. Os polícias são preparados para assumir o controlo, para assumirem o papel de elemento regulador. Todavia, para uma situação que ultrapassa o seu controlo verbal e mesmo o seu controlo físico, a solução final é a arma. A arma significa controlo, podendo dizer-se que os polícias são treinados para resolver uma situação completamente deteriorada, de uma maneira ou de outra, com a sua arma. O problema que se coloca aqui é que, com o tempo, a cultura policial poderá criar um indivíduo treinado no uso de meios letais como forma de manter o controlo, que carrega uma arma e que é vítima de uma realidade profissional e/ou pessoal verdadeiramente stressante e, muitas vezes até traumática. Neste “cenário hostil”, o suicídio poderá surgir, portanto, como a tal derradeira solução para lidar com condições intoleráveis.

A maioria das pessoas parece ser capaz de encontrar formas alternativas, que não o suicídio, para resolver as situações problemáticas. Porém, a Polícia como grupo, tende a conceber um número limitado de alternativas para remover as circunstâncias indesejáveis, tendem a apresentar aquilo que já designamos por “constricção de pensamento”. Os polícias neste estado de constricção, que não é mais do que um estado de rigidez cognitiva, percebem apenas duas alternativas: eliminar a situação intolerável ou morrer. A este propósito Schotte e Clum (1982, p.695) declaram que “quando os indivíduos, rígidos cognitivamente, são colocados em condições de stress elevado, tendem a tornar-se desesperados e, conseqüentemente, a enveredar por comportamentos suicidas”. Desta afirmação podemos retirar que sujeitos com níveis mais elevados de ideação suicida, são também menos flexíveis no seu pensamento, apresentando, desta forma, défices na resolução de problemas. Esta associação resulta do facto de que as situações de vida negativas, quando conjugadas com pobres capacidades do indivíduo para solucionar as circunstâncias problemáticas, conduzem a sentimentos de desespero que, por sua vez, poderão levar ao desenvolvimento da intenção ou ideação suicida.

Mediante a análise anterior podemos dizer que todas estas variáveis (desespero, depressão, reduzida auto-estima, locus de controlo externo e défices na resolução de problemas) concorrem para aumentar o risco de suicídio, especialmente na classe policial que compõe uma das profissões mais stressantes e, que por isso, exige características de personalidade mais “estáveis” a fim de contornarem essa realidade.

Brown e Campbell (1994) apontam ainda outras variáveis de personalidade que poderão tornar os indivíduos mais predispostos aos efeitos negativos do stress e, conseqüentemente, ao suicídio. Neste sentido, sugerem que uma personalidade de tipo extrovertido, que está associada com a procura de estimulação, tende a permanecer estável quando sujeita a pressão e reporta poucos sentimentos desagradáveis, ao contrário dos introvertidos. Estabelecem ainda uma relação entre neuroticismo (dimensão de personalidade caracterizada pela tendência geral para experienciar afectos negativos) e reacções adversas, encontrando índices mais elevados desta dimensão nos polícias, quando comparados com os valores normativos. De alguma forma consistentes com estes resultados são os dados de Chioqueta e Stiles (2005) que encontraram também uma forte correlação do neuroticismo com a depressão, desespero e ideação suicida, alertando para a importância de avaliar esta dimensão quando se procura estimar o risco de suicídio nos polícias. Pinto da Costa (2004) considera que todo o suicídio tem uma base psicopatológica, se bem que, em alguns casos, ela não é suficientemente clara e nítida.

## **2.5. Factores protectores no suicídio**

Até este momento focamos toda a nossa atenção nos factores organizacionais e individuais capazes de potenciar o suicídio. Todavia, não podemos ignorar outro possível termo para o *continuum* do suicídio, já que existem também factores protectores, que tornam menos provável a ocorrência do comportamento suicidário. Referimo-nos a elementos que aumentam a resiliência, que actuam como “amortecedores”, protegendo o indivíduo contra os efeitos negativos dos factores de risco com que se vai confrontando a nível pessoal e/ou profissional.

Um dos factores protectores mais comumente identificado neste mesmo *continuum* é o suporte social, que consiste num conceito complexo e multifacetado, resultando em diferentes interpretações e definições. Assim, para House (1981, cit.in Cunha, 2004, p.25), o suporte social é definido como “um conjunto de transacções interpessoais que envolvem: preocupação emocional (amor, empatizar, gostar), ajuda instrumental (bens ou serviços) e informação sobre o meio social, e reconhecimento (informação necessária para a auto-avaliação).” Por sua vez, Lin e colaboradores (1986, cit. in Cunha, 2004, p.25) percebem o suporte social como composto pelas forças ou factores do meio social que facilitam a sobrevivência dos indivíduos, podendo incluir suporte instrumental e/ou emocional procedente ou percebido da sociedade onde o indivíduo está circunscrito, das instituições a que pertence e das interacções significativas que desenvolve. De forma mais sucinta,

podemos caracterizar o suporte social, socorrendo-nos da definição apresentada por Cobb (cit. in Cunha, 2004, p.32), para o qual este conceito é visto como a “percepção que o indivíduo tem de pertencer a um grupo social com o qual interactua”. Este autor sugere ainda que as consequências nocivas provocadas por eventos críticos serão mais facilmente minoradas se o indivíduo sentir que efectivamente pertence e é reconhecido pelo seu grupo.

Este suporte social, independentemente da forma como é definido, reveste-se de uma particular importância, reduzindo os efeitos de um acontecimento stressante, ao constituir uma ligação entre a saúde física e mental e ao permitir o estabelecimento e manutenção de laços estreitos que desempenham um papel determinante no sentimento de bem-estar. O suporte social pode advir de qualquer pessoa que, em caso de necessidade, está presente para prestar apoio. Sendo assim, membros da família, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, entre outros, podem perfeitamente assegurar este apoio, servindo como elementos atenuadores das consequências negativas de um qualquer acontecimento gerador de stress (Magalhães, 1999). Sabendo-se, portanto, dos efeitos benéficos do suporte social, sabendo-se que o stress psicológico pode ser “amortecido” através do desenvolvimento e manutenção de boas relações interpessoais (que constituem a base para o suporte social), é então aconselhável avaliar esta dimensão, promovendo, se possível, a qualidade destas interacções. No que concerne especificamente aos elementos policiais, considera-se que os responsáveis pelas várias instituições de Polícia encontram-se numa posição privilegiada para incrementar um bom ambiente social, e desta forma, contribuir para a diminuição das já conhecidas adversidades decorrentes do stress. Cunha (2004, p.19) valida esta ideia, afirmando que “se a instituição não apoiar os seus elementos, a única coisa que vai conseguir é a rebelião e o ressentimento, pois o que o elemento policial espera da sua instituição é o apoio quando precisa”. De salientar contudo, que, não obstante os superiores funcionarem como uma importante fonte de suporte social, muito mais eficiente e eficaz, segundo Fenlason e Beehr (1994, cit. in Cunha, 2004, p.32), seria o suporte social prestado pelos colegas de trabalho, pelos amigos e familiares. A explicação para tal reside, possivelmente, no facto de que no contexto familiar ou pessoal, os indivíduos apresentam uma maior abertura à contribuição dos outros para suprir determinado mal-estar, ao passo que, no contexto ocupacional, a relação de ajuda proporcionada por um superior hierárquico poderá ser associada a sentimentos de incompetência ou fracasso. Desta maneira, a relação de reciprocidade entre colegas com o mesmo estatuto e fora do contexto profissional parece ser melhor recebida. De qualquer forma, sabe-se que este suporte social que os indivíduos recebem no trabalho ou fora dele, exerce poderosas influências nos agentes que provocam o stress, sendo possível alegar que, ter boas relações com os outros, contribui para ajudar a combater o stress e resistir às

infecções e doenças, melhorando-se conseqüentemente a saúde física e mental (Cunha, 2004). Ora, nesta lógica, um polícia que mantém boas relações sociais é mais saudável física e mentalmente e, por conseguinte, menos vulnerável a comportamento suicidários. Podemos então afirmar que estas interações positivas poderão interromper o já referido ciclo stress-suicídio, na medida em que funcionam como variáveis intermediárias que previnem que o indivíduo incorra em comportamentos auto-destrutivos. Também Packman e colaboradores (2004) argumentam que o suporte social que envolve o indivíduo reveste-se de particular importância, na medida em que minimiza as conseqüências das experiências percebidas como ameaçadoras, providencia recursos para solucionar os problemas e oferece um *feedback* apropriado. A sua ausência significa pois um factor de risco a considerar no suicídio.

Obviamente que, para além do suporte social, podemos identificar outros factores protectores no suicídio, nomeadamente o acesso e utilização de tratamento apropriado, a saúde física, a flexibilidade cognitiva e as atitudes positivas perante a vida (Staal & Hughes, 2002). Daí que, as entidades policiais, de forma a prevenir os comportamentos suicidários entre os seus efectivos, deverão preocupar-se em providenciar e incentivar o apoio profissional credível, de maneira a prestar um tratamento adequado, bem como garantir um sistema de saúde também ele apropriado de modo a assegurar o bem-estar físico e psicológico dos polícias.

Gutierrez e colaboradores (2000) identificam igualmente alguns factores que tornam o suicídio menos provável, pela mediação que exercem entre o pensamento e as acções. Estes factores incluem a atracção pela vida, aversão à morte, objecções morais ao suicídio, medo do suicídio e sentido de responsabilidade para com a família. Tendo em conta estes últimos elementos de resiliência, faz sentido considerar também características individuais como a religião, que pode determinar as atitudes morais relativamente ao suicídio. Por exemplo, sabe-se que a igreja católica censura o suicídio. Já Durkheim (1982) refere que o catolicismo não só sanciona com penas morais de grande severidade, mas também ensina que, para lá da morte, começa uma nova vida, em que os indivíduos serão castigados pelas suas más acções, de entre as quais faz parte o suicídio. Por outro lado, podemos supor que sujeitos, dos quais dependam em grande parte as suas famílias, experienciem um peso de responsabilidade tão elevado que, só por isto, o suicídio torna-se numa alternativa menos provável.

Com base em todas estas reflexões, torna-se possível considerar o suicídio um fenómeno eminentemente complexo e multideterminado, que contempla tanto percursos individuais como organizacionais, estes últimos relacionados com o meio onde o indivíduo, seja ele polícia ou não, desempenha as suas tarefas de carácter profissional. O suicídio é pois,

segundo Osman e colaboradores (2003), uma realidade multidimensional. É um acto profundamente individual, resultando da conjugação e da confluência de múltiplos factores. Em suma, podemos dizer que o suicídio está dependente de numerosos factores de risco que se encontram num complexo “puzzle” bio-psico-social, constituído por eventos internos e externos, bem como dificuldades pontuais que desenvolvem expectativas e sentimentos negativos, particularmente se os recursos dos indivíduos forem escassos ou ausentes. Serão, portanto, necessárias análises multivariadas para avaliar consistentemente as relações causais na formação e manutenção do comportamento suicidário e para identificar factores de risco para a tentativa e ideação suicida. Parece ser consensual, que todos os sinais de alerta para o suicídio não são, na sua maioria, suficientes para desencadear o comportamento suicidário, se forem considerados de forma isolada. É o seu conjunto que estabelece a eventual ruptura em relação ao estado habitual do indivíduo (Walter & Tokpanou, 2003, cit. in Peixoto et al., 2006). Assim, os profissionais de saúde mental devem idealmente adoptar uma perspectiva eclética quando procuram avaliar o risco de suicídio num determinado grupo de sujeitos, como os polícias.

Tendo abordado os factores organizacionais e individuais que influenciam o suicídio nos elementos das forças policiais, avançamos seguidamente para a descrição do estudo empírico efectuado junto de uma amostra de elementos provenientes de três forças policiais portuguesas.

# **Capítulo 3**

## **Metodología**

Pretendemos neste capítulo descrever a metodologia utilizada no estudo empírico, referindo os objectivos e hipóteses formuladas, a construção do questionário, os procedimentos de recolha e a codificação de dados, terminando com a caracterização da amostra.

### **3.1. Objectivos e Hipóteses**

Como já referimos na Introdução, este trabalho tem como objectivo o estudo do suicídio nas forças policiais, comparando os resultados da Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia Judiciária.

Tendo em conta este objectivo, formulamos as seguintes hipóteses:

- As três forças policiais apresentarão padrões de resposta diferentes.
- A ideação/comportamentos suicidas varia em função de características individuais, nas quais destacamos idade, estado civil, habilitações literárias, ter filhos, estar deslocado em serviço e tempo de serviço.
- A ideação/comportamentos suicidas varia em função da existência de experiências profissionais potencialmente ameaçadoras e perturbadoras.
- A ideação/comportamentos suicidas varia em função do índice de desânimo (expectativas negativas perante o futuro) e depressão.

### **3.2. Construção do questionário**

Atendendo à especificidade e susceptibilidade que o tema do suicídio poderia levantar numa actividade tão específica como a das forças policiais, optamos por efectuar a construção de um questionário, tendo em conta os objectivos do estudo, o tempo e os recursos disponíveis para a realização do mesmo, bem como a nossa experiência profissional e os estudos existentes nesta temática.

Após algumas aplicações que funcionaram como pré-teste, e efectuadas as devidas rectificações e melhoramentos para colmatar algumas dificuldades e dúvidas detectadas, elaboramos a versão final do questionário (apresentada em anexo), constituída por um total de 28 grandes questões, maioritariamente fechadas e com um formato de escala de intensidade ou frequência.

Assim, o questionário começa por abordar a dimensão sociodemográfica, recolhendo dados sobre a idade, sexo, força policial a que pertence, habilitações literárias, estado civil, profissão do cônjuge, existência e idade dos filhos, se está deslocado em serviço, anos de

serviço, anos de serviço na actual função, categoria profissional e distrito onde exerce funções.

Em seguida são apresentadas questões que se relacionam com o perigo das funções, conflito da profissão com a família e razões para esse conflito, frequência de problemas pessoais (ex: problemas conjugais, financeiros, de saúde, etc.) e grau de perturbação desses problemas, consumo de substâncias (ex: tabaco, café, bebidas alcoólicas, fármacos, etc.), confronto com situações potencialmente traumáticas (ex: homicídio, tiroteios, acidentes de viação graves, suicídio de colegas, vítimas de crimes, etc.) e grau de perturbação que tais acontecimentos acarretam, grau de concordância perante afirmações relativas à opinião pública sobre a instituição, história de ameaças e agressões vividas no exercício das funções profissionais, antecedentes de tratamento psicológico ou psiquiátrico, satisfação profissional, sentimentos de depressão/auto-confiança, ideação/comportamentos suicidas, antecedentes familiares de suicídio e eventuais causas do suicídio nas forças policiais.

Integramos também uma adaptação do inventário PANSI (The Positive and Negative Suicide Ideation) de Osman e colaboradores (1998, cit in Osman et al., 2002), que consiste num instrumento que avalia a frequência de factores de risco e factores protectores relacionados com o comportamento suicida.

Apresentamos ainda uma versão do BDI (Beck Depression Inventory) revista por Diegas e Cardoso (1986), constituída por 21 itens que medem a severidade da depressão em adultos e adolescentes. Cada item é constituído por um conjunto de afirmações cognitivas e comportamentais que reflectem diferentes níveis de severidade, cotados de 0 a 3, podendo a pontuação variar entre 0 e 63.

Por fim, apresentamos a BHS (Beck Hopelessness Scale) de Beck e colaboradores (1974), composta por um conjunto de 20 afirmações, classificadas como verdadeiras ou falsas, tendo como principal propósito avaliar a extensão das expectativas negativas relativamente ao futuro, pois estas compõem uma das principais características da depressão. Nove afirmações são classificadas como falsas e onze como verdadeiras. Cada resposta é pontuada com 0 ou 1 e os resultados podem variar entre 0 e 20 valores, indicando os valores elevados níveis aumentados de expectativas negativas. Este instrumento permite ainda distinguir três dimensões diferentes, designadas por afectiva, motivacional e cognitiva.

A inclusão destes dois últimos instrumentos prende-se com o facto de que, por um lado, um dos preditores do suicídio mais comumente identificado na bibliografia consiste precisamente na depressão (Rogers, 2001a; Linehan, 2000 cit in Schwartz & Rogers, 2004) e, por outro lado, de acordo com Glanz e colaboradores (1995), as expectativas negativas, isto é, os sentimentos de desânimo, estão claramente associados com o aumento dos

comportamentos suicidários. Da mesma opinião, Schotte e Clum (1982) referem o desânimo como uma variável marcante nesta problemática. Assim, valores elevados em instrumentos que medem sintomas depressivos (tal como, o BDI e a BHS) poderão estar positivamente correlacionados com o aumento do risco de tentativas suicidárias. Por esta razão incluímos estes dois instrumentos no nosso questionário, mesmo correndo o risco de este se tornar um pouco extenso.

### **3.3. Procedimento**

Os questionários foram administrados a voluntários, contactados a partir da nossa rede de conhecimentos pessoais (enquanto familiar de elementos da PJ e da PSP), sem que para isso se tenha formalizado um pedido de autorização às respectivas forças policiais. Como tal, reflecte apenas a opinião dos inquiridos, e sendo voluntários, poderão desde logo enviar os dados. Optamos por este procedimento não só por constrangimentos de tempo, mas também pelo facto de ao longo do estudo terem sido noticiados diversos casos de suicídios nas forças policiais (nomeadamente em Agosto e Outubro de 2005 e Março, Maio, Agosto e Outubro de 2006, entre outras...) por vezes com acusações para as entidades de chefia, o que tornou o tema melindroso e mais difícil de estudar no âmbito de uma dissertação de mestrado. Isto é, através deste estudo pretendemos apenas “levantar a ponta do véu” sobre o tema, sem pretender provocar constrangimentos nas forças policiais e sem as vincular às conclusões obtidas. Contudo, com este procedimento e dados os casos frequentes de suicídio gostaríamos de um dia poder efectuar um estudo mais alargado e autorizado oficialmente.

Para podermos distribuir os questionários pelos voluntários, socorremo-nos dos nossos familiares/conhecidos que integram as forças policiais e, uma vez feita a apresentação informal dos objectivos deste estudo a essas pessoas, elas foram sucessivamente solicitando a colaboração dos colegas, garantindo-se a confidencialidade e anonimato dos dados. Os questionários foram distribuídos e posteriormente devolvidos ao elemento responsável, de acordo com a disponibilidade dos voluntários inquiridos.

No total foram distribuídos 50 questionários na Policia de Segurança Pública, 50 na Guarda Nacional Republicana e 50 na Policia Judiciária. Dos 150 questionários, foram devolvidos preenchidos apenas 106 exemplares (39 da PSP, 37 da GNR e 30 da PJ). Atendendo ao número reduzido de elementos do sexo feminino, optamos por eliminar os questionários preenchidos por mulheres, bem como os questionários preenchidos por elementos policiais que desempenhavam funções administrativas e similares, no sentido de tornar a nossa amostra final mais homogénea e coesa. Desta forma, no final reunimos 26

questionários por força policial, num total de 78 questionários distribuídos equitativamente pelas três forças.

### 3.4. Codificação dos resultados

Uma vez recolhidos os dados, estes foram introduzidos numa matriz do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, versão 14). Cada linha corresponde a um inquirido (num total de 78) e cada coluna a uma questão e respectivas alíneas, num total de 185 colunas.

Em função dos objectivos e das características dos dados obtidos, recorremos aos testes estatísticos adequados (recomendados por Everitt, 1977; Levin, 1987; Maroco, 2003; Bryman & Cramer, 2003), sendo essencialmente utilizado o Qui-Quadrado para variáveis nominais e a diferença de médias para as variáveis quantitativas. De acordo com Everitt (1977) o teste de Qui-Quadrado pode ser utilizado mesmo quando há frequências esperadas inferiores a 1, não afectando de forma notória a significância estatística encontrada.

### 3.5. Caracterização da amostra

A nossa amostra final distribuiu-se de forma equitativa pelas três forças policiais, e como referimos, incluímos 26 elementos da PSP, 26 da GNR e 26 da PJ, todos do sexo masculino.

Relativamente às habilitações literárias (Quadro 1), verifica-se que a grande maioria dos sujeitos possui o 12º ano de escolaridade, sendo de destacar que os elementos da PJ são aqueles que apresentam um maior nível académico. Esta diferença deve-se ao facto de que sempre se estabeleceu como critério de admissão para a PJ um nível de escolaridade superior à das restantes forças policiais.

Quadro 1 - Habilitações Literárias

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Até ao 9º ano	6	7	0	13	18,742	0,005**
Até ao 12º ano	16	11	14	41		
Frequência Universitária	4	2	9	15		
Licenciatura	0	6	3	9		

No que se refere à idade (Quadro 2), verificamos que esta varia entre os 22 e os 56 anos, podendo-se afirmar que os elementos da PSP são os mais novos do grupo e os da PJ os mais velhos. Ainda em relação à idade, no teste Post-Hoc encontramos uma oposição entre a

PJ com a PSP (com o valor de  $F= -8,846$  e  $P= 0,000^{***}$ ) e da PJ com a GNR (com o valor de  $F= -7,462$  e  $P= 0,001^{***}$ ). A justificação para esta diferença altamente significativa poderá residir no limite de idades que é estabelecido para a admissão às várias forças. A PJ é aquela que estabelece o limite mais elevado (30 anos), enquanto a PSP e a GNR fixam, respectivamente os 25 e 28 anos de idade. Estes requisitos podem, portanto, explicar o facto dos elementos da PJ serem os mais velhos da nossa amostra.

Quadro 2 - Idade por grupo profissional

	PSP	GNR	PJ	Total	F	P
Média	31,42	32,81	40,27	34,83	10,822	0,000***
Desvio Padrão	6,61	7,91	7,54	8,263		
Mínimo	23	22	31	22		
Máximo	50	48	56	56		

Quanto ao estado civil (Quadro 3) constata-se que a maioria (69%) é casado ou a viver em união de facto, 28% são solteiros e 3% são divorciados ou separados, destacando-se os elementos da PSP e da GNR como maioritariamente solteiros e os da PJ maioritariamente casados, sendo que os indivíduos divorciados ou separados pertencem também a este último grupo policial. A diferença significativa verificada entre as três forças poderá atribuir-se ao facto de que os indivíduos da PSP são, como referimos, os mais novos, e é natural que também se apresentem como maioritariamente solteiros.

Quadro 3 - Estado Civil

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Solteiro	10	11	1	22	14,384	0,006**
Casado ou em união de facto	16	15	23	54		
Divorciado ou separado	0	0	2	2		

No que respeita à profissão do cônjuge predominam as profissões administrativas (19%), as profissões ligadas ao ensino (professoras e educadoras, com 17%) e as domésticas e desempregadas (13%), havendo apenas 2 inquiridos casados com elementos policiais.

Ainda no que concerne à situação familiar da amostra, salienta-se que 60% têm filhos, na sua maioria entre 1 aos 10 anos de idade (Quadro 4), embora sem diferenças significativas entre as forças policiais.

Quadro 4 - Número de Filhos por Idade

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Até 1 ano	1	1	3	5	0,210	0,900 NS
Entre 1 e 10 anos	8	9	13	30	3,851	0,426 NS
Entre 10 e 18 anos	2	4	9	15	3,102	0,541 NS
Mais de 18 anos	1	4	5	10	3,967	0,681 NS

Verifica-se igualmente que a maioria dos sujeitos (83%) não se encontra deslocada da respectiva família, notando-se que no grupo da PJ não existe nenhum elemento nesta situação de afastamento (Quadro 5).

Quadro 5 - Deslocado em serviço

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Sim	7	6	0	13	8,296	0,016*
Não	18	19	26	63		

Do total de 13 deslocados (Quadro 6), verificamos que a maioria vive sozinha (4 casos) ou com colegas de profissão (4 casos).

Quadro 6 - Se deslocado com quem vive

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Colegas de Profissão	4	0	0	4	23,310	0,025*
Amigos	1	0	0	1		
Sozinho	1	3	0	4		
Namorada	1	0	0	1		
Quartel	0	2	0	2		

Em relação à categoria profissional que os sujeitos ocupam, na PSP predominam os agentes (21 casos), na GNR predominam os soldados (10 casos) e na PJ a categoria de inspector (24 casos). Podemos dizer, portanto, que a nossa amostra é constituída maioritariamente pelas categorias que compõem a base da hierarquia destas três forças.

Relativamente à zona do país onde os inquiridos exercem maioritariamente as suas funções (Quadro 7), optamos por dividir os cinco distritos resultantes dos 78 inquiridos em duas zonas principais: zona norte (Porto e Aveiro) e zona centro (Lisboa, Leiria e Portalegre). Verificamos que os elementos da PSP distribuem-se de forma semelhante pela zona norte e centro, ao passo que os elementos da PJ e da GNR exercem funções predominantemente na zona norte.

Quadro 7 - Localidade onde exercem funções

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Zona Norte	11	18	23	52	74,834	0,000***
Zona Centro	15	8	2	25		

Finalmente, no que respeita aos anos de serviço (Quadro 8), destaca-se a PJ com uma média superior de tempo de serviço (13 anos) e inversamente a PSP com uma média mais

baixa (8 anos), dados que se relacionam positivamente com a idade destes dois grupos, na medida em que, como já tivemos oportunidade de referir, os elementos da PJ são os mais velhos e os da PSP os mais novos. Sendo assim, não é de estranhar que os primeiros trabalhem há mais tempo como polícias.

Quadro 8 - Anos de serviço

	PSP	GNR	PJ	Total	F	P
Média	8	11,12	13,16	10,73	3,374	0,040*
DP	6,53	6,80	8,06	7,373		
Mínimo	1	3	3	1		
Máximo	25	25	36	36		

Terminada a caracterização da amostra, efectuamos no capítulo seguinte a apresentação e discussão dos resultados.

# **Capítulo 4**

## **Apresentação e discussão dos resultados**

Neste capítulo procuramos fazer uma descrição dos resultados obtidos, procedendo-se para tal a uma análise ora comparativa ora descritiva, tendo em consideração as hipóteses de trabalho anteriormente formuladas. Para facilitar a interpretação dos dados e dado o limite de páginas do trabalho, apresentamos as duas análises no mesmo quadro, separando contudo os comentários.

Dividiremos a apresentação dos resultados começando por uma análise global dos dados, para em seguida nos debruçarmos mais detalhadamente sobre as correlações entre diferentes variáveis e a Beck Hopelessness Scale (BHS) e depois entre essas mesmas variáveis e o Beck Depression Inventory (BDI), dada a importância destes dois instrumentos na avaliação da ideação suicida e no desânimo.

#### **4.1. Análise global**

Começando pelo grau de conflito que a actividade profissional exerce na vida pessoal e familiar (Quadro 9), os elementos da PSP destacam-se ao seleccionar o “Horário de trabalho” como uma razão para tal conflito. Relativamente à variável “Pouco tempo disponível para a família/lazer”, a amostra distribui-se de forma uniforme, enquanto que no item “Possibilidade de ser chamado de forma imprevista”, os elementos da PJ evidenciam-se. Podemos explicar esta diferença pelo facto de os indivíduos da PJ estarem sujeitos a um horário de trabalho muitas vezes não previsível. Não obstante terem um horário de trabalho estipulado, a verdade é que, para além desse horário, muitas vezes vêm-se na necessidade de trabalhar horas extraordinárias. A este respeito, a ASFIC/PJ (2003, p.7), refere que “o tipo de criminoso combatido pela PJ não desenvolve as suas actividades dentro do horário normalmente designado por horário normal de trabalho (...) o que faz com que as rotinas de um inspector da PJ não se coadunam com o normal horário de trabalho”. Não queremos com isto dizer que os elementos da PSP e da GNR não cumpram horários de trabalho fora do que é considerado normal, contudo esta é uma realidade mais visível na PJ e, portanto, reflectida nesta variável. É ainda de registar que os inquiridos referiram outras causas para o conflito já enunciado, nomeadamente: exigências do serviço, problemas do serviço transportados para a família, instabilidade do local de trabalho e remuneração não compatível com as funções, não havendo contudo diferenças significativas a apontar nestas últimas razões.

Quadro 9 - Razões para conflito entre a profissão e vida pessoal/familiar

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Horário de trabalho	10	7	4	21	4,023	0,134 NS
Pouco tempo disponível para família/lazer	13	12	11	36	0,545	0,762 NS
Possibilidade de ser chamado de forma imprevista	1	9	16	26	19,595	0,000***
Perigo das tarefas	5	4	4	13	0,231	0,891 NS

Quanto ao consumo de diferentes substâncias, não se registaram quaisquer diferenças entre os três grupos policiais, sendo as mais usadas o tabaco, o café e o vinho, qualquer delas consumidas de uma forma regrada. No que diz respeito ao tabaco, procuramos também explorar se o seu consumo estaria de alguma forma condicionado pela idade dos elementos, o que não se verificou ( $F= 0,820$ ;  $P= 0,516$  NS).

Relativamente à vivência de acontecimentos potencialmente traumáticos (Quadro 10), verificamos na grande maioria das variáveis, um domínio por parte da PJ. Mais ainda, nas variáveis “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, “suicídio de colegas” e “crianças sexualmente abusadas”, constatamos diferenças significativas, com predominância novamente da PJ. Na tentativa de explicar estas mesmas diferenças, podemos dizer que, de facto, são os elementos da PJ que mais frequentemente lidam com acontecimentos desta natureza, são eles que, pelas características das suas funções, são solicitados para fazer a “inspecção aos locais do crime” (ASFIC/PJ, 2003, p.8) considerados como potencialmente traumáticos. Ora, como já foi referido anteriormente, estas vivências traumáticas e devastadoras poderão conduzir a desordens físicas e emocionais que poderão por sua vez culminar em situações de suicídio. Nas variáveis “homicídio ou ferimento de colegas”, “crianças vítimas de maus tratos”, “vítimas de violação”, “cadáveres” e “situações de homicídio”, a PSP e a PJ, destacam-se comparativamente à GNR, o que os torna mais vulneráveis ao suicídio, se tivermos em conta as contribuições teóricas nesta temática (Violanti, 1996; Danto, 1978, cit. in Violanti, 1996; Loo, 1986, cit. in Violanti, 1996). Estes resultados poder-se-ão dever ao facto de que, em muitos eventos deste tipo, são os elementos da PSP os primeiros a chegar ao local e só num segundo momento a PJ. Verificamos ainda que os sujeitos da PJ são os únicos a referir outros crimes graves com os quais admitem confrontar-se muitas vezes, essencialmente crimes de roubo e ofensas (Roubos com violência física e psíquica, roubos-tráfico, ofensas à integridade física e assalto à mão-armada).

Quadro 10 – Tipo de acontecimentos com que lidam

	GRUPO	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	QQ e P
Homicídio ou ferimento de colegas	PSP	8	11	7	0	10,825 0,029*
	GNR	14	8	4	0	
	PJ	3	15	8	0	
	Total	25	34	19	0	
Tirroteios	PSP	9	8	8	0	8,108 0,088 NS
	GNR	12	11	3	0	
	PJ	4	14	8	0	
	Total	25	33	19	0	
Acidentes de viação graves onde esteve envolvido	PSP	16	5	4	1	10,255 0,114 NS
	GNR	19	5	2	0	
	PJ	10	12	2	2	
	Total	45	22	8	3	
Suicídio de colegas	PSP	19	7	0	0	22,174 0,000***
	GNR	24	2	0	0	
	PJ	8	16	1	0	
	Total	51	25	1	0	
Outros acontecimentos consigo ou com colegas	PSP	0	1	1	0	0,750 1,000 NS
	GNR	0	1	0	0	
	PJ	0	0	0	0	
	Total	0	2	1	0	
Crianças sexualmente abusadas	PSP	14	9	3	0	24,150 0,000***
	GNR	20	6	0	0	
	PJ	6	9	6	5	
	Total	40	24	9	5	
Crianças vítimas de maus-tratos	PSP	5	9	11	1	9,018 0,173 NS
	GNR	9	14	2	1	
	PJ	6	11	7	2	
	Total	20	34	20	4	
Vítimas de violação	PSP	5	12	9	0	32,970 0,000***
	GNR	19	7	0	0	
	PJ	4	10	8	4	
	Total	28	29	17	4	
Acidentes de viação graves	PSP	4	7	12	3	6,951 0,325 NS
	GNR	8	6	11	1	
	PJ	6	12	6	2	
	Total	18	25	29	6	
Cadáveres	PSP	2	2	17	5	21,751 0,001***
	GNR	9	7	9	1	
	PJ	0	6	13	7	
	Total	11	15	39	13	
Situações de homicídio	PSP	7	7	11	1	26,612 0,000***
	GNR	13	8	5	0	
	PJ	0	7	12	7	
	Total	20	22	28	8	
Outros crimes graves	PSP	0	0	0	0	– –
	GNR	0	0	0	0	
	PJ	0	0	0	8	
	Total	0	0	0	8	

Sobre o grau de perturbação que a recordação dos vários acontecimentos descritos provoca nos sujeitos, não se detectou qualquer diferença significativa.

Ao serem questionados se a população civil possui uma imagem positiva da profissão que exercem (Quadro 11), encontramos diferenças altamente significativas, com a PJ a destacar-se no sentido de uma maior concordância relativamente a esta afirmação. Também quanto à afirmação “sente-se apoiado pela sociedade”, constatamos diferenças expressivas, com a PJ, mais uma vez, a evidenciar-se. Inversamente são os elementos da PSP a apresentar uma opinião mais desfavorável quanto a estas duas afirmações. Ora, baseando-nos em algumas contribuições teóricas (Loo, 2003) que sustentam que as relações com a comunidade poderão representar uma importante fonte de stress, nomeadamente quando o polícia sente que os seus esforços não são apreciados pela população que serve, podemos dizer que a PSP, no que respeita à imagem e apoio da sociedade, parece estar numa situação de maior fragilidade no que respeita aos comportamentos suicidas. Relativamente às restantes afirmações não se registaram quaisquer diferenças significativas, devendo-se no entanto assinalar, a opinião maioritariamente desfavorável dos três grupos policiais quanto às mesmas. Estes resultados, especialmente os que remetem para o apoio psicológico prestado pelas instituições, acabam por reflectir a realidade actual. Com efeito, Silva e Curado (2006) referem especificamente que o apoio psicológico aos agentes da PSP é escasso, havendo apenas um gabinete dotado com 10 psicólogos para um universo de 22 mil polícias.

Quadro 11 - Distribuição face ao grau de concordância

		PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
A população civil tem uma imagem positiva da sua profissão	1	5	1	1	7	32,007	0,000***
	2	8	7	0	15		
	3	7	9	2	18		
	4	6	8	17	31		
	5	0	1	6	7		
Sente-se apoiado pela sociedade	1	8	2	1	11	20,954	0,007**
	2	12	10	9	31		
	3	6	9	5	20		
	4	0	4	9	13		
	5	0	1	2	3		
A instituição para a qual trabalha fornece apoio psicológico suficiente e de qualidade	1	15	10	16	41	7,672	0,104 NS
	2	8	9	8	25		
	3	2	7	1	10		
	4	0	0	0	0		
	5	0	0	0	0		
O sistema judicial é eficaz	1	12	10	11	33	3,641	0,725NS
	2	11	11	12	34		
	3	2	5	3	10		
	4	1	0	0	1		
	5	0	0	0	0		
Os governantes preocupam-se com o seu trabalho/bem-estar	1	16	14	17	47	2,289	0,683 NS
	2	9	9	9	27		
	3	1	2	0	3		
	4	0	0	0	0		
	5	0	0	0	0		

1 – Concordo pouco; 5 – Concordo muito

No que concerne a ameaças e agressões vividas pelos três grupos de polícias (Quadro 12), bem como comportamentos de risco adoptados por eles, apuramos que os elementos da PSP são aqueles que mais ameaças e agressões verbais recebem durante a sua actividade profissional, logo seguidos pelos inspectores da PJ. A mesma distribuição verifica-se na variável “Já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos”, em que mais uma vez a PSP é quem mais pontua. Estes resultados podem ser explicados pelo facto de os sujeitos da PSP serem aqueles que, pela natureza das suas funções, mais uso fazem da designada polícia de proximidade, tornando-os, assim, mais susceptíveis a estas ameaças e agressões verbais. Por outro lado, são os inspectores da PJ que mais frequentemente conduzem a uma velocidade excessiva, dado que poderá estar substancialmente relacionado com o facto de estes, no âmbito da sua profissão, usarem frequentemente esta prática nas perseguições de automóveis. Contudo, coloca-se a questão de saber se será que fora do exercício das suas funções mantêm esta prática de condução perigosa, colocando até de uma forma deliberada as suas vidas em risco? Não construímos a questão para respondermos a esta hipótese e os dados não nos permitem tirar este tipo de conclusões. Num futuro estudo gostaríamos de investigar este detalhe.

Quadro 12 – Distribuição das ameaças e agressões durante a actividade policial

	GRUPO	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	QQ e P
Já foi ameaçado durante a sua actividade profissional	PSP	628	6	12	6	18,777 0,005**
	GNR	8	11	5	1	
	PJ	3	11	12	0	
	Total	13	28	29	7	
Já foi alvo de agressões verbais durante o exercício das suas funções	PSP	0	4	14	8	18,922 0,004**
	GNR	6	8	9	2	
	PJ	1	12	10	3	
	Total	7	24	33	13	
Já foi alvo de agressões físicas durante o exercício das suas funções	PSP	11	11	4	0	2,456 0,652 NS
	GNR	15	6	4	0	
	PJ	15	8	3	0	
	Total	41	25	11	0	
Já foi alvo de tiros durante o exercício das suas funções	PSP	17	6	3	0	0,868 0,929 NS
	GNR	16	7	2	0	
	PJ	15	7	4	0	
	Total	48	20	9	0	
Já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos	PSP	1	4	14	6	22,207 0,001***
	GNR	6	12	7	0	
	PJ	1	12	12	1	
	Total	8	28	38	7	
Conduz a uma velocidade excessiva	PSP	6	14	4	1	26,705 0,000***
	GNR	6	16	3	0	
	PJ	0	7	11	7	
	Total	12	37	18	8	
Tem na sua vida pessoal comportamentos que colocam a sua vida em risco	PSP	11	12	3	0	8,626 0,071 NS
	GNR	17	8	0	0	
	PJ	9	12	5	0	
	Total	37	32	8	0	

Quando questionados se haviam recebido no passado tratamento psicológico ou psiquiátrico (Quadro 13), a maioria responde negativamente, com a PJ a destacar-se pelo sim. De facto, uma das principais barreiras nos efectivos de polícia é aceitarem que precisam de ajuda, muito embora o número de consultas, nomeadamente no Gabinete de Psicologia da PSP tenha vindo a aumentar significativamente. A prova disso é que, no ano de 2005, este Gabinete realizou 2211 consultas, enquanto que em 2004 não passaram das 1700 (Machado, 2006).

Quadro 13 - Já recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico

	PSP	GNR	PJ	Total	Qui-Quadrado	P
Sim	4	2	9	15	6,176	0,046*
Não	22	23	17	62		

Por outro lado, quando confrontados com a eventualidade de pedir ajuda a um psicólogo ou psiquiatra, a maioria dos sujeitos, admite que sim, destacando-se um número considerável de elementos da GNR (11 inquiridos) a recusar à partida essa mesma possibilidade, mesmo não se traduzindo numa diferença significativa (Qui-Quadrado= 3,825 e P= 0,148 NS).

Em relação à questão “considera-se uma pessoa com muitos amigos”, 75% da nossa amostra refere que sim, e 70% admite também que “a maioria dos seus amigos não são colegas de trabalho”, sendo de registar que, em ambas as variáveis, não se constatam diferenças significativas entre os grupos.

Passando a analisar os resultados mais directamente relacionados com a ideação/comportamentos suicidas, verificamos mais uma vez que não se evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos policiais. No entanto, convém realçar que 1 elemento da GNR e 4 da PJ admitem já ter pensado uma vez em suicídio e 1 elemento da PSP admite ter colocado essa hipótese três vezes na sua vida. De destacar igualmente o facto de 1 elemento da PJ já ter tentado o suicídio uma vez na sua vida e 2 elementos da PSP elevarem essa tentativa para duas vezes. Mais ainda, na questão “já realizou/preparou uma tentativa de suicídio”, 2 sujeitos da PSP e 1 da PJ admitem que o fizeram uma vez. Por outro lado, a resposta de toda a amostra é unânime ao dizer “nunca” perante a afirmação “já redigiu notas de suicídio” e apenas 1 elemento da GNR refere ter comunicado 2 vezes a alguém a sua intenção em suicidar-se. Relativamente aos comportamentos auto-destrutivos, poucos são os sujeitos que admitem tê-los praticado: 1 elemento de cada uma das três forças para a categoria uma vez, 1 sujeito da PSP e outro da

GNR para a categoria duas vezes e, finalmente, 1 elemento da GNR para a categoria três vezes.

No sentido de identificar características comuns aos vários elementos que pensaram, tentaram e prepararam o suicídio, isolamos os 9 sujeitos nestas circunstâncias. Constatamos que não existem características comuns, muito embora se possa dizer que a maioria (5 sujeitos) fazem parte da PJ, são casados ou vivem em união de facto (7 sujeitos), têm filhos (6 sujeitos) e não se encontram deslocados da família (7 sujeitos). Por outro lado, a maior parte (6 sujeitos) já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos e três deles já receberam tratamento psicológico ou psiquiátrico.

Regressando à amostra total, quanto ao método que escolheriam para cometer o suicídio, não obstante 78% da amostra mencionar que nunca pensou em suicidar-se, dos métodos seleccionados, destaca-se a arma de fogo, resultado este perfeitamente consistente com a literatura, que considera que o método privilegiado de suicídio usado pelos polícias é efectivamente a arma de serviço. Inclusive, já tivemos oportunidade de referir dados que reflectem esta realidade, nomeadamente os dados de Marzuk e colaboradores (2002) que apontam, num total de 80 suicídios de polícias contabilizados entre 1977 a 1996, que 93,8% usaram arma. Também Violanti (1995, 1996), sugere que as armas são o método eleito em 95% dos suicídios na Polícia. Mais ainda, os dados apresentados por Ribeiro e Carmo (2001) sobre o suicídio nos elementos da PSP, confirmam a utilização da arma de fogo como o meio mais usado. Assim, podemos afirmar que os nossos resultados, não sendo estatisticamente significativos, confirmam os dados obtidos nestes estudos.

A respeito da existência de antecedentes familiares de suicídio, apenas 8 elementos apontam ter familiares que o cometeram (2 da PSP, 1 da GNR e 5 da PJ). Quando questionados sobre o grau de parentesco, verificamos que maioritariamente são antecedentes masculinos (pai, primo em 2º grau, avô, tio e bisavô materno), com excepção de uma avó. Remetendo-se mais uma vez para os 9 sujeitos que apresentam ideação e comportamentos suicidários, verificamos que três deles possuem antecedentes familiares que já cometeram suicídio. Apesar de se tratar de uma amostra reduzida, estes dados vêm confirmar as conclusões de vários autores já referidos, nomeadamente Peixoto e colaboradores (2006), que referem a história de tentativa de suicídio na família como um importante factor de risco para o comportamento suicidário.

No que se refere à opinião dos três grupos quanto às causas responsáveis pelo suicídio nas forças policiais, não encontramos diferenças significativas, embora seja possível referir que as causas mais seleccionadas pelo conjunto de inquiridos são os problemas familiares e os problemas de trabalho. Vários autores (Violanti, 1995, 1996; Rothmann & Rensburg, 2001;

Ribeiro e Carmo, 2001; Silva, 2002a) comungam precisamente da opinião que são os problemas familiares, mais concretamente os problemas conjugais, a constituir um precipitante importante no suicídio dos elementos policiais. Por outro lado, Goldfarb (2005) chama atenção para a importância dos problemas profissionais, considerando que os problemas relacionais vividos pelos polícias estão altamente associados com o stress que estes experienciam no trabalho. Ora, os nossos resultados, embora não estatisticamente significativos quanto a esta variável, reflectem a importância destas duas dimensões (problemas familiares e problemas de trabalho). Devemos acrescentar ainda que 8 elementos (3 da PSP, 1 da GNR e 4 da PJ) sugerem outras causas para explicar o suicídio na Polícia, nomeadamente a conjugação de todos os problemas descritos no questionário (problemas de trabalho, familiares, de saúde e económicos), problemas de saúde mental, problemas sociais, falta de apoio psicológico, falta de acompanhamento das chefias, relações extra-conjugais, drogas/álcool e problemas com chefias.

Encontramos uma relação significativa entre o consumo de substâncias como calmantes, antidepressivos e indutores de sono com a variável “já recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico” (Quadro 14), o que sugere efectivamente que, aqueles que passaram por ajuda profissional, consomem com mais frequência substâncias desta natureza. Ainda no que diz respeito ao consumo das diferentes substâncias, devemos salientar os elementos que afirmam não ter recebido tratamento e, no entanto, fazem uso dessas mesmas substâncias, dados preocupantes se tivermos em consideração que se trata de auto-medicação.

Quadro 14 - Já recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico /consumo de substâncias

Substâncias	Tratamento psicológico ou psiquiátrico				Qui-Quadrado	P
	Sim	Não	Total			
<b>Calmantes</b>						
Nunca	8	56	64	13,247	0,004**	
Algumas vezes por ano	5	5	10			
Algumas vezes por mês	1	1	2			
Algumas vezes por semana	1	0	1			
Todos os dias	0	0	0			
Total	15	62	77			
<b>Antidepressivos</b>						
Nunca	10	58	68	11,785	0,019*	
Algumas vezes por ano	3	2	5			
Algumas vezes por mês	0	1	1			
Algumas vezes por semana	1	0	1			
Todos os dias	1	1	2			
Total	15	62	77			
<b>Indutores de sono</b>						
Nunca	9	57	66	12,268	0,007**	
Algumas vezes por ano	3	4	7			
Algumas vezes por mês	2	1	3			
Algumas vezes por semana	1	0	1			
Todos os dias	0	0	0			
Total	15	62	77			

Averiguou-se também não haver qualquer diferença significativa entre a variável “já recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico” com a existência de conflito por horário de trabalho, por pouco tempo disponível para a família ou lazer, por ser chamado de forma imprevista e por perigo das tarefas a desempenhar. Os mesmos resultados sem significância estatística mantiveram-se quando comparamos a variável “já recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico” com circunstâncias como homicídio ou ferimento colegas, tiroteios, acidentes de viação graves onde esteve envolvido, suicídio de colegas, crianças sexualmente abusadas, crianças vítimas de maus-tratos, vítimas de violação, acidentes de viação graves, cadáveres, situações de homicídio, ter sido alvo de agressões verbais ou físicas, ter sido alvo de tiros, já ter prestado auxílio a colegas em apuros ou agredidos, conduzir a uma velocidade excessiva, ter comportamentos que colocam a vida em risco, considerar-se uma pessoa com muitos amigos, e amigos como maioritariamente colegas de trabalho. Estes dados acabam por reflectir a realidade nas forças policiais, no que diz respeito, por um lado, ao apoio psicológico deficiente para as necessidades destes elementos, e por outro, à dificuldade que os mesmos apresentam em admitir que têm problemas e consequentemente procurarem ajuda especializada. Desta forma, sujeitos que experienciem situações de stress como aquelas que acabamos de referir, na sua maioria, não procuram tratamento psicológico ou psiquiátrico, talvez porque não beneficiam deste tipo de apoio, ou então não querem correr o risco de ser rotulados como fracos ou perturbados. A este respeito, Silva e Curado (2006) afirmam que o apoio psicológico, especificamente aos agentes da PSP, é ainda diminuto face às necessidades, realidade que se estende às restantes instituições policiais. Por outro lado, Soares (2006 cit. in Machado, 2006) diz que a principal barreira não consiste na disponibilidade do apoio psicológico, mas sim no facto de os polícias apresentarem dificuldades em procurar ajuda especializada. Silva (2006, cit. in Simões, 2006) diz inclusivamente, que a cultura policial obriga a não pedir ajuda. Na nossa amostra, e independentemente das razões, são poucos os sujeitos que admitem ter recorrido a apoio psicológico e psiquiátrico.

Quando cruzamos a variável “considera-se uma pessoa com muitos amigos” e o consumo de substâncias (entre as quais a cerveja, o vinho, as bebidas destiladas, os calmantes, os antidepressivos e os indutores de sono), encontramos diferenças estatisticamente significativas apenas no que diz respeito ao vinho (Quadro 15), no sentido de aqueles que consomem mais vinho entenderem ter mais amigos, talvez porque o convívio propicie o consumo.

Quadro 15 – Cruzamento entre consumo de vinho e considera-se uma pessoa com muitos amigos

Vinho	Considera-se uma pessoa com muitos amigos				Qui-Quadrado	P
	Sim	Não	Total			
Nunca	4	3	7	12,238	0,016*	
Algumas vezes por ano	9	2	11			
Algumas vezes por mês	21	0	21			
Algumas vezes por semana	19	6	25			
Todos os dias	7	6	13			
Total	60	17	77			

Apuramos igualmente não existirem diferenças significativas entre a variável “os meus amigos são maioritariamente colegas de trabalho” e estar deslocado em serviço (Qui-Quadrado= 0,449; P= 0,521 NS), ou seja, o facto de estarem afastados da família e de possíveis relações significativas, não significa que os colegas de profissão passem a assumir um papel preponderante em termos sociais.

Sabendo-se que a história de suicídio na família constitui um factor de risco para a tentativa de suicídio e para a ideação suicida (Vilhjalmsson et al., 1998, cit. in Peixoto et al., 2006), procuramos possíveis relações entre a variável “já alguém na sua família cometeu suicídio” com questões como: já pensou em suicidar-se, já tentou suicidar-se, já idealizou/preparou uma tentativa de suicídio, já redigiu notas de suicídio, já comunicou a alguém da intenção em suicidar-se, já praticou comportamentos auto-destrutivos, já deixou a vida/morte ao acaso, detectando-se diferenças estatisticamente significativas unicamente na questão “já tentou suicidar-se” (Quadro16). Este resultado confirma que os antecedentes familiares de suicídio assumem um papel fundamental nas condutas suicidárias das gerações futuras, tal como argumenta Friedmann (1984, cit. in Silva, 2002a). Sendo assim, os profissionais responsáveis pelo acompanhamento psicológico dos polícias, deveriam procurar fazer um levantamento exaustivo da história familiar dos mesmos, no sentido de identificar eventuais factores de risco e consequentemente intervir ao nível da prevenção primária.

Quadro 16 – Cruzamento entre já tentou suicidar-se e já alguém na sua família cometeu suicídio

Já tentou suicidar-se	Já alguém na sua família cometeu suicídio			Qui-Quadrado	P
	Sim	Não	Total		
Nunca	7	68	75	9,048	0,011*
1 vez	1	0	1		
2 vezes	0	2	2		
Total	8	70	78		

Cruzamos também o consumo de bebidas alcoólicas (cerveja, vinho e bebidas destiladas) com o consumo de antidepressivos, bem como bebidas alcoólicas com as variáveis relativas à existência de conflito entre as exigências da actividade profissional e as exigências da vida pessoal/familiar (conflito por horário de trabalho, pouco tempo disponível para

família ou lazer, possibilidade de ser chamado de forma imprevista e perigo das tarefas a executar), não se verificando qualquer diferença significativa.

Constatamos contudo que existem diferenças estatisticamente significativas quando se cruza o consumo de calmantes com a variável “já foi ameaçado durante a actividade profissional” (Quadro 17), sendo que esta última traduz-se num acontecimento potencialmente causador de stress. Especificamente, encontramos três sujeitos que consomem calmantes algumas vezes por ano, e que dizem já ter sido ameaçados durante a sua actividade profissional algumas vezes; um sujeito que consome esta substância algumas vezes por mês e refere já ter sido ameaçado algumas vezes; dois sujeitos que consomem calmantes algumas vezes por ano e já foram ameaçados muitas vezes e finalmente um elemento que consome calmantes algumas vezes por semana e refere já ter sido ameaçado muitas vezes. Tendo em conta estes dados, podemos afirmar que os indivíduos mais sujeitos a ameaças são aqueles que recorrem mais ao uso de calmantes. No entanto, relativamente ao cruzamento das diferentes substâncias com outras circunstâncias igualmente consideradas stressantes, tais como já foi alvo de agressões verbais ou físicas durante a actividade profissional, já foi alvo de tiros e já prestou auxílio a colegas em apuros, não se encontraram diferenças significativas. Podemos, assim, dizer que o consumo de substâncias parece não ser influenciado pela experiência destas últimas circunstâncias.

Quadro 17 - Cruzamento de consumo de calmantes com já foi ameaçado durante actividade operacional

Calmantes	Já foi ameaçado durante a sua actividade operacional					Qui-Quadrado	P
	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total		
Nunca	9	26	25	4	64	18,467	0,030*
Algumas vezes por ano	4	1	3	2	10		
Algumas vezes por mês	0	1	1	0	2		
Algumas vezes por semana	0	0	0	1	1		
Todos os dias	0	0	0	0	0		
Total	13	28	29	7	77		

Quando cruzamos o consumo de diferentes substâncias com comportamentos de risco, encontramos diferenças significativas especificamente aquando do cruzamento entre o consumo de cerveja e o comportamento de risco “conduzir a uma velocidade excessiva” (Quadro 18). Contudo, não sabemos se este consumo ou o comportamento de risco que lhe está associado, tem lugar em horário de serviço ou fora deste. De notar que há treze sujeitos que consomem cerveja algumas vezes por semana, sendo que, destes treze, nove conduzem a uma velocidade excessiva algumas vezes e quatro adoptam esta atitude muitas vezes. Trata-se

de uma relação perigosa e podemos até mesmo interrogar-nos se conduzir a uma velocidade excessiva sob o efeito de álcool não será uma tentativa camuflada de suicídio.

Quadro 18 – Cruzamento do consumo de cerveja com a condução a uma velocidade excessiva

Cerveja	Conduz a uma velocidade excessiva				Total	Qui-Quadrado	P
	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes			
Nunca	0	4	6	1	11	26,404	0,009**
Algumas vezes por ano	1	9	1	2	13		
Algumas vezes por mês	4	14	2	1	21		
Algumas vezes por semana	5	10	9	4	28		
Todos os dias	2	0	0	0	2		
Total	12	37	18	8	75		

Tendo sido várias vezes referido no ponto 1.6 (Polícia e stress) deste trabalho que a vivência de acontecimentos traumáticos por parte dos efectivos das forças policiais, poderá conduzir a comportamentos suicidários, cruzamos variáveis como “homicídio ou ferimento de colegas”, “tiroteios”, “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, “suicídio de colegas”, “crianças sexualmente abusadas”, “crianças vítimas de maus-tratos”, “vítimas de violação”, “acidentes de viação graves”, “cadáveres”, e “situações de homicídio” com questões relacionadas com o suicídio, nomeadamente “já pensou em suicidar-se” e “já tentou suicidar-se”, constatando-se não haver diferenças significativas, excepto no cruzamento da variável “acidentes de viação graves onde esteve envolvido” com “já tentou suicidar-se” (Quadro 19). Ou seja, parece que na nossa amostra, a história de acidentes de viação constitui a circunstância traumática mais relacionada com as tentativas de suicídio. Convém ainda chamar atenção que, quanto à ligação destas duas variáveis, não temos conhecimento da sua relação temporal, isto é, se a tentativa de suicídio foi posterior ou anterior ao acidente de viação, ou o próprio acidente de viação constitui uma tentativa de suicídio camuflada. São interrogações importantes que o questionário não previu à partida e só um outro estudo aos sujeitos em causa permitiria dar resposta a estas questões.

Quadro 19 – Cruzamento entre já tentou suicidar-se e acidentes de viação graves onde esteve envolvido

Acidentes de viação graves onde esteve envolvido	Já tentou suicidar-se				Qui Quadrado	P
	Nunca	1 vez	2 vezes	Total		
Nunca	45	0	0	45	25,372	0,000***
Poucas vezes	22	0	0	22		
Algumas vezes	6	1	1	8		
Muitas vezes	2	0	1	3		
Total	75	1	2	78		

Procuramos de igual forma aferir possíveis diferenças entre os três grupos policiais no que diz respeito à percepção de perigo das funções que exercem, e avaliação do grau de conflito entre as exigências da actividade profissional e as exigências da vida pessoal/familiar, não se encontrando diferenças significativas ( $F= 0,425$ ,  $P= 0,655$  NS;  $F= 1,743$ ,  $P= 0,182$  NS, respectivamente).

Comparando as três forças policiais no que se refere à frequência dos vários tipos de problemas descritos no questionário (Quadro 20), verificamos que existe diferenças significativas quanto à variável “frequência de problemas financeiros consigo próprio”. Assim, no teste Post-Hoc, constatamos apenas uma oposição entre a PSP com a PJ, o que significa que a PSP apresenta uma maior frequência de problemas financeiros quando comparada com a PJ.

Quadro 20 - Frequência de problemas financeiros consigo próprio

	PSP	GNR	PJ	Total	F	P
Média	2,58	1,92	1,62	2,04	5,092	0,008**
Desvio Padrão	1,362	0,935	0,983	1,167		
Post-Hoc	NS		NS			
			NS			
	+0,962		P=0,008**			

No que diz respeito ao impacto/perturbação que os vários problemas assumem na vida do sujeito (Quadro 21) detectamos diferenças significativas nas variáveis: “impacto problemas conjugais”, “impacto problemas com amigos” e “impacto problemas financeiros consigo próprio”. No teste Post-Hoc, quanto à primeira variável, apuramos uma oposição entre a GNR com a PJ. Na segunda e na terceira variável verificamos uma oposição entre a PSP com a PJ. Com base nestes resultados, podemos dizer que é a PJ a força que apresenta uma maior perturbação devido a problemas conjugais, enquanto na PSP os problemas com amigos e problemas financeiros consigo próprio assumem uma maior relevância. Importa salientar que os problemas conjugais, segundo vários autores, constituem o precipitante mais forte no suicídio dos elementos policiais (Violanti, 1995, 1996; Rothmann & Rensburg, 2001; Silva, 2002a). Assim, segundo esta perspectiva, é a PJ aquela que se encontra mais vulnerável ao suicídio, se bem que os problemas interpessoais e financeiros não devem ser descurados.

Quadro 21 - Impacto/perturbação dos problemas

		PSP	GNR	PJ	Total	F	P	
Impacto problemas conjugais	Média	1,84	1,63	2,48	1,99	3,717	0,029*	
	DP	1,248	0,875	1,262	1,188			
	Post-Hoc	NS		NS				
			-0,855		P=0,033*			
	NS			NS				
Impacto problemas amigos com	Média	1,73	1,58	1,20	1,51	3,222	0,046*	
	DP	1,002	0,758	0,408	0,788			
	Post-Hoc	NS		NS				
			NS		NS			
	+0,531			P=0,047*				
Impacto problemas financeiros consigo próprios	Média	2,54	1,96	1,64	2,05	4,039	0,022*	
	DP	1,421	1,038	0,907	1,191			
	Post-Hoc	NS		NS				
			NS		NS			
	+0,898			P=0,020*				

Aquando da comparação dos três grupos quanto ao grau de perturbação que a recordação dos vários acontecimentos eventualmente traumáticos (relacionados consigo ou com colegas ou mesmo com terceiros) acarreta, não se verificaram diferenças significativas.

Quanto às afirmações “a população civil tem uma imagem positiva da sua profissão” (Quadro 22) verificamos no teste Post-Hoc uma oposição entre a PSP com a PJ e da GNR com a PJ. Relativamente à afirmação “sente-se apoiado pela sociedade”, constatou-se igualmente, usando o mesmo teste, uma oposição entre a PSP com a PJ e entre a PSP com a GNR. Com base nestes resultados, podemos afirmar que a PSP e a GNR, quando comparadas com a PJ, percebem a população civil como tendo uma imagem menos positiva das suas funções. Por outro lado, a PSP sente-se menos apoiada pela sociedade do que a PJ e GNR. Estes resultados, colocam a PSP e a GNR, principalmente a primeira, em maior risco de suicídio do que a PJ, já que poderão experienciar estigma social e julgamentos negativos. Precisamente para Loo (2003), as relações da Polícia com a comunidade poderão constituir uma fonte de stress marcante, especialmente quando os polícias sentem que os seus esforços não são reconhecidos pela população. Relativamente à questão “a instituição para a qual trabalha fornece apoio psicológico suficiente e de qualidade”, voltamos a constatar no teste Post-Hoc, uma oposição entre a GNR com a PJ, sendo a primeira força a mais satisfeita com o apoio prestado. Nas variáveis que se seguem: “o sistema judicial é eficaz” e “os governantes preocupam-se com o seu trabalho/bem-estar”, não se verificaram diferenças significativas entre as três forças policiais.

Quadro 22 - Grau de concordância com as seguintes afirmações

		PSP	GNR	PJ	Total	F	P	
A população civil tem uma imagem positiva da sua profissão	Média	2,54	3,04	4,04	3,21	16,634	0,000***	
	DP	1,067	0,958	0,824	1,132			
	Post-Hoc	NS		NS				
			-1,000		P=0,001***			
	-1,500		P=0,000***					
Sente-se apoiado pela sociedade	Média	1,92	2,69	3,08	2,56	10,011	0,000***	
	DP	0,744	0,970	1,093	1,052			
	Post-Hoc	-0,769		P=0,013*				
			NS		NS			
	-1,154		P=0,000***					
A instituição para a qual trabalha fornece apoio psicológico suficiente e de qualidade	Média	1,48	1,88	1,40	1,59	3,621	0,032*	
	DP	0,653	0,816	0,577	0,715			
	Post-Hoc	NS		NS				
			+0,485		P=0,044*			
	NS		NS					

No que se refere à comparação dos três grupos quanto ao grau de satisfação sentida a propósito dos aspectos relacionados com o trabalho (Quadro 23) encontramos diferenças significativas nas seguintes variáveis: “exigência física das tarefas profissionais”, com uma oposição, no teste Post-Hoc, entre a PSP e a GNR; “exigência psicológica das tarefas profissionais”, com uma oposição entre a PSP e a PJ; “funcionamento do serviço”, com uma oposição entre a PSP e a GNR e entre a GNR e a PJ; “comunicação e troca de informações dentro do serviço”, com uma oposição entre a PSP e a GNR; “clima de relacionamento com os superiores hierárquicos”, com uma oposição entre a PSP e a GNR; “clima de relacionamento com as outras pessoas”, com uma oposição mais uma vez entre a PSP e a GNR; “condições físicas no local de trabalho”, com uma oposição entre a PSP e a PJ e entre a GNR com a PJ; “salário”, com uma oposição entre a PSP com a PJ e entre a GNR com a PJ; e na variável “total da satisfação”, apuramos uma oposição entre a PSP e GNR e entre a PSP com a PJ. Com estes dados podemos concluir que a GNR, de uma forma genérica, parece estar mais satisfeita com os aspectos do foro profissional (exigências físicas, planeamento do serviço, funcionamento do serviço, comunicação e troca de informações dentro do serviço, clima de relacionamento com os superiores hierárquicos e com outras pessoas e satisfação geral), tornando-a na força menos vulnerável ao suicídio. Contrariamente, a PSP constitui a força mais insatisfeita com os aspectos relacionados com a sua ocupação sendo, assim, o grupo mais susceptível às condutas suicidárias, se tivermos em conta a importância que o contexto organizacional exerce neste fenómeno (Violanti & Aron, 1995; Violanti, 1996; Dowler, 2005). Pode-se dizer ainda, que tanto a PSP, como a GNR, comparativamente à PJ, apresentam uma opinião mais desfavorável quanto às condições físicas do local de trabalho e quanto ao salário que auferem. Ora, segundo os autores atrás referidos, os salários baixos, parecem ocupar também um papel determinante na experiência de stress entre os polícias, e

polícias sob o efeito de stress, tornam-se mais vulneráveis a comportamentos desadaptativos, como o suicídio (Joiner et al., 1999, cit. in Packman et al., 2004).

Quadro 23 - Satisfação no Trabalho

		PSP	GNR	PJ	Total	F	P
Exigência física das tarefas profissionais	Média	2,73	3,52	3,00	3,08	4,362	0,016*
	DP	0,962	0,872	1,058	1,010		
	Post-Hoc	-0,789		P=0,014*			
			NS	NS			
	NS		NS				
Exigências psicológicas das tarefas profissionais	Média	2,69	3,28	3,46	3,14	4,496	0,014*
	DP	0,970	0,891	1,029	1,009		
	Post-Hoc	NS		NS			
			NS	NS			
	-0,769		P=0,016*				
Planeamento do serviço	Média	2,27	3,00	2,31	2,52	3,658	0,031*
	DP	0,874	1,190	1,158	1,119		
	Post-Hoc	NS		NS			
			NS	NS			
	NS		NS				
Funcionamento do serviço	Média	2,08	2,96	2,12	2,38	6,533	0,002**
	DP	0,935	1,136	0,864	1,052		
	Post-Hoc	-0,883		P=0,006**			
			+0,845	P=0,009**			
	NS		NS				
Comunicação e troca de informações dentro do serviço	Média	2,16	3,00	2,35	2,50	5,142	0,008**
	DP	0,987	0,866	1,056	1,026		
	Post-Hoc	-0,840		P=0,010**			
			NS	NS			
	NS		NS				
Clima de relacionamento com os superiores hierárquicos	Média	2,85	3,60	3,00	3,14	3,486	0,036*
	DP	1,047	1,041	1,131	1,109		
	Post-Hoc	-0,754		P=0,043*			
			NS	NS			
	NS		NS				
Clima de relacionamento com as outras pessoas	Média	3,17	3,80	3,69	3,56	3,679	0,030*
	DP	0,868	0,957	0,788	0,904		
	Post-Hoc	-0,633		P=0,040*			
			NS	NS			
	NS		NS				
Condições físicas do local de trabalho	Média	2,60	2,28	3,96	2,96	21,316	0,000***
	DP	0,913	1,021	0,999	1,216		
	Post-Hoc	NS		NS			
			-1,682	P=0,000***			
	-1,362		P=0,000***				
Salário	Média	1,62	2,08	3,38	2,36	23,710	0,000***
	DP	0,852	1,038	0,983	1,213		
	Post-Hoc	NS		NS			
			-1,305	P=0,000***			
	-1,769		P=0,000***				
Total da satisfação	Média	47,65	58,16	55,65	53,77	5,942	0,004**
	DP	12,636	11,338	10,107	12,127		
	Post-Hoc	-10,506		P=0,005**			
			NS	NS			
	-8,000		P=0,041*				

No que concerne às afirmações que procuram avaliar de forma breve os sentimentos de natureza depressiva (Quadro 24), bem como sentimentos de auto-confiança, verificamos diferenças significativas entre os três grupos apenas na variável “Irrita-se, grita frequentemente com os outros”. Mais concretamente, segundo o teste Post-Hoc, as discrepâncias situam-se entre a PSP e a PJ, que se opõem e entre a GNR e a PJ, ou seja, a PJ, quando confrontada com a PSP e a GNR, irrita-se e grita mais vezes com os outros, atitude que pode radicar de uma situação de desequilíbrio, fruto das exigências e características profissionais.

Quadro 24 - Irrita-se, grita frequentemente com os outros

	PSP	GNR	PJ	Total	F	P
Média	1,38	1,46	2,12	1,65	4,970	0,009**
DP	0,804	0,647	1,211	0,965		
Post-Hoc	NS		NS			
		-0,654	P=0,037*			
	-0,731		P=0,016*			

#### 4.2. Análise correlacional da Beck Hopelessness Scale (BHS)

Passando a analisar os dados provenientes do cruzamento entre o resultado da Beck Hopelessness Scale (BHS) e os itens que constituem o nosso questionário, na tentativa de identificar possíveis variáveis que possam contribuir para o desenvolvimento das expectativas negativas, verificamos, em primeiro lugar, não haver diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito à idade, ao tempo de serviço e na questão “avalie as suas funções profissionais relativamente ao perigo”.

Verificamos ainda, com base no teste estatístico de diferenças de médias, não existirem diferenças significativas aquando do cruzamento entre a BHS e a variável “estado civil”, ou seja, esta última condição parece não interferir no desenvolvimento das expectativas negativas. Já no que concerne ao cruzamento do resultado da BHS com o grupo profissional, apuramos diferenças significativas ( $F= 3,744$ ;  $P= 0,028^*$ ), com a PSP a apresentar uma média de quase 7 enquanto as restantes forças não ultrapassam a média de 4. A este respeito, Yang e Clum (1996) sugerem que os sentimentos de desânimo funcionam como importantes preditores da ideação suicida, o que nos permite colocar os elementos da PSP em maior risco, na medida em que apresentam um índice mais elevado de expectativas negativas.

Relativamente a outras variáveis sócio-demográficas, como ter filhos e estar deslocado em serviço, não se verificaram diferenças significativas, embora aqueles que não possuem filhos e não estão afastados das suas famílias apresentem uma média na BHS mais elevada.

Procuramos igualmente cruzar o resultado da BHS, usando a sua classificação qualitativa (normal, leve, moderada e severa), com um conjunto de variáveis do questionário

(Quadros 25 a 27), tendo-se registado diferenças estatisticamente significativas em alguns itens para os diferentes grupos profissionais. Começando a analisar a PSP, podemos dizer que esta, quando comparada com as restantes forças e nas questões “conflito por pouco tempo disponível para a família ou lazer”, “indutores de sono” e “já pensou em suicidar-se”, apresenta os índices mais elevados na BHS. Já a GNR destaca-se na relação entre as variáveis “bebidas destiladas”, “crianças sexualmente abusadas” e “os meus amigos são maioritariamente colegas de trabalho” com a BHS. Finalmente, a PJ, aquando deste cruzamento, evidencia-se nos itens: “Já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos”, “já deixou a vida/morte ao acaso” e “problemas familiares”.

Quadro 25 – BHS na PSP

Variáveis		PSP				Total	Qui Quadrado	P
		N	L	M	S			
Conflito por pouco tempo disponível para a família ou lazer	Sim	7	2	1	3	13	16,218	0,001***
	Não	0	10	0	0	10		
Indutores de sono	Nunca	8	9	3	0	20	18,742	0,027*
	Algumas vezes por ano	0	2	0	2	4		
	Algumas vezes por mês	0	1	0	0	1		
	Algumas vezes por semana	0	0	0	1	1		
Já pensou em suicidar-se	Nunca	8	12	3	2	25	7,973	0,047*
	3 vezes	0	0	0	1	1		

Legenda: N=BHS normal; L=BHS leve; M=BHS moderada; S=BHS severa

Quadro 26 – BHS na GNR

Variáveis		GNR				Total	Qui Quadrado	P
		N	L	M	S			
Conflito por pouco tempo disponível para a família ou lazer	Sim	4	7	1	0	12	6,135	0,047*
	Não	8	1	2	0	10		
Bebidas destiladas	Nunca	5	2	0	0	7	15,235	0,019*
	Algumas vezes por ano	5	4	0	0	9		
	Algumas vezes por mês	3	3	2	0	8		
	Algumas vezes por semana	0	0	2	0	2		
Crianças sexualmente abusadas	Nunca	13	5	2	0	20	7,848	0,020*
	Poucas vezes	0	4	2	0	6		
Os seus amigos são maioritariamente colegas de trabalho	Sim	4	0	3	0	7	8,052	0,018*
	Não	8	9	1	3	21		

Já praticou comportamentos auto-destrutivos	Nunca	13	8	2	0	23	13,754	0,033*
	1 vez	0	0	1	0	1		
	2 vezes	0	0	1	0	1		
	3 vezes	0	1	0	0	1		

Legenda: N=BHS normal; L=BHS leve; M=BHS moderada; S=BHS severa

Quadro 27 – BHS na PJ

Variáveis		PJ				Total	Qui Quadrado	P
		N	L	M	S			
Já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos	Nunca	1	0	0	0	1	13,014	0,043*
	Poucas vezes	10	2	0	0	12		
	Algumas vezes	2	9	1	0	12		
	Muitas vezes	0	1	0	0	1		
Já deixou a vida/morte ao acaso	Nunca	13	9	0	0	22	14,050	0,007**
	3 vezes	0	1	0	0	1		
	Mais de 5 vezes	0	1	1	0	2		
Problemas familiares	1	8	5	0	0	13	17,753	0,023*
	2	4	0	0	0	4		
	3	0	2	0	0	2		
	4	0	1	1	0	2		
	5	1	1	0	0	2		

Legenda: N=BHS normal; L=BHS leve; M=BHS moderada; S=BHS severa

Na questão que inquiria os sujeitos sobre as razões para o conflito entre as exigências da sua actividade profissional e as exigências da sua vida pessoal/familiar, não se verificaram quaisquer diferenças significativas quando as várias razões (horário de trabalho, pouco tempo disponível para a família ou lazer, possibilidade de ser chamado de forma imprevista a fazer serviço e perigo das tarefas a executar) foram cruzadas com o resultado da BHS.

Correlacionamos também a BHS total com as variáveis “satisfação global com o seu trabalho no momento actual” e “total da satisfação no trabalho”, sendo que na primeira variável, registou-se uma correlação negativa ( $R = -0,240$ ;  $P = 0,035^*$ ), o que significa que quanto menos satisfeito com o trabalho, mais o indivíduo pontua na BHS. Esta mesma variável quando correlacionada com as três dimensões da BHS, só apresenta diferenças significativas na dimensão BHS Cognitiva, com um valor de  $R = -0,241$  ( $P = 0,035^*$ ). Já no que respeita à segunda variável (total da satisfação), podemos dizer que a correlação é negativa com todas as dimensões da BHS, devendo-se referir que algumas apresentam correlações mais fortes do que outras: com a BHS total obtivemos um valor de  $R = -0,384$  ( $P = 0,001^{***}$ ), com a BHS Afectiva o valor encontrado é de  $R = -0,251$  ( $P = 0,028^*$ ), com a BHS Motivacional o valor é de  $R = -0,334$  ( $P = 0,003^{**}$ ) e com a BHS Cognitiva o valor é de  $R = -0,373$  ( $P = 0,001^{***}$ ).

Do total das variáveis relativas à satisfação no trabalho (Quadro 28), são diversas as variáveis que promovem o desenvolvimento de expectativas negativas, desde a oportunidade

de ascensão na carreira, a evolução e o reconhecimento pessoal e profissional até às condições do local de trabalho e o salário auferido, passando pela capacidade de tomar decisões, o tipo de funções executadas, o interesse e planeamento do serviço. Já vimos, no Capítulo 1, que a instituição policial, pela sua estrutura característica, não valoriza a iniciativa, a responsabilidade ou a resolução de problemas por parte dos seus efectivos (Bayley, 1994), facto que, com o tempo, conduz estes efectivos a desenvolver expectativas negativas relativamente ao futuro, que podem constituir um verdadeiro alicerce para a ideação e comportamentos suicidas.

Quadro 28 – Correlação entre BHS e variáveis da satisfação com o trabalho

	<b>R de Pearson</b>	<b>P</b>
Possibilidade de promoção profissional	-0,430	0,000***
Possibilidade de evolução e desenvolvimento pessoal	-0,419	0,000***
Reconhecimento do valor profissional	-0,299	0,008**
Possibilidade de participar na tomada de decisões	-0,267	0,019*
Tipo de tarefas desempenhadas	-0,247	0,030*
Interesse das tarefas profissionais	0,231	0,044*
Planeamento do serviço	-0,276	0,015*
Clima de relacionamento com os colegas	-0,303	0,007**
Condições físicas do local de trabalho	-0,232	0,044*
Salário	-0,277	0,015*

Tendo por base a análise de correlação, cruzamos o resultado da BHS total, bem como o resultado das três dimensões da BHS (Afectiva, Motivacional e Cognitiva) com as variáveis quantitativas do questionário, encontrando-se algumas diferenças significativas (Quadro 29). De acordo com os dados apresentados no quadro subsequente, verificamos que a maioria das variáveis (perigo das funções profissionais, frequência problemas com amigos, frequência problemas financeiros de familiares, frequência problemas profissionais de familiares, frequência problemas de insónias, frequência problemas de saúde consigo próprio e com familiares, impacto problemas com amigos, impacto problemas financeiros e profissionais de familiares, impacto problemas de insónias e impacto problemas de saúde consigo próprio e com familiares) relaciona-se de forma mais consistente com a dimensão BHS Motivacional. Por outro lado, a variável “frequência problemas financeiros consigo próprio” influencia de igual forma tanto o resultado da BHS total, como o resultado da dimensão Motivacional deste instrumento. Mais ainda, podemos dizer que o resultado da BHS total relaciona-se de forma mais intensa com o item “impacto problemas financeiros consigo próprio”. As questões associadas com o grau de perturbação que vem na sequência de acontecimentos eventualmente traumáticos, bem como a variável “a população civil tem uma imagem positiva da sua profissão, relacionam-se mais fortemente com a dimensão Cognitiva da BHS. Já a variável “o sistema judicial é eficaz” apresenta uma relação negativa com a BHS Cognitiva,

ou seja, quem manifesta uma opinião mais favorável com o sistema judicial, pontua menos nesta dimensão. Finalmente, as questões “sente-se apoiado pela sociedade” e “a instituição para a qual trabalha fornece apoio psicológico suficiente e de qualidade” relacionam-se significativamente e de forma negativa com o resultado total da BHS, o que significa que, quem está satisfeito com o apoio prestado pela sociedade e pelo apoio psicológico fornecido pela instituição policial à qual pertence, apresenta um índice menor de desânimo, e portanto está menos susceptível a comportamentos auto-destrutivos. Efectivamente, o apoio prestado pela sociedade aos polícias é fundamental para assegurar a motivação profissional destes e assim prevenir tais comportamentos. Como afirmam Scanff e Taugis (2002), o trabalho na Polícia, quando não é valorizado pela sociedade, os seus efectivos experienciam estigma social e julgamentos negativos, o que, por sua vez, segundo Violanti (1995), gera sentimentos de grande confusão e conflito, que poderão contribuir para desenvolver a ideação suicida.

Quadro 29 - Correlação entre dimensões da BHS e variáveis quantitativas

	<b>BHS Total</b>	<b>BHS Afectiva</b>	<b>BHS Motivacional</b>	<b>BHS Cognitiva</b>
Perigo das funções profissionais	—	—	0,232 0,043*	—
Frequência problemas com amigos	—	—	0,301 0,008**	—
Frequência problemas financeiros consigo próprio	0,320 0,004**	0,241 0,033*	0,319 0,004**	0,286 0,011*
Frequência problemas financeiros de familiares	—	—	0,242 0,033*	—
Frequência problemas profissionais de familiares	0,268 0,018*	—	0,341 0,002**	—
Frequência problemas de insónias	0,234 0,039*	—	0,279 0,013*	0,233 0,040*
Frequência problemas de saúde consigo próprio	0,296 0,009**	0,246 0,030*	0,353 0,002**	—
Frequência problemas de saúde de familiares	0,293 0,010**	—	0,341 0,002**	0,255 0,025*
Impacto problemas com amigos	0,257 0,024*	—	0,265 0,020*	0,241 0,035*
Impacto problemas financeiros consigo próprio	0,370 0,001***	0,272 0,017*	0,347 0,002**	0,352 0,002**
Impacto problemas financeiros de familiares	—	—	0,280 0,014*	—
Impacto problemas profissionais de familiares	0,266 0,019*	—	0,298 0,009**	—
Impacto problemas de insónias	0,231 0,043*	—	0,307 0,007**	0,244 0,032*
Impacto problemas de saúde consigo próprio	—	—	0,344 0,002**	—
Impacto problemas de saúde de familiares	—	—	0,278 0,015*	—
Grau de perturbação da recordação 1	—	—	—	0,299 0,015*
Grau de perturbação da recordação 2	—	—	—	0,345 0,004**

A população civil tem uma imagem positiva da sua profissão	-0,246 0,030*	—	—	-0,300 0,008**
Sente-se apoiado pela sociedade	-0,360 0,001***	-0,269 0,017*	-0,235 0,038*	-0,415 0,000***
A instituição para a qual trabalha fornece apoio psicológico suficiente e de qualidade	-0,281 0,014*	-0,270 0,018*	—	-0,269 0,019*
O sistema judicial é eficaz	—	—	—	-0,230 0,042*

Encontramos também diferenças significativas aquando do cruzamento entre a BHS e as variáveis “sente que não é capaz de resolver os problemas” ( $R= 0,352$ ;  $P= 0,002^{**}$ ) e “irrita-se, grita frequentemente com os outros” ( $R= 0,261$ ;  $P= 0,021^{*}$ ). Quanto à primeira variável, Yang e Clum (1996) sugerem precisamente que os deficits na resolução de problemas, entre outros factores, funcionam como importantes preditores da ideação suicida. Neste caso, a dificuldade em superar os problemas promove as expectativas negativas, aumentando, assim, o risco de suicídio. Por outro lado, variáveis como “sente que é capaz de resolver os problemas”, “sente-se confiante”, “sente-se animado”, “sente que a vida vale a pena ser vivida” e “acredita nas suas capacidades” relacionam-se negativamente com a BHS (respectivamente com valores de  $R= -0,267$ ,  $P= 0,018^{*}$ ;  $R= -0,347$ ,  $P= 0,002^{**}$ ;  $R= -0,366$ ,  $P= 0,001^{***}$ ;  $R= -0,283$ ,  $P= 0,012^{*}$  e  $R= -0,288$ ,  $P= 0,011^{*}$ ). De facto, Peixoto e colaboradores (2006) confirmam estes resultados, referindo que a auto-estima e a capacidade de adaptação para enfrentar e superar os problemas estão envolvidas na génese da ideação suicida. Sendo assim, polícias que acreditem nas suas capacidades de resolução de problemas e apresentem auto-estima elevada, correm menos riscos de desenvolver expectativas negativas e, conseqüentemente, de enveredar por condutas suicidárias.

No que concerne ao cruzamento entre o total da BHS e o consumo das várias substâncias, encontramos diferenças significativas nas seguintes variáveis: bebidas destiladas ( $F= 3,438$ ,  $P= 0,021^{*}$ ), com a categoria “algumas vezes por semana” a apresentar um valor médio na BHS de 9 contra os 4,5 das restantes categorias; calmantes ( $F= 3,323$ ,  $P= 0,024^{*}$ ), com a categoria “algumas vezes por semana” a apresentar um valor médio de 16 contra os 5 das restantes categorias; antidepressivos ( $F= 3,267$ ,  $P= 0,016^{*}$ ), com a categoria “algumas vezes por semana” a manifestar um valor de 16 contra os 5 das restantes categorias e indutores de sono ( $F= 4,531$ ,  $P= 0,006^{**}$ ), com a categoria “algumas vezes por semana” a apresentar um valor médio de 16 contra os 6 das restantes categorias. Com base nestes resultados, podemos dizer que o consumo destas substâncias parece estar relacionado com a promoção de expectativas negativas. Contudo, não sabemos se este consumo é consequência ou, pelo contrário, é precedente de tais expectativas negativas, ou seja, o sujeito consome as substâncias para ultrapassar a situação de desânimo, ou é o consumo que desenvolve este mesmo desânimo e expectativas negativas.

Cruzamos igualmente a BHS com as diferentes variáveis capazes de gerar stress no indivíduo, tendo-se apurado que nos itens “homicídio ou ferimento de colegas” e “tiroteios” não há qualquer diferença significativa, enquanto na variável “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, já se verificaram diferenças significativas ( $F= 2,954$ ,  $P= 0,038^*$ ), com a categoria “algumas vezes” a apresentar um valor médio na BHS de 9 contra os 5 das restantes categorias. Por seu turno, aquando do cruzamento entre o resultado deste instrumento e a variável “suicídio de colegas”, não constatamos diferenças significativas, enquanto na variável “crianças sexualmente abusadas” essas diferenças significativas foram notadas ( $F= 3,492$ ,  $P= 0,020^*$ ), com a categoria “poucas vezes” a apresentar uma média de 7 contra os 4 das restantes categorias. Isto significa que, mesmo os sujeitos assistindo poucas vezes a esta última circunstância, pode ser o suficiente para desenvolver expectativas negativas que, como já referimos, constituem um dos elementos precipitantes da ideação suicida. No que se refere às restantes variáveis desta natureza (crianças vítimas de maus-tratos, vítimas de violação, acidentes de viação graves, cadáveres e situações de homicídio), não aferimos quaisquer diferenças significativas.

Continuando a abordar as variáveis susceptíveis de gerar stress nos indivíduos, verificamos não haver diferenças significativas quando cruzamos o total da BHS com a questão “já foi ameaçado durante a sua actividade operacional”, muito embora a categoria “muitas vezes” revele um valor médio de 8 contra os 5 das demais categorias. Este resultado sem diferenças significativas manteve-se quando cruzamos a BHS com a questão “já foi alvo de agressões verbais durante o exercício das suas funções”, não obstante a categoria “muitas vezes” apresentar um valor médio de 7 contra os 4 das restantes categorias. Nas variáveis seguintes (“já foi alvo de agressões físicas durante o exercício das suas funções” e “já foi alvo de tiros durante o exercício das suas funções”) continuamos a não encontrar diferenças significativas. Por outro lado, na questão “já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos”, constatamos diferenças estatisticamente significativas ( $F= 3,284$ ,  $P= 0,026^*$ ), com a categoria “algumas vezes” a apresentar um valor médio na BHS de 6,5 contra o valor de 4 das restantes categorias. Parece, portanto, que esta circunstância que envolve os colegas de profissão exerce alguma influência no aumento das expectativas negativas, colocando os sujeitos em maior risco de enveredar por condutas auto-destrutivas. Quanto às variáveis “conduz a uma velocidade excessiva” e “tem na sua vida pessoal comportamentos que colocam a sua vida em risco”, não se detectaram diferenças significativas, embora na primeira variável a categoria “poucas vezes” apresente um valor médio na BHS de 6 contra 4 das demais categorias, e na segunda variável a categoria “algumas vezes” apresente um valor médio na BHS de 7 contra os 5 das restantes categorias.

Relativamente ao cruzamento entre a BHS e as questões “já alguma vez recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico”, “considera-se uma pessoa com muitos amigos”, “os seus amigos são maioritariamente colegas de trabalho” e “se estivesse a ultrapassar uma situação difícil em termos profissionais e/ou pessoal, pediria ajuda de psicólogos ou psiquiatras”, não encontramos quaisquer diferenças significativas.

No que respeita aos itens que remetem para a ideação e comportamentos suicidas, quando estes foram cruzados com o resultado da BHS, verificamos diferenças significativas nas seguintes variáveis: “já pensou em suicidar-se” ( $F= 4,910$ ,  $P= 0,010^{**}$ ) com a categoria “três vezes” a apresentar um valor médio na BHS de 16 contra os 5 das demais categorias; “já tentou suicidar-se” ( $F= 5,716$ ,  $P= 0,005^{**}$ ), com a categoria “duas vezes” a manifestar um valor médio de 13 contra o valor de 5 na categoria “nunca”; “já idealizou/preparou uma tentativa de suicídio” ( $F= 6,774$ ,  $P= 0,011^{*}$ ), com a categoria “uma vez” a apresentar um valor médio de 10 contra os 5 da categoria “nunca” e “já praticou comportamentos auto-destrutivos” ( $F= 4,178$ ,  $P= 0,009^{**}$ ) com a categoria “uma vez” a apresentar um valor médio de 11. Estes resultados permitem-nos dizer que, efectivamente, as expectativas negativas podem activar este tipo de condutas suicidárias, confirmando as afirmações de Chioqueta e Stiles (2005) que consideram que as expectativas negativas ocupam um papel determinante no desenvolvimento e predisposição para a ideação suicida. Nas restantes variáveis (já redigiu notas de suicídio, já comunicou a alguém que tinha a intenção de suicidar-se, já deixou a vida/morte ao acaso), não encontramos diferenças significativas.

Quanto ao cruzamento da BHS com os diferentes métodos para praticar suicídio, não detectamos quaisquer diferenças significativas, mantendo-se o mesmo resultado nas variáveis “já alguém na sua família cometeu suicídio” e “quem” na família cometeu suicídio.

Finalmente, aquando do cruzamento da BHS com as várias razões descritas como causas para o suicídio nos polícias, apuramos diferenças altamente significativas apenas no item “problemas familiares” ( $F= 5,012$ ,  $P= 0,001^{***}$ ) com o nível 3 a apresentar um valor médio na BHS de 8 contra 4 dos restantes níveis. Este dado permite-nos dizer que os problemas familiares ocupam um papel determinante no desenvolvimento das expectativas negativas e, conseqüentemente, no comportamento suicidário. A este respeito, Man e colaboradores (1992, cit. in Peixoto et al., 2006) argumentam, precisamente, que os problemas familiares estão fortemente associados com a ideação suicida.

### 4.3. Análise correlacional do Beck Depression Inventory (BDI)

Usando de novo a correlação para cruzar o resultado do Beck Depression Inventory (BDI) com o resultado total da BHS, registamos o valor de  $R = 0,502$  ( $P = 0,000^{***}$ ). Por outro lado, ao cruzar o resultado do primeiro instrumento com as várias dimensões da BHS, obtivemos, respectivamente para a BHS Afectiva, Motivacional e Cognitiva, os seguintes valores:  $R = 0,426$  ( $P = 0,000^{***}$ );  $R = 0,538$  ( $P = 0,000^{***}$ ) e  $R = 0,371$  ( $P = 0,001^{***}$ ). Com base nestes dados, podemos dizer que a BDI relaciona-se mais fortemente com a dimensão Motivacional da BHS e de forma mais fraca com a BHS Cognitiva.

Na tentativa de identificar possíveis variáveis responsáveis por níveis mais elevados de depressão, fizemos uso da análise de correlação para cruzar o resultado do BDI com as diversas variáveis que integram o questionário usado. Começando-se pela idade e tempo de serviço, não se verificaram diferenças significativas, o que significa que ambas as variáveis não exercem interferências no desenvolvimento dos sentimentos depressivos.

Verificamos, com base no teste estatístico de diferenças de médias, um resultado mais elevado no BDI para os sujeitos divorciados ou separados, apesar de tal valor não exprimir diferenças estatisticamente significativas.

Quando cruzamos o resultado do BDI com o grupo profissional verificamos, mais uma vez, a ausência de diferenças significativas, muito embora a PSP e a PJ apresentem uma média mais alta, ambas com valores na ordem dos 5 e a GNR com valores médios na casa dos 3. Mesmo tratando-se de valores não significativos, podemos afirmar que a PSP e a PJ encontram-se mais vulneráveis ao suicídio, se tivermos em consideração que a depressão, como vários autores advogam, ocupa um papel central nesta conduta auto-destrutiva (De Leo et al., 2005, cit. in Peixoto et al., 2006; Pinto da Costa, 1989, cit. in Silva, 2002a).

Voltamos a encontrar diferenças sem relevância estatística, aquando do cruzamento entre o resultado do BDI com a variável “tem filhos”, apesar da média ser mais elevada nos elementos que têm filhos (média de 5 para aqueles que têm e 4 para aqueles que dizem não ter filhos). Sendo assim, podemos dizer que, na nossa amostra, o facto de se ter filhos parece não influenciar os sentimentos depressivos.

A mesma tendência estatística, ou seja, resultados não significativos, manteve-se para o cruzamento entre o BDI com a variável “está deslocado em serviço”, sendo que a média é mais alta nos não deslocados da respectiva família (valores médios de 4).

No que respeita ao cruzamento do BDI com as várias razões para o conflito entre as exigências da profissão com a vida pessoal e familiar, podemos dizer, concretamente, que em qualquer um dos itens “horário de trabalho”, “pouco tempo disponível para família ou lazer”, “possibilidade de ser chamado de forma imprevista a fazer serviço” e “perigo das tarefas a

executar”, não se verificam diferenças significativas, embora aquele que apresenta um valor médio mais alto seja o item que remete para o tempo limitado para a família ou lazer. Com efeito, a profissão de polícia, como já tivemos oportunidade de referir no Capítulo 1 cria um ambiente que restringe as actividades alternativas, como o desporto, actividades familiares e sociais (Wienecke, 1999).

Correlacionando o resultado do BDI com a variável “satisfação global com o seu trabalho no momento actual”, obtivemos uma correlação negativa, com um valor de  $R = -0,241$  ( $P = 0,035^*$ ). Esta mesma correlação, mas com a variável “total de satisfação” no trabalho, resultou igualmente num valor negativo, mas não estatisticamente significativo. No que diz respeito à satisfação no trabalho, as variáveis responsáveis pelo resultado no BDI são a “possibilidade de evolução e desenvolvimento pessoal”, com um valor de  $R = -0,235$  ( $P = 0,039^*$ ); “tipo de tarefas desempenhadas”, com um valor de  $R = -0,281$  ( $P = 0,013^*$ ) e o “interesse das tarefas profissionais”, com um valor de  $R = -0,240$  ( $P = 0,036^*$ ). Podemos então dizer que a pouca satisfação global com o trabalho parece depender da pouca satisfação com o tipo e interesse pelas tarefas, bem como com a pouca satisfação com a possibilidade de evoluir pessoalmente. Efectivamente, as tarefas que a maior parte dos elementos policiais exercem são actividades de carácter rotineiro, que poderão causar algum desequilíbrio psicológico. Por outro lado, a possibilidade de desenvolvimento pessoal, sendo entendida como limitada, poderá conduzir a níveis mais elevados de stress. A este propósito, já alguns autores que referimos no primeiro capítulo, referem precisamente que, mais do que os acontecimentos potencialmente traumáticos, as condicionantes organizacionais, nomeadamente a falta de participação no processo de tomada de decisão, o sistema de promoções limitado e a experiência de falta de controlo, entre outros factores, parecem ocupar um papel central na experiência de stress entre os polícias (Violanti & Aron, 1995; Violanti, 1996; Fisher, 2003; Dowler, 2005). Os nossos resultados vêm, portanto, confirmar estas mesmas afirmações.

Quando cruzamos o BDI com o consumo das várias substâncias (como o tabaco, café, cerveja, vinho, bebidas destiladas, calmantes, antidepressivos e indutores de sono), continuamos a não registar diferenças significativas. No entanto, convém referir que, no caso das bebidas destiladas, a categoria “algumas vezes por semana”, apresenta um valor médio de BDI de 7,33; no caso dos calmantes, as categorias “algumas vezes por mês” e “algumas vezes por ano”, apresentam um valor médio de 6; no caso dos antidepressivos, as categorias “algumas vezes por semana” e “todos os dias”, apresentam um valor médio de 11 e, por último, no caso dos indutores de sono, as categorias “algumas vezes por mês” e “algumas vezes por semana”, apresentam um valor médio na casa dos 11.

No cruzamento entre o BDI com circunstâncias potencialmente traumáticas, designadamente com a variável “homicídio ou ferimento de colegas”, encontramos diferenças estatisticamente significativas ( $F= 3,465$ ,  $P= 0,036^*$ ), em que a categoria “algumas vezes”, apresenta um BDI médio de 4 contra a categoria “nunca” com média de 2. Com base neste resultado, podemos dizer que a vivência deste acontecimento aumenta a predisposição para a depressão e, conseqüentemente, para o suicídio. Com efeito, Violanti (1996), entre os incidentes traumáticos normalmente classificados pelos polícias como especialmente stressantes, refere precisamente a “morte de um colega”. Também Soeiro e colaboradores (2003) apontam como um dos factores mais stressantes para os Investigadores da Polícia Judiciária, a “morte ou ferimento de um colega durante uma operação”. Os estudos de Garcia e colaboradores (2004) registam 54% de polícias a apontar o item “colega morto ou ferido” como o mais stressante, corroborando os nossos dados.

Cruzamos igualmente o BDI com a variável “tiroteios”, não se registando quaisquer diferenças estatisticamente significativas.

Já no cruzamento entre o BDI com o item do questionário “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, constatamos diferenças altamente significativas ( $F=7,837$ ,  $P=0,000^{***}$ ), particularmente nas categorias: “algumas vezes” e “muitas vezes”, que apresentam um resultado médio no BDI de 8 e 17, respectivamente. Estes dados permitem-nos dizer que a vivência de acidentes de viação graves parece aumentar os sentimentos de depressão e, sabendo nós que a depressão ocupa um lugar premente no desenvolvimento da ideação suicida, este é um dado importante a ter em consideração quando se procura identificar sujeitos vulneráveis ao suicídio.

Do cruzamento entre o BDI e a variável “suicídio de colegas”, não resultaram diferenças significativas, o que poderá estar relacionado com o facto de esta situação não constituir uma realidade tão frequente quanto as restantes.

Quando cruzamos o BDI com o item “crianças sexualmente abusadas”, continuamos a verificar a ausência de diferenças estatisticamente significativas, embora a categoria “muitas vezes” apresente um resultado médio no BDI de 6.

Por sua vez, aquando do cruzamento entre o BDI com a variável “crianças vítimas de maus-tratos” verificamos mais uma vez a inexistência de diferenças estatisticamente significativas, não obstante a categoria “algumas vezes” manifestar um valor médio de BDI de 6.

Cruzando o BDI com o item “vítimas de violação”, constatamos, igualmente, que não há diferenças estatísticas significativas, registando-se que as categorias “algumas vezes” e “muitas vezes” apresentam um valor médio de 6.

Quanto ao cruzamento deste instrumento que avalia a depressão com a variável “acidentes de viação graves”, apuramos diferenças significativas ( $F= 3,980$ ,  $P= 0,011^*$ ), com a categoria “muitas vezes” a apresentar um valor médio no BDI de 11, o que significa que o facto dos polícias assistirem a acidentes de viação com alguma gravidade, torna-os mais susceptíveis a desenvolverem sintomas depressivos.

No cruzamento do BDI com as variáveis: “cadáveres” e “situações de homicídio”, não se verifica qualquer diferença estatisticamente significativa, sendo que na primeira variável a categoria “muitas vezes” apresenta um valor médio de 6 e, na segunda variável, a categoria “algumas vezes” apresenta também um valor médio na casa dos 6.

Cruzamos igualmente o BDI com as seguintes variáveis: “já foi ameaçado durante a sua actividade profissional”, “já foi alvo de agressões verbais durante o exercício das suas funções” e “já foi alvo de agressões físicas durante o exercício das suas funções”, não se verificando diferenças significativas. Contudo, devemos referir que na segunda variável as categorias “algumas vezes” e “muitas vezes” apresentam um valor médio de BDI na casa dos 5 e, na última variável, a categoria “algumas vezes”, regista um valor médio de 6.

Por seu turno, ao cruzar o BDI com a questão “já foi alvo de tiros durante o exercício das suas funções”, encontramos diferenças estatisticamente significativas ( $F=6,477$ ,  $P=0,003^{**}$ ), com a categoria “algumas vezes” a apresentar um valor médio de BDI na casa dos 11 contra as restantes categorias com médias na casa dos 4 valores. Com efeito, este evento é considerado por Coman e Evans (1991, cit. in Lennings, 1995) como um evento crítico de stress e daí a sua forte relação com os sentimentos depressivos.

No que respeita ao cruzamento do BDI com as variáveis “já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos” e “conduz a uma velocidade excessiva”, verificamos uma distribuição uniforme dos valores, não se constatando, portanto, diferenças estatisticamente significativas.

Relativamente ao cruzamento do BDI com a questão “tem na sua vida comportamentos que colocam a sua vida em risco”, constata-se diferenças significativas ( $F=6,974$ ,  $P= 0,002^{**}$ ), com a categoria “algumas vezes” a registar valores médios no BDI na casa dos 12 e as restantes categorias com valores na ordem dos 4. Este resultado poderá significar que a prática de comportamentos de risco já constitui, por si só, um indicador de depressão, ou seja, sujeitos a ultrapassar momentos de depressão, incorrem mais facilmente em condutas de risco ou mesmo em condutas auto-destrutivas, como as tentativas de suicídio.

Quando cruzamos o resultado do BDI com variáveis como: “já recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico”, “considera-se uma pessoa com muitos amigos”, “os seus amigos são maioritariamente colegas de trabalho” e “se estivesse a ultrapassar uma situação difícil em

termos profissionais e/ou pessoal, pediria ajuda de psicólogos ou psiquiatras”, verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas. Não obstante, podemos dizer que na primeira variável, aqueles que respondem afirmativamente apresentam um valor médio na casa dos 7, e os que respondem negativamente um valor de BDI na ordem dos 4.

Passando a analisar as variáveis mais directamente relacionadas com a ideação/comportamento suicidário e a sua relação com o BDI, verificamos algumas diferenças importantes de assinalar. Mais precisamente, aquando do cruzamento do resultado deste instrumento com a variável “já pensou em suicidar-se”, constatamos diferenças altamente significativas ( $F= 7,573$ ,  $P= 0,001^{***}$ ), com a categoria “mais de 3 vezes” a apresentar um valor médio de 22, que indica Depressão Moderada. Diferenças altamente significativas voltaram a registar-se no cruzamento entre o BDI com a variável “já tentou suicidar-se” ( $F=39,164$ ,  $P= 0,000^{***}$ ), com as categorias “uma vez” e “duas vezes” a apresentar valores médios de 20 e 28, respectivamente, contra 4 na categoria “nunca”. Ora, estes resultados não são de todo surpreendentes, uma vez que, sujeitos que já pensaram várias vezes no suicídio e, inclusive, já tentaram, manifestam à partida sentimentos depressivos com índices consideráveis. A este propósito, De Leo e colaboradores (2005, cit. in Peixoto et al., 2006) argumentam, precisamente, que a depressão aumenta até três vezes o risco de experimentar ideação suicida e, por sua vez, Pinto da Costa (1989, cit. in Silva, 2002a) considera que a depressão constitui uma perturbação com um peso considerável na prevalência do suicídio. Estes nossos resultados vão, portanto, de encontro a estas afirmações que sustentam uma relação próxima entre a ideação e condutas suicidas com os sentimentos depressivos.

Já no que concerne ao cruzamento do BDI com as variáveis: “já redigiu notas de suicídio”, “já praticou comportamentos auto-destrutivos” e “já deixou a vida/morte ao acaso”, não verificamos qualquer diferença estatisticamente significativa. Porém, é importante assinalar que aqueles que praticaram comportamentos auto-destrutivos por uma, duas ou três vezes, apresentam BDI com valor médio entre 8,5 e 10. Por outro lado, aqueles que já deixaram a vida/morte ao acaso apresentam um valor no BDI na ordem dos 8.

Relativamente ao cruzamento do BDI com a variável “se um dia pensasse em suicidar-se, que método escolheria?”, encontramos diferenças significativas ( $F= 4,283$ ,  $P= 0,002^{**}$ ), com os métodos “enforcamento” e “atirar-se de um local alto” a apresentar um valor médio de BDI na casa dos 11, contra os que nunca pensaram num método que apresentam um valor de BDI na ordem dos 3. Mais ainda, é de salientar que aqueles que seleccionam a arma de fogo como método, apresentam um valor médio de 4. Mesmo tratando-se de um valor baixo, significa que, efectivamente, a disponibilidade deste método influencia as escolhas dos sujeitos. A este propósito, os estudos de Ribeiro e Carmo (2001), sobre o suicídio nos

elementos da PSP, confirmam a utilização da arma de fogo como o método mais utilizado. Violanti (1995, 1996) também sugere que as armas são o método eleito em 95% dos suicídios na polícia.

Quanto ao cruzamento do BDI com as questões “já alguém na sua família cometeu suicídio” e, se sim, quem, não se verificaram quaisquer diferenças significativas. O mesmo resultado constatou-se aquando do cruzamento deste instrumento com as causas para explicar o suicídio nas forças policiais, nomeadamente problemas de trabalho, familiares, saúde e económicos.

Correlacionando o BDI com um conjunto de outras variáveis quantitativas do questionário (Quadro 30), encontramos algumas diferenças estatisticamente significativas. Podemos, assim, dizer que os sentimentos depressivos parecem ser influenciados por diferentes variáveis, desde problemas com amigos, problemas financeiros, profissionais, insónias, problemas de saúde e o seu impacto, bem como o grau de perturbação que advém de diversos acontecimentos potencialmente traumáticos. Mais ainda, o resultado no BDI parece ser condicionado por emoções negativas, tais como sentir-se deprimido, sentir que a vida não vale a pena, sentir que não é capaz de resolver os problemas, sentir que é um fracasso, sentir-se sozinho e adoptar atitudes como gritar e irritar-se regularmente com os outros. Com efeito, a relação expressa entre estas últimas variáveis com o resultado mais elevado no BDI não é surpreendente, já que este instrumento integra precisamente questões que vão neste sentido. Por outro lado, quem mais pontua em emoções positivas como: sentir-se confiante e animado apresenta valores inversos no BDI, expressos sob a forma de valores negativos, o que mais uma vez vai de encontro aos resultados esperados, na medida em que o BDI procura aferir a severidade da depressão e, portanto, integra itens de natureza oposta a estes, facto que explica tal relação negativa.

Quadro 30 – Correlação entre BDI e variáveis quantitativas

	<b>R de Pearson</b>	<b>P</b>
Frequência problemas com os amigos	0,242	0,034*
Frequência problemas financeiros consigo próprio	0,244	0,031*
Frequência problemas financeiros de familiares	0,328	0,003**
Frequência problemas profissionais consigo próprio	0,445	0,000***
Frequência problemas profissionais de familiares	0,268	0,018**
Frequência problemas de insónias	0,296	0,009**
Frequência problemas de saúde consigo próprio	0,474	0,000***
Frequência problemas de saúde de familiares	0,245	0,032*
Impacto problemas financeiros consigo próprio	0,262	0,021*
Impacto problemas financeiros de familiares	0,353	0,002**
Impacto problemas profissionais consigo próprio	0,279	0,014*
Impacto problemas de insónias	0,329	0,003**
Impacto problemas de saúde consigo próprio	0,407	0,000***
Grau de perturbação da recordação 1	0,299	0,015*
Grau de perturbação da recordação 2	0,263	0,030*
Sente-se deprimido	0,494	0,000***
Sente que a vida não vale a pena ser vivida	0,321	0,005**
Sente que não é capaz de resolver os problemas	0,253	0,026*
Sente-se um fracasso	0,296	0,009**
Sente-se sozinho	0,364	0,001***
Irrita-se, grita frequentemente com os outros	0,421	0,000***
Sente-se confiante	-0,309	0,006**
Sente-se animado	-0,383	0,001***
Acredita nas suas capacidades	-0,245	0,031*

Terminada a apresentação dos resultados, efectuamos seguidamente algumas considerações finais sobre o trabalho efectuado.

# **Conclusões**

Como já referimos na Introdução, as condutas suicidárias não escolhem profissões. Contudo, é certo que algumas, mercê das características que lhe são próprias, tornam os seus efectivos mais vulneráveis ao suicídio ou outros comportamentos auto-destrutivos. Ora, a profissão de elemento da Polícia parece enquadrar-se neste grupo já que é reconhecida mundialmente como uma das mais, ou mesmo a que se encontra em maior risco de enveredar por tais comportamentos (Blum, 2000; Violanti, 2003b). Dado o número crescente de polícias portuguesas que se têm vindo a suicidar (oito em 2005 e cinco até Novembro de 2006) e dada a ausência de estudos sobre este tema no nosso país, decidimos tomá-lo como objecto deste nosso trabalho. Sendo assim, procuramos ao longo do Capítulo 1 analisar um conjunto de factores inerentes à actividade policial que pudessem de alguma forma contribuir para este fenómeno. Começamos por constatar que a própria estrutura organizacional, caracterizada por uma burocracia altamente rígida, inflexível e opressiva, que não valoriza a iniciativa, responsabilidade ou resolução de problemas, poderia concorrer, entre outros factores, para o desequilíbrio psicológico do polícia.

Ainda a respeito da estrutura organizacional, foi-nos possível verificar que o papel de polícia e a cultura policial conduzem a uma indubitável re-socialização abrupta (de cidadão vulgar para polícia) que, por sua vez, poderá constituir um precursor decisivo nas condutas suicidárias destes elementos, na medida em que a apropriação de um conjunto de valores próprios desta profissão (solidariedade, camaradagem, amizade, cumplicidade, complementaridade no perigo, “machismo”), podem ser paradoxalmente perniciosos para os polícias, que passam a viver maioritariamente em função do seu papel de polícia, tornando-se incapazes de se comprometerem com outros papéis alternativos e úteis para diminuir os níveis de stress psicológico de que são vítimas de forma tão regular.

Além disso, o distanciamento prolongado das respectivas famílias que esta actividade profissional tão frequentemente exige, o acesso a uma arma que representa, na maioria dos casos, um método fatal, bem como a opinião maioritariamente desfavorável da sociedade e seus meios de comunicação social relativamente a estes profissionais constituem “locomotivas” importantes de um “comboio” que poderá tomar um rumo desadaptativo como a depressão, o consumo de substâncias ou mesmo o suicídio.

Constatamos igualmente que a profissão de Polícia é inerentemente stressante, ora pelas suas características organizacionais fundamentalmente restritivas, ora pela natureza do próprio trabalho, fisicamente e emocionalmente perigoso. O stress regular a que um polícia está sujeito poderá conduzi-lo a um estado emocional de tal forma doloroso que a morte é concebida como uma alternativa aceitável.

Contudo, para o suicídio dos efectivos policiais não concorrem apenas elementos de cariz organizacional. O suicídio é um fenómeno multideterminado e, como tal, abordamos no Capítulo 2 um conjunto de factores individuais com implicação na sua génese. Neste sentido, referimos alguns estudos (Bongar, 2002, cit. in Packman et al., 2004) que apontam o sexo masculino como o mais vulnerável, isto porque, entre outras razões, os homens usam métodos mais letais que as mulheres. Ora, ainda hoje esta profissão compõe-se maioritariamente por homens que dispõem de um método altamente mortal, que é a arma de serviço, posicionando-os assim em alerta vermelho no que diz respeito ao suicídio.

Relativamente à idade, vários estudos enumerados (Turvey, 1995) apontam os adultos mais idosos como aqueles que correm mais riscos de incorrer em práticas auto-destrutivas. Contrariamente, um estudo português com elementos policiais (Ribeiro e Carmo, 2001) revela que a maior percentagem de suicídios situa-se na faixa etária dos 24 aos 29 anos de idade. Mais ainda, vários autores consideram que os indivíduos que vivem sozinhos e são solteiros aparecem como o grupo mais propenso ao suicídio (Packman et al., 2004; Rothmann & Rensburg, 2001). Não nos podemos esquecer que um grande número de jovens polícias encontra-se deslocado da sua família, vivendo sozinhos, o que os torna, de acordo com estes autores, mais vulneráveis a esta realidade.

Verificamos também que a par dos factores sociodemográficos, a história de vida e o contexto familiar constituem importantes indicadores de suicídio, nomeadamente a psicopatologia na família (alcoolismo, depressão e atitudes suicidárias), os maus-tratos infantis, instabilidade e ambiente familiar e relações interpessoais pobres. Deste grupo de potenciais determinantes no suicídio, destacou-se a presença de comportamento suicida prévio, entendendo-se que estas tentativas anteriores aumentam consideravelmente a susceptibilidade para o suicídio, e o padrão familiar de comportamento suicidário, que poderá promover o risco através de influências genéticas, modelação de comportamento ou ambos (Roy, 1992, cit. in Packman et al., 2004).

A condição médica e o abuso de substâncias afiguraram-se igualmente como importantes percursos de suicídio neste grupo profissional que apresenta índices elevados de mortalidade, como resultado do stress psicológico e perigo a que é sujeito de forma usual (Blum, 2000). Por sua vez, este stress crónico poderá precipitar comportamentos desadaptativos, como o abuso de álcool, tabaco e outras substâncias, que alguns autores consideram caracterizar o estilo de coping de evitamento comumente adoptado pelos polícias com elevados níveis de stress (Anshel, 2000 cit. in Rothman & Rensburg, 2001; Burke, 1993, cit. in Anshel et al., 1997). Especificamente no que respeita ao consumo de

álcool, constatamos que este poderá significar sérios constrangimentos profissionais e pessoais, que podem culminar em condutas auto-destrutivas.

Uma outra variável que serve de importante alicerce a este fenómeno do suicídio é a depressão, com todas as dimensões que lhe estão associadas, tais como a baixa auto-estima, o locus de controlo externo, as dificuldades de resolução de problemas e as expectativas negativas, estas últimas também designadas por desânimo. Ora, se um polícia apresentar atitudes e comportamentos que vão de encontro a este conjunto de dimensões, o risco de cometer suicídio aumenta consideravelmente. Aliás, segundo De Leo e colaboradores (2005, cit. in Peixoto et al., 2006) a depressão aumenta até três vezes o risco de experienciar ideação suicida.

Para além destes factores organizacionais e individuais capazes de conduzir ao suicídio, fizemos também referência a agentes protectores, que tornam a ocorrência do comportamento suicidário menos provável. Um dos agentes protectores mais vulgarmente identificado é o suporte social, que pode ser prestado por qualquer pessoa que faz parte do “mundo relacional” do indivíduo e que, em caso de necessidade, está presente para conceder esse apoio, o que reduz os efeitos nefastos de um evento stressante, ao instituir uma aliança entre a saúde física e mental e ao permitir o estabelecimento e subsistência de relações significativas que desempenham um papel determinante no sentimento de bem-estar físico e psicológico. Assim, um polícia que mantém boas relações sociais, quer ao nível profissional, quer ao nível pessoal, é mais saudável física e mentalmente e, por conseguinte, menos vulnerável a comportamentos suicidários.

Concluimos a parte teórica deste trabalho considerando o suicídio como uma realidade multideterminada, que contempla tanto percursos organizacionais como individuais, que compõem um complexo “puzzle” bio-psico-social que deve necessariamente ser avaliado como um todo quando se pretende determinar o risco de suicídio nos elementos das forças policiais.

Com o propósito de se proceder ao estudo do suicídio nas principais forças policiais portuguesas (PSP, GNR, PJ) que constituiu afinal o nosso principal objectivo de trabalho, formulamos um conjunto de hipóteses que procuramos verificar. Tendo em conta essas hipóteses, elaboramos um questionário que integrou um total de 28 grandes questões e que foi administrado a voluntários, contactados a partir da nossa rede de conhecimentos pessoais. Dos 150 questionários distribuídos, foram recolhidos 106 exemplares, dos quais ainda eliminamos os questionários preenchidos por mulheres e por elementos policiais que desempenham funções administrativas ou análogas, para desta forma constituirmos uma amostra mais homogénea e coesa. No final, reunimos 78 questionários, 26 para cada uma das três forças

policiais, todos do sexo masculino. Em termos gerais, verificamos que a maioria dos sujeitos possui o 12º ano de escolaridade, situam-se entre os 22 e os 56 anos de idade, são maioritariamente casados ou a viver em união de facto, têm filhos (na sua maioria entre 1 aos 10 anos de idade), grande parte deles não se encontra deslocada das respectivas famílias, exercem sobretudo categorias que compõem a base da hierarquia destas três forças policiais (agentes, soldados e inspectores) e verificamos, igualmente, que o tempo de serviço varia entre 1 até 36 anos de serviço.

No que se refere aos resultados encontrados, foi-nos possível constatar que os elementos da PSP apontam mais frequentemente o “horário de trabalho” como a principal razão para a existência de conflito entre a profissão e a vida pessoal/familiar, enquanto que a PJ elege a “possibilidade de ser chamado de forma imprevista “ como o móbil preferencial para tal conflito.

Os acontecimentos traumáticos característicos da actividade policial (acidentes de viação graves, crianças sexualmente abusadas ou mal-tratadas, suicídio de colegas, homicídio ou ferimento de colegas...) são maioritariamente vividos por elementos da PJ e da PSP tornando-os, assim, mais vulneráveis ao suicídio (Violanti, 1996).

Quanto à percepção dos inquiridos acerca da imagem positiva que a população terá da profissão que exercem e do apoio prestado pela sociedade, a PJ destaca-se no sentido de uma maior concordância, ou seja, consideram que a população detém uma imagem positiva e apoiam o seu trabalho. Já a PSP e a GNR consideram que a população tem destas forças policiais uma imagem mais negativa.

No que respeita a ameaças e agressões vividas pelos três grupos de polícias, bem como comportamentos de risco adoptados por eles, afigura-se-nos que os elementos da PSP são aqueles que mais ameaças e agressões verbais recebem durante a sua actividade profissional, logo seguidos pelos inspectores da PJ. Igual tendência foi verificada na variável “já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos”. Por outro lado, apuramos que são os inspectores da PJ aqueles que mais frequentemente conduzem a uma velocidade excessiva, dado que poderá estar directamente relacionado com as exigências da profissão, ou pelo contrário, poderá constituir uma forma camuflada de suicídio.

Constatamos de igual forma que grande parte da nossa amostra não recebeu tratamento psicológico ou psiquiátrico. No entanto, a maioria dos inquiridos admite essa possibilidade no futuro se confrontada com a necessidade de pedir ajuda profissional.

Relativamente aos resultados do nosso trabalho mais directamente relacionados com a ideação/comportamentos suicidas, mesmo não se tendo verificado diferenças significativas entre as três forças policiais, convém realçar que nove elementos admitem já ter idealizado ou

praticado condutas auto-destrutivas. Mais ainda, dos métodos seleccionados para praticar o suicídio, destaca-se a arma de fogo.

Quanto à existência de antecedentes familiares de suicídio, encontramos já oito elementos que referem ter familiares que o cometeram, verificando-se uma predominância notória de antecedentes do sexo masculino. No que se refere à opinião dos três grupos quanto às causas responsáveis pelo suicídio nos polícias, apurou-se que a maioria elege os problemas familiares e os problemas de trabalho.

Encontramos também relações significativas aquando do cruzamento entre algumas variáveis, nomeadamente entre o consumo de calmantes, antidepressivos e indutores de sono com a existência de tratamento psicológico ou psiquiátrico; entre o consumo de vinho e a variável “considera-se uma pessoa com muitos amigos”; entre a variável “já tentou suicidar-se” e a existência de antecedentes familiares de suicídio; entre o consumo de calmantes e já ter sido ameaçado durante a actividade profissional; entre o consumo de cerveja e conduzir a uma velocidade excessiva e entre a variável “já tentou suicidar-se” com “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”.

Uma vez que são vários os autores (De Leo et al., 2005, cit. in Peixoto et al., 2006; Kates, 1999; Pinto da Costa, 2004; Violanti et al., 2006) que referem que a depressão está positivamente correlacionada com as condutas suicidárias, procuramos verificar na nossa amostra se tal relação subsistia. Com efeito, encontramos uma forte associação entre os índices mais elevados no BDI (Beck Depression Inventory) com variáveis como “já pensou em suicidar-se” e “já tentou suicidar-se”, o que denota precisamente que esta perturbação funciona como um importante “detonador” no suicídio.

Registamos ainda que a depressão correlaciona-se positivamente com as variáveis “homicídio ou ferimento de colegas”, “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, “acidentes de viação graves a que assistiu”, “já foi alvo de tiros durante o exercício das suas funções”, que constituem circunstâncias potencialmente perturbadoras e, por isso, capazes de desencadear sintomas depressivos. Por seu turno, variáveis como “tem na sua vida comportamentos que colocam a sua vida em risco” e a escolha dos métodos “enforcamento” e “atirar-se de um local alto” com vista a cometer suicídio, também se relacionam de forma positiva com valores mais elevados no BDI, podendo estas variáveis constituir, só por si, uma evidência dos sintomas depressivos.

Uma outra dimensão cognitiva, caracterizada por expectativas negativas e considerada por Chioqueta e Stiles (2005) como o elemento central na depressão é o desânimo que, neste nosso trabalho, também foi correlacionado com um conjunto de variáveis a fim de se confirmar o seu alegado contributo na ideação e comportamentos suicidas. Assim,

começamos por detectar uma relação positiva entre os resultados elevados na BHS (Beck Hopelessness Scale) e as variáveis “sente que não é capaz de resolver os problemas” e “irrita-se, grita frequentemente com os outros”, ou seja, parece que estas últimas contribuem para promover os sentimentos de desânimo ou, poderá ser o desânimo a incrementar tais realidades.

Resultados semelhantes (correlação positiva) verificaram-se aquando do cruzamento entre o resultado da BHS com algumas das substâncias descritas, nomeadamente as bebidas destiladas, calmantes, antidepressivos e indutores de sono, o que sugere que polícias com níveis elevados de expectativas negativas, consomem mais este tipo de substâncias ou, este consumo, poderá ser precedente ao desânimo, incrementando-o.

Relativamente ao cruzamento da BHS com as várias circunstâncias capazes de gerar stress no indivíduo, encontramos relações significativas somente nas seguintes variáveis: “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, “crianças sexualmente abusadas” e “já prestou auxílio a colegas em apuros ou agredidos”, que parecem, efectivamente, permitir o desenvolvimento de expectativas negativas que, como já referimos, constituem peças fundamentais na ideação e comportamentos suicidários.

Convém ainda salientar que a BHS correlacionou-se positivamente com um conjunto de variáveis relacionadas com a ideação e condutas suicidas, designadamente: “já pensou em suicidar-se”, “já tentou suicidar-se”, “já idealizou/preparou uma tentativa de suicídio” e “já praticou comportamentos auto-destrutivos”. Este resultado permite-nos dizer que as expectativas negativas podem activar este tipo de atitudes suicidárias.

Por último, devemos referir que a BHS também aparece positivamente relacionada com o item “problemas familiares”, apontado pelos inquiridos como uma das causas para o suicídio dos polícias, levando-nos a considerar a dimensão familiar como determinante no desenvolvimento do desânimo e, conseqüentemente, no comportamento suicidário, a par com todas as outras variáveis já aqui enunciadas.

De um modo geral, os resultados indicam que os inquiridos da nossa amostra assistiram já a um grande espectro de acontecimentos perturbadores no âmbito da sua actividade profissional, apresentam uma satisfação geral com o trabalho baixa e valores igualmente baixos tanto no BHS como no BDI.

Relativamente às hipóteses formuladas, verificamos o seguinte:

- Hipótese 1 – as três forças policiais apresentam efectivamente padrões de resposta diferentes, apesar das diferenças serem pouco significativas. Destacam-se, contudo, variáveis como: o grau de conflito entre a profissão e a vida pessoal/familiar, na qual os elementos da PSP e da PJ sobressaem ao seleccionar, respectivamente, como razões para tal conflito o

“horário de trabalho” e a “possibilidade de ser chamado de forma imprevista”; o tipo de acontecimentos traumáticos com que lidam, verificando-se na grande maioria das variáveis um predomínio da PJ; o grau de concordância face à imagem e ao apoio da população para com a profissão que exercem, verificando-se que a PJ detém uma percepção mais positiva; ameaças e agressões durante a actividade profissional, maioritariamente experienciadas por elementos da PSP e, por último, a história de tratamento psicológico ou psiquiátrico, sendo que nesta, mais uma vez, a PJ destaca-se no sentido afirmativo.

- Hipótese 2 – a ideação/comportamentos suicidas não parece ser influenciada por características individuais, como a idade, estado civil, habilitações literárias, ter filhos, estar deslocado em serviço e tempo de serviço.

- Hipótese 3 – apenas a variável “acidentes de viação graves onde esteve envolvido” correlaciona-se de forma positiva com as tentativas de suicídio, podendo este comportamento, por si só, representar uma tentativa de suicídio dissimulada.

- Hipótese 4 – o desânimo e a depressão parecem constituir indicadores determinantes na ideação e comportamentos suicidários.

No que diz respeito às diferenças encontradas entre as três forças policiais, podemos atribuí-las ao facto de cada uma delas exercer funções específicas, em contextos organizacionais e ocupacionais também eles característicos, conduzindo deste modo os seus elementos a avaliar determinadas questões de forma própria, reflectindo-se nas diferenças encontradas neste estudo.

Estes nossos resultados indicam igualmente que, de facto, os polícias confrontam-se com uma grande variedade de circunstâncias consideradas perturbadoras. Contudo, não se confirma a relação causal entre estas situações potencialmente traumáticas e o comportamento suicidário, excepto, como já tivemos oportunidade de referir, na variável “acidentes de viação graves onde esteve envolvido”, que parece efectivamente influenciar tais condutas auto-destrutivas. Com efeito, este resultado vem confirmar um estudo de Danto (1978, cit. in Violanti, 1996, p.36) que conclui que onze polícias que puseram termo à vida tinham passado por acidentes de viação durante as suas carreiras. Sendo assim, este evento, de alguma forma perturbador, deve ser considerado aquando a avaliação do risco de suicídio em elementos policiais. Não obstante, as restantes situações eventualmente traumáticas que fazem parte da actividade policial destes nossos inquiridos, não deve ser descurada na sua importância, uma vez que, mesmo não se tendo confirmado o papel destas nas condutas suicidas, sabe-se que poderão tornar o sujeito mais vulnerável a desordens físicas e emocionais, que constituem um ponto de partida para o suicídio (Violanti, 1996; Danto, 1978 e Loo, 1986, ambos cit. in Violanti, 1996).

Por outro lado e no que diz respeito à satisfação com o trabalho, este estudo permitiu confirmar as considerações de vários autores, nomeadamente de Violanti (1996), Dowler (2005) e Fisher (2003). Todos eles advogam a importância dos factores organizacionais para o desenvolvimento do stress nos polícias. Com efeito, foi-nos possível verificar a relação positiva entre uma série de variáveis inerentes à satisfação no trabalho com índices mais elevados na BHS e no BDI, o que sugere o contributo importante de tais factores no desenvolvimento de sentimentos negativos entre os polícias. Estes deparam-se, assim, com um contexto organizacional rígido e desmotivador que conduz a uma diminuição da satisfação com o trabalho. De certa forma, este resultado indica um padrão nas polícias portuguesas, na medida em que outros estudos nacionais com elementos policiais (Mendes, 2005; Vieira, 2005; Silva, 2002b) apontam unanimemente para uma reduzida satisfação com o trabalho.

Mais ainda, foi-nos possível comprovar que o desânimo ocupa um papel central na ideação e comportamentos suicidários, dado que vem consolidar as afirmações de Chioqueta e Stiles (2005), bem como de Turvey (1995), que afirmam que esta dimensão cognitiva constitui um elemento fulcral no desenvolvimento das condutas suicidárias.

Com base nos resultados obtidos, ficou claro também que a depressão opera como um importante precursor no suicídio, o que vem corroborar os dados de Violanti e colaboradores (2006) e Kates (1999), que sugerem que grande parte dos suicídios vêm no seguimento de uma depressão. Ora, o diagnóstico desta perturbação nos polícias deve funcionar com um sinal de alerta quando se avalia o risco de suicídio neste grupo profissional.

Convém ainda realçar que, na nossa amostra de 78 elementos policiais, encontramos nove sujeitos (12%) que admitem ter já pensado, tentado ou preparado o suicídio, valor preocupante se tivermos em consideração que se tratam de inquiridos voluntários que, à partida, se encontram em melhores condições psicológicas.

De referir igualmente que, muito embora não se tenha traduzido num valor estatisticamente significativo, a arma de fogo aparece como o método a usar no suicídio mais seleccionado pelos polícias, resultado este perfeitamente consistente com as conclusões de Marzuk e colaboradores (2002), Ribeiro e Carmo (2001) e Violanti (1996).

Note-se que em termos gerais, estes resultados parecem situar os inquiridos numa situação pouco próxima do suicídio, talvez porque uma das limitações que apontamos a este estudo seja, precisamente, a de termos inquiridos voluntários e, portanto, como já referimos, supostamente, menos sujeitos a perturbações. Outras limitações podem ser apontadas, nomeadamente a grande maioria não se encontrar deslocada da família, serem exclusivamente do sexo masculino, tratar-se de uma amostra reduzida com poucos elementos por força policial e, finalmente, tratar-se de uma amostra circunscrita à zona centro e norte do país.

Com base em tais limitações, sentimos necessidade de no futuro dar continuidade à investigação deste tema, alertando para a existência de sinais como o desânimo e a depressão, de forma a contribuir para prevenir e evitar um acto tão desesperado como o suicídio numa profissão de características tão singulares, como é a Polícia. Apesar destas limitações, esperamos que este estudo tenha contribuído para o reconhecimento da pertinência desta temática e conseqüentemente para a sua prevenção e intervenção.

# **Bibliografia**

- Amaranto, E., Steinberg, J., Castellano, C. & Mitchell, R. (2003). Police stress interventions. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 3, 1, 47-53.
- American Psychiatric Association (1996). *DSM-IV – Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais*. Lisboa: Climepsi Editores, 4ª ed.
- Anshel, M., Robertson, M. & Caputi, P. (1997). Sources of acute stress and their appraisals and reappraisals among Australian Police as a function of previous experience. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 70, 337-356.
- ASFIC/PJ (2003). *O regime de trabalho na investigação criminal/Comunicações, debates e conclusões*. Porto: Castel-Publicações e Edições.
- Bayley, D. (1994). *Police for the Future*. New York: Oxford University Press.
- Beck, A., Weissman, A., Lester, D. & Trexler, L. (1974). The measurement of pessimism: the hopelessness scale. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 6, 861-865.
- Bensabat, S. (1987). *Stress: grandes especialistas respondem*. Bilbao: Mensajero, 2ª ed.
- Bittner, E. (1975). *The functions of the police in modern society: a review of background factors, current practices and possible role models*. Rockville: US Department of Health, Education and Welfare.
- Blum, L. (2000). *Force under pressure – how cops live and why they die*. New York: Lantern Books.
- Brough, P. (2004). Comparing the influence of traumatic and organizational stressors on the psychological health of Police, Fire and Ambulance Officers. *International Journal of Stress Management*, 11, 3, 227-244.
- Brown, G., Henriques, G., Sosdjan, D. & Beck, A. (2004). Suicide intent and accurate expectations of lethality: predictors of medical lethality of suicide attempts. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72, 6, 1170-1174.
- Brown, J. M. & Campbell, E. A. (1994). *Stress and Policing: Sources and Strategies*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Bryman, A. & Cramer, D. (2003). *Análise de dados em ciências sociais, introdução às técnicas utilizando o SPSS para Windows*. Oeiras: Celta Editora.
- Caldeira, M. (2004). *Confronto com a morte na actuação policial – estudo exploratório*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Candappa, R. (2004). *O pequeno livro do stress: a calma é para os fracos, ganhe juízo, stresse-se*. Lisboa: Dom Quixote, 4ª ed.

- Chioqueta, A. & Stiles, T. (2005). Personality traits and the development of depression, hopelessness and suicide ideation. *Personality and Individual Differences*, 38, 1283-1291.
- Clark, D. & White, E. (2003). Clinicians, Cops, and Suicide. In D. Hackett & J. Violanti (Eds.). *Police Suicide: tactics for prevention and intervention* (pp. 16-36). Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- Cross, C. & Ashley, L. (2004). Police Trauma and addiction – coping with the dangers of the jobs. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 73, 10, 24-32.
- Cunha, P. (2004). *Prevenção e gestão do stress na Polícia de Segurança Pública – a função do suporte social interno*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Curado, M. (2006a). *Morte em rua de Lisboa – Oficial da PSP suicidou-se*. In: <http://www.correiodamanha.pt> acedido em Novembro de 2006.
- Curado, M. (2006b). *Preocupação: oito casos no ano passado entre elementos da PSP e GNR*. In: <http://www.correiodamanha.pt> acedido em Outubro de 2006.
- Diamond, D. (2003). Departmental Barriers to Mental Health Treatment: a precursor to police officer suicide. In D. Hackett & J. Violanti (Eds.). *Police Suicide: tactics for prevention and intervention* (pp.54-65). Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- Diegas, M. & Cardoso, R. (1986). Escalas de auto-avaliação da depressão – estudos de correlação. *Psiquiatria Clínica*, 7, 2, 141-145.
- Dowler, K. (2005). Job satisfaction, Burnout and perception of unfair treatment: the relationship between race and police work. *Police Quarterly*, 8, 4, 476-489.
- Durkheim, E. (1982). *O suicídio – estudo sociológico*. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição 1897).
- Everitt, B.S. (1977). *The analysis of contingency tables*. London: John Wiley & Sons.
- Fachada, M. (2001). *Psicologia das Relações Interpessoais (2º volume)*. Lisboa: Edições Rumo.
- Figueiredo Dias, J. & Costa Andrade, M. (1984). *Criminologia: o Homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Finn, P. (1997). *Reducing stress... A department-centered approach*. In: <http://www.policestress.org/reduce.htm> acedido em Maio de 2006.
- Fisher, P. (2003). *Workplace stress & Trauma in policing: sources, outcomes & implications*. A review document prepared for the Canadian Police Association Annual General Meeting. In: <http://www.cbupub.com/express> acedido em Outubro de 2006.

- Fonseca, A. (2003). *A actividade física, stress e auto-estima dos elementos da PSP*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Garcia, L., Nesbary, D. & Gu, J. (2004). Perceptual variations of stress among police officers during an era of decreasing crime. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 20, 1, 33-50.
- Glanz, L., Haas, G. & Sweeney, J. (1995). Assessment of hopelessness in suicidal patients. *Clinical Psychology Review*, 15, 1, 49-64.
- Goldfarb, D. & Ausmiller, G. (1999). *The Effects of Stress on Police Officers*. In: <http://www.heavybadge.com/10reasons.html>, acedido em Maio de 2005.
- Goldfarb, D. (2005). *The effects of stress on police officers*. In: <http://www.heavybadge.com/efstress.htm> acedido em Junho de 2005.
- Goldfarb, D. (2006). *Marital and family issues specific to law enforcement personnel*. In: <http://www.heavybadge.com/hechange.htm> acedido em Junho de 2006.
- Gutierrez, P., Osman, A., Kopper, B., Barrios, F. & Bagge, C. (2000). Suicide risk assessment in a college student population. *Journal of Counseling Psychology*, 47, 4, 403-413.
- Gutierrez, P., Rodriguez, P. & Garcia, P. (2001). Suicide risk factors for young adults: testing a model across ethnicities. *Death Studies*, 25, 319-340.
- Harpold, J. & Feemster, S. (2002). Negative Influences of Police Stress. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 71, 9, 1-7.
- Kates, A. (1999). *CopShock, Surviving Posttraumatic Stress Disorder (PTSD)*. Tucson: Holbrook Street Press.
- Kohan, A. (2002). Police Officer Job Satisfaction in relation to mood, well being and alcohol consumption. *The Journal of Psychology*, 136, 3, 307-318.
- Kureczka, A. W. (1996). Critical Incident Stress in Law Enforcement. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 65, 2/3, 10-17.
- Labrador, F.X. (1995). *Stress*. Lisboa: Temas da Actualidade.
- Lennings, C. (1995). Suicide ideation and risk factors in police officers and justice students. *Police Studies*, 18, 3/4, 39-52.
- Levin, J. (1987). *Estatística aplicada a ciências humanas*. São Paulo: Harbra, 2ª ed.
- Loo, R. (2003). A Meta-Analysis of Police Suicide Rates: Findings and Issues. *Suicide and Life Threatening Behavior*, 33, 3, 313-325.
- Machado, F. (2006). *PSP – Cinco suicídios desde Agosto do ano passado, Só dez psicólogos para 22 mil polícias*. In: <http://www.correiodamanha.pt> acedido em Setembro de 2006.

- Magalhães, D. (1999). *Factores indutores de stress na actividade policial – estudo exploratório com uma amostra de guardas da PSP de Lisboa*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Mann, J. & Neece, J. (1990). Workers` Compensation for Law Enforcement Related Post Traumatic Stress Disorder. *Behavioral Sciences and the Law*, 8, 447-456.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Martinova, T., Villeneuve, M., Strickland, L. & Matheson, K. (2002). Occupational role stress in the Canadian Forces: its association with individual and organizational well-being. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 34, 2, 111-121.
- Marzuk, P., Nock, M., Leon, A., Portera, L. & Tardiff, K. (2002). Suicide Among New York City Police Officers, 1977-1996. *American Journal Psychiatric*, 159, 2069-2071.
- Maslach, C. & Leiter, M. (1997). *The truth about burnout: how organizations cause personal stress and what to do about it*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Mendes, M. (2005). *Emoções no contexto de policiamento: medo, exaustão emocional e procura de sensações, um estudo comparativo na PSP do Porto*. Dissertação de Mestrado em Criminologia. Porto: FDUP.
- Monteiro, P. (2002). *Quando o polícia é a vítima... Consequências das agressões aos agentes da PSP*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Osman, A, Barrios, F., Gutierrez, P., Wrangham, J., Kopper, B., Truelove, R. & Linden, S. (2002). The positive and negative suicide ideation (PANSI) inventory: psychometric evaluation with adolescent psychiatric inpatient samples. *Journal of Personality Assessment*, 79, 3, 512-530.
- Osman, A., Gutierrez, P., Jiandani, J., Koper, B., Barrios, F., Linden, S. & Truelone, R. (2003). A preliminary validation of the positive and negative suicide ideation (PANSI) inventory with normal adolescent samples. *Journal of Clinical Psychology*, 59, 4, 493-512.
- Packman, W., Marlitt, R., Bonger, B. & Pennuto, T. (2004). A comprehensive and concise assessment of suicide risk. *Behavioral Sciences and the Law*, 22, 667-680.
- Pancheri, P., Martini, A., Tarsitani, L., Rosati, V., Biondi, M. & Tomei, F. (2002). Assessment of subjective stress in the municipal police force of the city of Rome. *Stress and Health*, 18, 127-132
- Peixoto, A., Nunes, M. & Azenha, S. (2006). Comportamento suicidário e ideação suicida. Caracterização clínica e análise de resultados em 384 doentes. *Saúde Mental*, 8, 2, 18-26.

- Pinto da Costa, J. (2004). *Ao Sabor do Tempo*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.
- Prenzler, T. (1997). Is there a Police Culture? *Australian Journal of Public Administration*, 56, 4, 47-57.
- Quinnett, P. & Watson, V. (2003). QPR: Police Suicide Prevention. In D. Hackett & J. Violanti (Eds.). *Police Suicide: tactics for prevention and intervention* (pp. 37-53). Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- Quinnett, P. (1998). QPR: Police Suicide Prevention. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 67, 7, 19-24.
- Reis, L. (2006). *Polícias: sete casos de suicídio*. In: <http://www.portugaldiario.iol.pt> acedido em Maio de 2006.
- Ribeiro e Carmo, I. (2001). *O Suicídio na PSP*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Richmond, R., Wodak, A., Kehoe, L. & Heather, N. (1998). How healthy are the police: a survey of life-style factors. *Addiction*, 93, 11, 1729-1737.
- Rodrigues, C. & Pina-Cabral, J. (1985). *Motivação, conceito, aspectos fundamentalmente inatos*. Porto: Contraponto.
- Rothmann, S. & Rensburg, P. (2001). *Psychological strengths, coping and suicide ideation in the South African Police Services in the North West Province*. Artigo apresentado na 4ª Conferência Anual da Society for Industrial Psychology. Pretoria. In: [http://www.workwellness.co.za/Pages/Papers/paper4\\_2001.pdf](http://www.workwellness.co.za/Pages/Papers/paper4_2001.pdf) acedido em Outubro de 2006.
- Sampaio, D. (1991). *Ninguém Morre Sozinho – o Adolescente e o Suicídio*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Scanff, C. & Taugis, J. (2002). Stress Management for Police Special Forces. *Journal of Applied Sport Psychology*, 14, 330-343.
- Schotte, D. & Clum, G. (1982). Suicide Ideation in a College Population: a test of a model. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 50, 5, 690-696.
- Schwartz, R. & Rogers, J. (2004). Suicide assessment and evaluation strategies: a primer for counselling psychologists. *Counselling Psychology Quarterly*, 17, 1, 89-97.
- Silva, A. & Curado, M. (2006). *Suicídio: Subcomissário Martins deixou carta – Oficial estava farto da PSP*. In: <http://www.correiodamanha.pt> acedido em Novembro de 2006.
- Silva, A. (2002b). *Um estudo exploratório do stress ocupacional em ambientes profissionais na área da Justiça: um processo de objectivar o stress no trabalho*. Mestrado em Medicina Legal. Porto: ICBAS.

- Silva, F. (2002a). *O suicídio na instituição policial – os factores pessoais e organizacionais*. Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- Simões, S. (2006). *Lisboa: futuros oficiais de polícia organizam conferência. PSP esconde suicídios*. In: <http://www.correiodamanha.pt> acedido em Dezembro de 2006.
- Soeiro, C., Bettencourt, H. & Samagaio, M. (2003). O stress e o trabalho de polícia: identificação e avaliação da magnitude do conjunto de acontecimentos de vida que limitam o desempenho dos polícias de investigação criminal. In: ASFIC/PJ (Eds.). *O regime de trabalho na investigação criminal/Comunicações, debates e conclusões* (pp. 83-92). Porto: Castel-Publicações e Edições.
- Staal, M. & Hughes, T. (2002). Suicide Prediction in the U. S. Air Force: implications for practice. *Professional Psychology: Research and Practice*, 33, 2, 190-196.
- Stone, V. (2004). *Cops don't cry: a book of help & hope for police families*. Canada: Creative Bound Inc.
- Turvey, B. (1995). *Police Officers: Control, Hopelessness & Suicide*. In: <http://www.corpus-delicti.com/suicide.html> acedido em Maio de 2005.
- Vaz Serra, A. (2002). *O stress na vida de todos os dias*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2ª ed.
- Vieira, A. (2005). *Personalidade e satisfação com o trabalho em agentes da PSP*. Dissertação de Mestrado em Criminologia. Porto: FDUP.
- Violanti, J. & Aron, F. (1995). Police Stressors: variations in perception among police personnel. *Journal of Criminal Justice*, 23, 3, 287-294.
- Violanti, J. (1992). Coping Strategies among Police Recruits in a High-Stress Training Environment. *The Journal of Social Psychology*, 132, 6, 717-729.
- Violanti, J. (1995). The Mystery Within: Understanding Police Suicide. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 64, 2, 19-23.
- Violanti, J. (1996). *Police Suicide: Epidemic in Blue*. Springfield: Charles C Thomas.
- Violanti, J. (1997). Suicide and the Police Role: a Psychological Model. *Policing Bradford*, 20, 4, 698.
- Violanti, J. (2003a). Suicide and the Police Culture. In D. Hackett & J. Violanti (Eds.). *Police Suicide: tactics for prevention and intervention* (pp. 66-75). Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- Violanti, J. (2003b). Police Suicide: Tactis for Prevention. In D. Hackett & J. Violanti (Eds.). *Police Suicide: tactics for prevention and intervention* (pp. 3-6). Springfield: Charles C. Thomas Publisher.

- Violanti, J. (2004b). Predictors of police suicide ideation. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 34, 3, 277-283.
- Violanti, J. (2004a). *Suicide*. In: <http://www.policestress.org/suicide.htm> acessado em Maio de 2006.
- Violanti, J., Burchfiel, C., Miller, D., Andrew, M., Dorn, J., Wactawski-Wende, J., Beighley, C., Pierino, K., Josef, P., Vena, J., Sharp, D. & Trevisan, M. (2006). The Buffalo cardio-Metabolic Occupational Police Stress (BCOPS) Pilot Study: Methods and Participant Characteristics. *Annals of Epidemiology*, 16, 2, 148-156.
- Violanti, J., Vena, J. & Petralia, S. (1998). Mortality of a Police Cohort: 1950-1990. *American Journal of Industrial Medicine*, 33, 366-373.
- Wienecke, A. (1999). *The Role of the Police Subculture in the Police Suicide Epidemic*. In: <http://www.word-warrior.net/policesuicide.html> acessado em Maio de 2005.
- Yang, B. & Clum, G. (1996). Effects of early negative life experiences on cognitive functioning and risk for suicide: a review. *Clinical Psychological Review*, 16, 3, 177-195.
- Zukauskas, G., Dapsys, K., Jasmontaite, E. & Susinskas, J. (2001). Some Psychosocial Problems of Police Officers in Lithuania. *Policing Bradford*, 24, 3, 301-309.

# **Anexo**